

PARA UMA TEORIA LIBERTÁRIA DO PODER

(Resenhas e síntese incompletas)

2015

Felipe Corrêa



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

03

PARA UMA TEORIA LIBERTÁRIA DO PODER (I) IBAÑEZ E O PODER POLÍTICO LIBERTÁRIO

04

PARA UMA TEORIA LIBERTÁRIA DO PODER (II) BERTOLO E O PODER COMO FUNÇÃO SOCIAL DE REGULAÇÃO

09

PARA UMA TEORIA LIBERTÁRIA DO PODER (III) FOUCAULT E O PODER NOS DIVERSOS NÍVEIS E ESFERAS

19

PARA UMA TEORIA LIBERTÁRIA DO PODER (IV) ERRANDONEA, DOMINAÇÃO E CLASSES SOCIAIS

49

PARA UMA TEORIA LIBERTÁRIA DO PODER (V) LÓPEZ E A DISTINÇÃO ENTRE PODER E DOMÍNIO

83

PODER, DOMINAÇÃO E AUTOGESTÃO

97

INTRODUÇÃO

“Para uma Teoria Libertária do Poder” é uma série de resenhas elaboradas sobre artigos ou livros de autores do campo libertário que discutem o poder. Seu objetivo é apresentar uma leitura contemporânea de autores que vêm tratando o tema em questão e trazer elementos para a elaboração de uma *teoria libertária do poder*, que poderá contribuir na elaboração de um método de análise da realidade e de estratégias de bases libertárias, a serem utilizadas por indivíduos e organizações.

Esta série está ainda por ser concluída e conta, neste momento, apenas com as cinco primeiras resenhas, escritas e publicadas entre 2011 e 2012: 1.) “Ibáñez e o poder político libertário”, 2.) “Bertolo e o poder como função social de regulação”, 3.) “Foucault e o poder nos diversos níveis e esferas”, 4.) “Errandonea, dominação e classes sociais”, 5.) López e a distinção entre poder e domínio”. Tais resenhas encontram-se à seguir e constituem, nesse sentido, apenas o início de um projeto inacabado.

O projeto inclui outras resenhas, com contribuições tais como: “Rocha e a interdependência das esferas”; “FAU, FAG e a concepção de poder popular”; “Ibáñez e as relações entre poder e liberdade”; “Contribuições dos clássicos anarquistas” entre algumas outras. Entretanto, até o momento, não tive como elaborá-las e nem sei se terei como fazer isso em outro momento.

De qualquer forma, produzi um texto de balanço, com algumas das contribuições que julguei mais interessantes nesse debate parcial: “Poder, Dominação e Autogestão”, que também se encontra à seguir.

Além disso, utilizei parte deste ferramental teórico-metodológico para a análise do anarquismo que realizei no livro *Bandeira Negra: discutindo o anarquismo* (Prismas, 2014). As pessoas que tiverem interesse podem se remeter a este livro para ver como alguns dos elementos de método e teoria aqui discutidos podem ser aplicados concretamente na análise de um fenômeno histórico real.

Boa leitura!

Felipe Corrêa, maio de 2015

PARA UMA TEORIA LIBERTÁRIA DO PODER (I)

IBAÑEZ E O PODER POLÍTICO LIBERTÁRIO

Neste primeiro artigo da série, utilizarei para discussão o artigo “Por um Poder Político Libertário”, de Tomás Ibáñez.[*] Nele, um artigo curto, que não ultrapassa algumas poucas laudas, o autor coloca-se criticamente em relação à abordagem libertária que vinha sendo feita do tema. O artigo de Ibáñez foi escrito originalmente como contribuição para o seminário “O Poder e sua Negação”, promovido pelo CIRA e pelo CSL Pinelli, em julho de 1983. Até aquele momento, para o autor, o anarquismo estava “preso à rigidez de conceitos e propostas, na sua maior parte, criados no decurso dos séculos XVIII e XIX”. E, para ele, discutir a fundo a questão do poder seria uma relevante renovação no campo teórico do anarquismo.

O PROBLEMA SEMÂNTICO DA DISCUSSÃO SOBRE O PODER

Já naquela época Ibáñez identificava que “a polissemia [palavra que tem mais de uma significação] do termo ‘poder’ e a amplitude do seu espectro semântico constituem as condições de um diálogo de surdos”. Para ele, nas discussões sobre o poder, os discursos se sobrepõem e não se articulam uns com os outros. E isso acontece porque “tratam de objetos profundamente diferentes, na confusão induzida pelo recurso a um outro termo comum: o poder”.

E por isso a necessidade identificada de “circunscrevermos o termo ‘poder’, antes de iniciarmos a discussão”. Independente do esforço nesse sentido, o autor não acredita ser possível chegar a uma definição objetiva e asséptica da palavra “poder”, já que “se trata de um termo político carregado de sentido, analisado sempre de uma localização política precisa, e do qual não é possível possuir definição ‘neutra’”.

O PODER A PARTIR DE UMA TRIPLA DEFINIÇÃO

O primeiro elemento para iniciar uma definição do poder é que, dentro de uma perspectiva libertária, ele não pode ser concebido somente de maneira negativa: “em termos de negação, de exclusão, de recusa, de oposição, de antinomia”. Para Ibáñez, o poder pode ser definido a partir de três interpretações: 1.) como *capacidade*, 2.) como *assimetria nas relações de força*, e 3.) como *estruturas e mecanismos de regulação e controle*. Vejamos, nos termos do próprio autor, como se define o poder em cada um dessas acepções.

1. O poder como capacidade

“Numa das suas acepções, provavelmente a mais geral e diacronicamente primeira, o termo ‘poder’ funciona como equivalente da expressão ‘capacidade de’, isto é: como sinônimo do conjunto dos efeitos dos quais um agente dado, animado ou não, pode ser a causa direta ou indireta. É interessante que, desde o início, o poder se define em termos relacionais, na medida em que, para que um elemento possa produzir ou inibir um efeito, é necessário que se estabeleça uma interação.”

Pensado neste sentido, o poder seria concebido como ‘ter poder de’ ou ‘ter poder para’, uma capacidade de realização ou uma força potencial que poderia ser aplicada em uma relação social. Coloca-se como premissa dessa definição de poder as relações sociais, ou seja, interação entre agentes sociais.

2. O poder como assimetria nas relações de força

“Numa segunda acepção, o termo ‘poder’ refere-se a um certo tipo de relação entre agentes sociais, e costuma-se agora caracterizá-lo como uma capacidade assimétrica ou desigual que os agentes possuem de causar efeitos sobre o outro pólo de uma dada relação.”

Ainda que ancorado no poder como capacidade, esse outro sentido permite pensar nas assimetrias das diferentes forças sociais que se encontram em uma determinada relação social. Essas forças, sempre assimétricas e desiguais, quando em interação/relação, forjam os efeitos sobre um ou mais pólos, sendo que cada um deles possui uma força distinta e, portanto, uma capacidade distinta. Novamente, afirma-se o poder como relação entre agentes sociais, cada um dos quais com uma capacidade distinta de causar efeitos sobre outros.

3. O poder como estruturas e mecanismos de regulação e controle

“Numa terceira acepção, o termo ‘poder’ refere-se às estruturas macro-sociais e aos mecanismos macro-sociais de regulação ou de controle social. Fala-se, neste sentido, de ‘instrumentos’ ou ‘dispositivos’ de poder, de ‘centros’ ou de ‘estruturas’ de poder, etc.”

Assim concebido, o poder constituiria o “sistema” de uma determinada sociedade, naquilo que diz respeito às suas estruturas e seus mecanismos de regulação e de controle. Seria o conjunto de regras de uma determinada sociedade, que envolve tanto as tomadas de decisão para seu estabelecimento e para definir seu controle, quanto a própria aplicação desse controle. Uma estruturação da sociedade que faz com que sejam necessárias instâncias deliberativas e executivas.

QUAIS AS POSSIBILIDADES DE UMA SOCIEDADE SEM PODER?

A partir dessas três interpretações, pode-se afirmar que “falar de uma sociedade ‘sem poder’ constitui uma aberração, quer nos coloquemos do ponto de vista do poder/capacidade (que sentido teria uma sociedade que não ‘pudesse’ nada?), quer nos coloquemos ao nível das relações assimétricas (o que significariam as interações sociais sem efeitos assimétricos?), quer por fim nos coloquemos do ponto de vista do poder como mecanismos e estruturas de regulação macro-sociais (o que seria um sistema cujos elementos não fossem ‘forçados’ pelo conjunto das relações que definem exatamente o próprio sistema?)”.

Não há sociedade sem agentes sociais com capacidade, assim como não há sociedade com todas as relações sociais simétricas – ou seja, uma sociedade em que todos os agentes sociais tenham a mesma capacidade de causar efeitos sobre outros, em todas as relações sociais – ou sem estruturas e mecanismos de regulação e de controle social. O que nos permite concordar com Ibáñez em relação ao absurdo que significa, levando em conta as definições apresentadas pelo autor, falar em sociedade sem poder, em luta contra o poder, em acabar ou destruir o poder.

Ibáñez acredita que “as relações de poder são consubstanciais ao próprio fato social, são-lhe inerentes, impregnam-no, contém-no, no próprio instante em que dele emanam”. Ao se tratar de qualquer aspecto do âmbito chamado social, pode-se afirmar que, nele, existem interações entre diversos elementos que conformam um determinado sistema. Para o autor, além disso, “existem inelutavelmente certos efeitos de poder do sistema sobre os seus elementos, exatamente como existem também efeitos de poder entre os elementos do sistema”. Ou seja, o poder permeia tanto as relações entre elementos como as relações entre sistema e elementos.

Conceber uma sociedade sem poder significaria, para o autor, acreditar na possibilidade de existência de uma “sociedade sem relações sociais, sem regras sociais e sem processos de decisão sociais”. Ou seja, seria conceber o “impensável”.

UMA CONCEPÇÃO LIBERTÁRIA DO PODER

Tal argumentação permite que se afirme que “existe uma concepção libertária do poder, e é falso que esta tenha que constituir uma negação do poder”. Negar este fato implicaria, necessariamente, em uma dificuldade tanto em termos de análise da realidade, quanto em termos de concepção de uma estratégia. “Enquanto isso não for plenamente assumido pelo pensamento libertário”, enfatiza Ibáñez, ele “não será capaz de iniciar as análises e as ações que lhe permitam ter força na realidade social”.

E o que ele argumenta faz sentido se observarmos a história do anarquismo ou mesmo daquilo que foi chamado de “meio libertário”. Indo além das afirmações semânticas – que muitas vezes davam/dão à palavra poder um sentido de Estado – parece claro que o “pensamento libertário” nunca negou a capacidade dos agentes sociais, as assimetrias nas relações de força ou as estruturas e mecanismos de regulação e controle.

Um exemplo que é significativamente comum na tradição libertária. Considerando as relações assimétricas de classes na sociedade capitalista e, fundamentando-se na ideia de capacidade da classe trabalhadora, os libertários buscam promover uma revolução social, em que a força da classe dominante seja sobreposta e que se estabeleça um sistema de regulação e controle fundamentado na autogestão e no federalismo. Mesmo com esse exemplo genérico, pode-se afirmar que se a classe dominante é retirada de sua condição de dominação e dá lugar a uma estrutura libertária, ainda que na sociedade futura, essa relação de forças entre classe dominante afastada da dominação e classe trabalhadora constitui uma relação assimétrica.

Nesse sentido, é possível assumir que, de fato, historicamente, há uma concepção libertária de poder que – ainda que não tenha sido discutida com a devida profundidade e que tenha sido complicada por uma série de fatores – possui elementos de relevância nesse debate que agora é realizado.

DOMINAÇÃO COMO UM TIPO DE PODER

Quando os libertários realizam um discurso contra o poder, coloca Ibáñez, utilizam o “termo ‘poder’ para se referirem de fato a um ‘certo tipo de relação de poder’, ou seja, muito concretamente, ao tipo de poder que se encontra nas ‘relações de dominação’, nas ‘estruturas de dominação’, nos ‘dispositivos de dominação’, ou nos ‘instrumentos de dominação’ etc. (sejam estas relações de tipo coercitivo, manipulador ou outro).” Portanto, para ele, a dominação é um tipo de relação de poder, mas não se pode definir dominação como poder, já que constituem categorias distintas. Para o autor, não se pode englobar nas relações de dominação “as relações que vinculam a liberdade do indivíduo ou dos grupos”, ou seja, não se pode incorporar na categoria dominação relações libertárias. Mas isso parece de certa maneira óbvio. O que não é óbvio, na realidade, é que quando se equipara poder com dominação, assume-se que o poder é contrário à liberdade, uma afirmação da qual o autor discorda. “Liberdade e poder não se situam realmente segundo uma relação de oposição simples.” E ainda: “Poder e liberdade encontram-se, pois, numa relação inextricavelmente complexa de antagonismo/possibilidade”. Portanto, assim concebido, o poder poderia ser contraditório à

liberdade, mas também poderia potencializar a sua realização. Seria, na realidade, o tipo de poder que determinaria essa relação com a liberdade.

Assim, Ibáñez acredita que “os libertários se situam, na realidade, contra os sistemas sociais baseados em relações de dominação (em sentido estrito). ‘Abaixo o poder!’ é uma fórmula que deveria desaparecer do léxico libertário e ser substituída por ‘Abaixo as relações de dominação’. Mas neste ponto é preciso tentar definir as condições que tornam possível uma sociedade enquanto tal.”

CONTRA A DOMINAÇÃO E POR UM PODER POLÍTICO LIBERTÁRIO

Pode-se afirmar, com base nessa estrutura argumentativa, que “os libertários não são contra o poder, mas contra um certo tipo de poder”, e em suas estratégias, buscam ser “construtores de uma variedade de poder a que é cômodo (e exato) chamarmos agora de ‘poder libertário’, ou, mais precisamente: ‘poder político libertário’”. O que significaria assumir que os libertários defendem um modelo de funcionamento (libertário) dos instrumentos, dos dispositivos e das relações de poder.

* Tomás Ibáñez. “Por um Poder Político Libertário: considerações epistemológicas e estratégias em torno de um conceito”. Artigo originalmente publicado em 1983 na revista italiana *Volontà*. Utilizo para as citações uma tradução para o português de Miguel Serras Pereira, realizada para uma publicação portuguesa dos anos 1980. O artigo está também na compilação chamada *Actualidad del Anarquismo*, publicada pela Libros de Anarres, de Buenos Aires, em 2007.

PARA UMA TEORIA LIBERTÁRIA DO PODER (II)

BERTOLO E O PODER COMO FUNÇÃO SOCIAL DE REGULAÇÃO

Neste segundo artigo da série, utilizarei para discussão o artigo de Amedeu Bertolo “Poder, Autoridade, Domínio”.[*] Seguem apresentadas esquematicamente as principais contribuições do autor.

OS PROBLEMAS DAS DISCUSSÕES SOBRE PODER, AUTORIDADE E DOMINAÇÃO

Segundo o autor, “o costume, não somente acadêmico, é começar um discurso de definições semânticas com: 1) um ponto de vista etimológico e/ou 2) um ponto de vista histórico”. No entanto, para ele, ambas as maneiras de abordagem não têm muita relevância para a discussão que pretende realizar. Segundo sustenta, a etimologia dos três termos tem origem distante, em termos de tempo, o que permitiria, no máximo, realizar um exercício de “arqueologia lingüística”. Além disso, para ele os três termos têm um significado original bastante semelhante. Poder, por exemplo, “deriva do latim ‘polis’ (patrão, possuidor)”; “Dominação deriva de ‘dominus’ (dono de casa, chefe de família); Autoridade, diferentemente, vem do latim ‘auctor’, que em sua origem significa aquele que faz crer, que acrescenta”. [1]

Com relação à utilização histórica dos termos, Bertolo identifica que são polivalentes e podem, em muitos casos, serem substituídos um pelo outro. E neste caso, segundo acredita, uma análise histórica também não poderia solucionar o problema colocado. Para ele, “em relação às definições de autoridade e poder, tem de tudo e para todos os gostos”, o que lhe motiva a buscar algumas definições que são a seguir reproduzidas.

Definições de poder

“O poder é ‘a) capacidade ou faculdade natural para atuar [...]; b) faculdade geral ou moral, direito de fazer algo; c) autoridade, especialmente no sentido concreto, corpo constituído que a exerce, governo’. (Lalande, 1971) ‘O poder é a participação nas tomadas de decisão’ e ‘uma decisão é uma linha de conduta que comporta sanções severas’ (Lasswell e Kaplan, 1969). O poder é ‘direito de mandar’ (Ferrero, 1981). ‘Chamamos de poder a capacidade de uma classe social de realizar seus interesses objetivos específicos’ (Poulantzas, 1972). ‘O poder é a capacidade de estabelecer e de executar decisões, ainda que outros se

oponham' (Mills, 1970). O poder 'é um corpo permanente ao qual estamos acostumados a obedecer, que possui meios materiais para nos obrigar e que, graças à opinião que se tem de sua força, à crença em seu direito de mandar, ou seja, em sua legitimidade e pela esperança em sua beneficência' (Jouvenel, 1947). Por poder, deve-se entender 'todos os meios dos quais pode dispor um homem para persuadir a vontade de outros homens' (Mousnier, 1971). Pode-se definir o poder como a 'capacidade de realizar desejos' (Russell, 1967). 'Por poder deve-se entender [...] a possibilidade para mandatos específicos (ou para qualquer mandato) de se fazer obedecer por parte de um determinado grupo de homens' (Weber, 1980). 'O poder é uma comunicação regulada por um código (Luhman, 1979)."

Definições de autoridade

"A autoridade é 'qualquer poder exercido sobre um homem ou grupo humano por parte de outro homem ou grupo' (Abbagnano, 1964). 'A autoridade é um vínculo entre desiguais' (Sennet, 1981). 'A autoridade é um modo de definir e interpretar as diferenças de força' (Sennet, *ibid.*), 'A autoridade é uma busca da estabilidade e da segurança da força dos outros' (Sennet, *ibid.*). A autoridade é uma 'dependência aceita' (Horkheimer, *s/d*). A autoridade é (psicológica) superioridade ou ascendentes pessoais [...] e (sociológica) direito de decidir e/ou de mandar' (Lalande, 1971). 'A essência da autoridade [...] é dar a um ser humano aquela segurança e aquele reconhecimento na decisão que logicamente corresponde a um axioma supra-individual e efetivo ou a uma dedução' (Simmel, 1978). 'A autoridade é a posse esperada e legítima do poder' (Lasswell e Kaplan, 1969)."

Definições de dominação

Distintamente das amplas definições de poder e autoridade, o autor nota que, em relação à dominação, há um pouco mais de acordo conceitual: "a palavra dominação é quase univocamente utilizada no sentido de poder impor *ad altri* (por direito ou de fato) a própria vontade, com instrumentos de coerção, físicos ou psíquicos". O termo dominação, e seus adjetivos e verbos correlatos, é menos "polivalente que autoridade e poder. Talvez por razão do valor emotivamente negativo difundido que existe em seu uso corrente". Ainda assim, Bertolo destaca três casos em que a dominação é utilizada em um sentido "neutro": Simmel (1978), "para quem a dominação é uma categoria universal da interação social, da qual o poder é uma forma particular"; Dahrendorf (1970), "que propõe uma definição da dominação como 'posse de autoridade, ou seja, como um direito de promulgar ordens autoritárias"; Lasswell e Kaplan (1969), que consideram que "a dominação é um modelo de poder efetivo

(porém, o termo inglês utilizado é ‘rule’ e não ‘domination’, que poderia ser traduzido de maneira distinta).[2]

Como bem se pode notar nas definições expostas, a amplitude semântica certamente impõe dificuldades ao debate. Há, como aponta o autor, uma questão fundamental que se coloca entre o que se poderia chamar de problemática forma-conteúdo, em que é impossível aprofundar a discussão tomando somente a forma (o nome dos conceitos como “poder”, “autoridade”, “dominação” etc.), sem entrar nos conteúdos dados historicamente pelos autores nas discussões sobre os temas. Trata-se, neste sentido, de ir além dos termos – ou seja, o nome que se dá para uma determinada “caixa” – e entrar nos conceitos – ou seja, investigar o conteúdo da caixa. Um aspecto que já eliminaria grande parte das polêmicas geradas nas discussões do universo libertário.[3]

Por isso, coloca Bertolo, é “necessário retomar a tentativa de definição a partir de uma identificação dos conceitos e dos conteúdos, ainda que, naturalmente, esta maneira de proceder implique algumas dificuldades de léxico que tentaremos superar”.

Na realidade, os problemas apontados em relação à discussão sobre o poder não existem somente no anarquismo: “pode servir de consolo aos anarquistas saber que nem sequer a ciência oficial trouxe muita clareza neste último século para esse conjunto de ‘coisas’ (relações, comportamentos, estruturas sociais...) que estão classificadas como poder (ou como autoridade ou como domínio)”. Um problema que, se afeta as ciências humanas de maneira geral, não poderia deixar de incidir sobre o anarquismo.

O ANARQUISMO E A TEORIA DO PODER

Bertolo identifica a lacuna existente nas discussões teóricas anarquistas sobre o tema do poder. Tratar-se-ia, para ele, não necessariamente de “desatar, mas ao menos de precisar claramente um nó conceitual extremamente complexo – e não simplesmente de colocar-se em acordo em relação às palavras –, um nó central dentro do pensamento anarquista”.

Paradoxalmente, coloca, “o anarquismo – que pode ser considerado como a crítica mais radical da dominação explicitada até o momento, crítica teórica e crítica prática – não produziu uma teoria do poder mais articulada e sutil do que as apologias da dominação”.

O autor acredita que “as geniais intuições sobre o poder que os ‘pais’ do anarquismo tiveram, não foram seguidas por uma reflexão adequada à importância das mesmas”. Intuições que, conforme coloca, ainda hoje seriam fecundas, mas que, se não forem objeto de discussão e aprofundamento, correm o risco de “esclerosar-se em fórmulas estereotipadas, em

crenças, em tabus, perdendo grande parte de sua utilidade como hipóteses fundamentais de trabalho para a interpretação e para a transformação da realidade”.

A necessidade de aprofundamento no debate sobre o poder, portanto, seria fundamental no campo libertário, para o estabelecimento de *métodos de análise* adequados e de *estratégias* capazes de levar a cabo a transformação social. Para isso, não bastariam as intuições que Bertolo entende estar presentes nos clássicos: “As intuições esclerosam-se e a relativa falta de precisão terminológica e conceitual, inevitável e talvez necessária nos primeiros desenvolvimentos da reflexão, convertem-se em obstáculo para o progresso do pensamento e da ação, fonte de injustificáveis ‘ortodoxias’ e, portanto, de injustificáveis ‘heresias’, de imobilismo tradicional e de besteiras ‘inovadoras’, de discussões semânticas e de impotência social”.

O presente escrito de Bertolo tem por objetivo, como ele mesmo afirma, “modesta e ambiciosamente – propor algumas definições que segundo o autor poderiam tornar o debate entre anarquistas não somente mais enriquecedor, mas também tornar menos árdua a confrontação entre anarquistas e não-anarquistas”. De outra maneira, acredita, corre-se o risco de continuar num “diálogo de surdos”. Para isso, propõe definir, em termos de forma e conteúdo, poder, autoridade e dominação: “está claro que o trabalho de definição está dirigido não tanto aos termos, mas aos conceitos que estão por trás dos termos e aos conteúdos que estão por trás dos conceitos”.

PROPOSTAS DE DEFINIÇÃO

Buscando um alinhamento conceitual, Bertolo sugere definições padrão para poder, autoridade e dominação.

Poder

“A produção e a aplicação de normas e sanções definem então a função de regulação social, uma função para a qual proponho o termo poder”. O autor acredita que o poder, definido nesses termos, possui relação com o conceito de força coletiva de Proudhon e também com a definição de Lasswell e Kaplan colocada anteriormente: “O poder é a participação nas tomadas de decisão’ e ‘uma decisão é uma linha de conduta que comporta sanções severas”. Acredita que Clastres também trabalha com uma definição semelhante ao distinguir o “poder não-coercitivo”, que se assemelharia a essa definição de poder, e o “poder coercitivo”, que está próximo da definição do autor para dominação. Para Clastres, “o poder político como coerção (ou como relação de mando-obediência) não é o modelo do verdadeiro

poder, mas simplesmente um caso particular”. Também sustenta que “o social não é pensável sem o político, em outras palavras, não há sociedade sem poder”.

Neste sentido, há alguns elementos que devem ser destacados. Para Bertolo, poder define-se em torno da regulação social e pode ou não ser coercitivo (implicar dominação, portanto). Neste sentido, como qualquer sociedade possui sistemas de regulação, não haveria, neste sentido, sociedade sem poder, endossando a afirmação de Clastres.

Identificando que se utiliza na literatura sobre o tema o termo poder para designar distintas categorias conceituais, o autor propõe “conservar este termo só para definir [...] a função social de regulação, o conjunto dos processos com os quais uma sociedade regula-se, produzindo normas, aplicando-as, fazendo-as respeitar”. E neste sentido, define o poder a partir de um nível macro, que funcionaria em termos de gestão societária e estaria ligado aos processos de tomada de decisão.

Autoridade

Para a categoria autoridade, Bertolo defende a seguinte utilização: “proponho, finalmente, chamar autoridade as assimetrias de competência que determinam assimetrias de determinações recíprocas entre os indivíduos e a influência nas assimetrias por razão das características pessoais”. Neste sentido, a autoridade estaria ligada fundamentalmente à capacidade de exercer bem uma determinada atividade e às múltiplas influências que, pessoalmente, se exercem neste sentido. Distinguindo as relações pessoais e funcionais, Bertolo coloca: “no caso das relações pessoais, podemos definir a assimetria como influência; no caso das relações funcionais podemos definir a assimetria como autoridade”.

Dominação

“A dominação define, então, as relações entre desiguais – desiguais em termos de poder, ou seja, de liberdade –, define as situações de ‘supraordenação’ e subordinação; define os sistemas de assimetria permanente entre grupos sociais.” A dominação, neste sentido, implicaria as desigualdades de poder que definiriam relações de mando/obediência permanentes, também em nível macro, não entre indivíduos, mas entre grupos sociais (castas, classes etc.).

A relação de dominação fundamenta-se, portanto, nas relações de mando/obediência, “nas quais o mando possui um conteúdo de regulação do comportamento daquele que obedece”. Essa relação de mando/obediência, segundo Bertolo, não se dá por meio da função de regulação. Ele defende que não se obedece (em um sentido amplo) uma norma; para ele

uma norma se respeita. A obediência está ligada a um mando, “ou seja, à forma em que se apresenta a norma dentro de um sistema de dominação”. Assim, a dominação estaria ligada fundamentalmente à “expropriação da função de regulação exercida por uma minoria”, responsável por impor suas regras “ao resto da sociedade” – ou seja, estaria ligada à imposição.

Portanto, se a “função social de regulação” de uma sociedade é “exercida somente por uma parte da sociedade, se o poder é então monopólio de um setor privilegiado (dominante), isso dá lugar a outra categoria, a um conjunto de relações hierárquicas de mando/obediência que proponho chamar de dominação”. A dominação, assim definida, implicaria monopólio do poder e hierarquia.

PODER, AUTORIDADE E DOMINAÇÃO

Definidos nestes termos, Bertolo afirma que poder e autoridade seriam conceitos “neutros”, ou seja, não são necessariamente nem bons e nem ruins. A autoridade implicaria algo evidente na sociedade: as diferenças de competências entre indivíduos e grupos e a interação e influência mútua que se exerce entre os diversos agentes em qualquer relação social. Ou seja, é uma categoria que abarca e assume como inevitável a diversidade social. Em relação ao poder, coloca o autor: “definimos assim o poder como uma função social ‘neutra’ e inclusive necessária, não somente para a existência da sociedade, da cultura e do homem, mas também para o exercício daquela liberdade vista como escolha entre possibilidades determinadas, que tomamos como ponto de partida de nosso discurso”.

Essa relação entre poder e liberdade permite compreender mais as proposições de Bertolo. Para ele, a liberdade está diretamente ligada às possibilidade de escolha que cada um possui e, assim, é fundamental “para a liberdade como autodeterminação o nível de participação no processo de regulação, porque o indivíduo é mais livre [...] quanto maior é seu acesso ao poder”. Se o poder define-se em torno das funções de regulação de uma sociedade, é natural que, quanto mais essas funções forem compartilhadas, maior seria o nível de liberdade dessa sociedade. “Um acesso ao poder igual para todos os membros de uma sociedade é, então, a primeira e iniludível condição de uma liberdade igual para todos”. O que o autor chama de “poder para todos”, ou seja, uma democratização generalizada do poder, ou pelo menos uma generalização das oportunidades para o acesso ao poder, seriam fundamentais para processos societários de liberdade, de igualdade e, por que não, de democracia.

A diferenciação entre os conceitos de poder e dominação é fundamental para Bertolo. Poder, como se viu, implicaria regulação social. Este poder pode ser mais ou menos compartilhado em uma determinada sociedade e, quando ele é exercido por uma minoria a partir de relações hierárquicas de mando/obediência, isso significa que esse poder implica dominação. Quanto mais coletivo é o poder, maior é a liberdade de uma sociedade – e portanto, é possível notar uma ligação realizada pelo autor entre liberdade e igualdade.

CONTRIBUIÇÕES FILOSÓFICAS

O artigo de Bertolo traz ainda algumas reflexões filosóficas que podem auxiliar na compreensão do tema. Abaixo estão os principais eixos de discussão, que serão apresentados brevemente.

Bertolo quer levar em conta as “determinações culturais” do homem e não as “determinações naturais” marcadas pelo instinto e pelo ambiente, que, segundo acredita, “não desempenham um papel análogo nesse estranho animal que é o homem”. Para ele, “o homem não conhece instinto no sentido restrito (ou seja, respostas precisas de comportamento herdadas geneticamente frente a estímulos ambientais dados), mas, no máximo, rastros ou resíduos de instinto, que possuem escasso ou nulo significado social”. Portanto, ele compreende que “para o homem, o ‘ambiente’ é mais cultural que natural”, já que “o ambiente do ser humano está constituído por relações com outros homens e que as relações com o mundo ‘dos objetos’ passam por uma mediação simbólica”. Assim, uma discussão sobre o poder deve fugir da busca dos instintos naturais do homem, que estariam presentes em uma determinada natureza humana.

Como para ele o ambiente humano é muito mais cultural do que natural, o poder, nessa perspectiva de regulação social, não provém de um instinto natural ou de uma determinada natureza humana, mas de uma determinada cultura forjada nas relações sociais. “O homem deve produzir normas, mas pode produzir as normas que quiser.” As normas seriam, então, uma operação central da sociedade e seu conteúdo não estaria determinado *a priori*, mas seria forjado em meio a uma realidade que é ao mesmo tempo cultural e social.

Essa realidade social é forjada por uma relação dialética entre indivíduo e sociedade, relação em que o indivíduo, ainda que também possa determinar a sociedade, é mais determinado por ela: “o indivíduo singular sempre é mais determinado pela sociedade do que ele pode determiná-la. O homem produz a sociedade coletivamente, mas é modelado por ela individualmente.”

Assim, se poderia dizer que um tipo de poder que implique dominação não deve ser analisado pelos instintos naturais ou pela natureza humana do homem, mas por suas relações, que implicam aspectos sociais e culturais. Bertolo identifica dois tipos fundamentais de justificativas da dominação: “um primeiro tipo de enfoque é o que, partindo da dominação para o poder, justifica a primeira com motivações biopsicológicas (ou seja, mecanismos psicológicos ‘naturais’, inatos): há personalidades predispostas naturalmente à dominação e outras naturalmente predispostas à submissão.” Esse enfoque apóia-se nos “elementos estruturais mais atrativos chegando a dizer que a subdivisão ‘natural’ dos homens em duas categorias (os amos por natureza e os escravos por natureza) produz efeito benéfico para ambos e, no fundo, é um admirável artifício da natureza ou da providência para tornar a sociedade humana possível e as vantagens que disso derivam”. “O segundo tipo de enfoque é cultural”, e aqueles que o defendem consideram insustentáveis as explicações naturais do poder/dominação. A partir desse enfoque, considera-se que o poder/dominação “não é efeito de uma desigualdade preexistente, mas, ao contrário, é a causa da primeira desigualdade fundamental entre os homens”.

Bertolo acredita ainda poder classificar os enfoques sobre a gênese do poder/dominação diferentemente: “aqueles que explícita ou implicitamente o pressupõem, aparecendo ao mesmo que o homem e/ou sua sociedade, e aqueles que postulam o nascimento em um certo momento da história”.

Em seu conceito de dominação, o autor descarta os enfoques biopsicológicos, naturais, pretendendo uma abordagem cultural da dominação. Para ele, estudos como os de Clastres, como por exemplo *A Sociedade Contra o Estado*, demonstram que há um histórico de culturas que não possuíam dominação, mas apenas poder. Ainda que seja uma hipótese, Bertolo identifica a origem da dominação como uma mudança cultural na sociedade que teria ocorrido num momento determinado, quando o homem já vivia em sociedade.

ANARQUISMO, PODER, AUTORIDADE E DOMINAÇÃO

A partir das definições propostas por Bertolo, algumas conclusões são possíveis. Dividindo as assimetrias nas relações sociais entre autoridade (funcionais) e influência (pessoais), pode-se afirmar que o autor trabalha com quatro categorias fundamentais:

1. **Poder:** Função social de regulação, conjunto de processos com os quais uma sociedade se regula produzindo normas, aplicando-as, fazendo-as respeitar.

2. **Dominação:** Função social de regulação que é exercida somente por uma parte da sociedade, sendo o poder monopólio de um setor privilegiado (dominante) e implicando relações hierárquicas e de mando/obediência.

3. **Autoridade:** Assimetrias de competência que determinam assimetrias de determinações recíprocas entre os indivíduos.

4. **Influência:** Assimetrias existentes por razão das características pessoais.

Quando o autor assume o poder e a autoridade (incluindo também a influência) como categorias “neutras”, ele está realizando um julgamento a partir da ética/moral anarquista. Neutros, pois o anarquismo historicamente considerou, nesses termos, dentro do seu campo de relações justificáveis ética e moralmente, as relações de influência, de autoridade e também de poder – entendendo-as, claramente, a partir das categorias definidas por Bertolo.

Historicamente, o anarquismo colocou-se contrário à dominação: para os anarquistas, a regulação social deveria ser coletivizada, e as propostas de autogestão, de federalismo e de democracia direta sempre buscaram este sentido de compartilhar o poder e de exercê-lo em benefício da coletividade.

A sociedade capitalista e estatista foi sempre compreendida como uma sociedade não só de poder, mas de dominação, já que o poder não estaria coletivizado e seria exercido somente por uma minoria – a qual foi chamada por diversos termos (classe dominante, classe capitalista, burguesia etc.) – que exerceria hierarquia e relação de mando/obediência à maioria – (a qual chamou-se de proletariado, classe oprimida, classe trabalhadora etc.).

Neste sentido, a estratégia anarquista estaria voltada para transformar as relações de dominação em relações de poder, que não deveriam possuir hierarquia ou relações de mando/obediência em seu seio. O poder buscado pelo anarquismo deveria ser coletivizado, socializado, sendo a participação no poder, ou pelos menos a oportunidade de participação, aberta para todo o conjunto da população, a qual deveria decidir suas regras e garantir sua aplicação com base em mecanismos de fato democráticos (democracia direta), garantidos pela autogestão e pelo federalismo.

* Amedeu Bertolo. “Poder, Autoridad, Dominio: una propuesta de definición”. Artigo originalmente publicado em 1983 na revista italiana *Volontà*. Citações traduzidas para o

português a partir da versão em espanhol, traduzida por Heloísa Castellanos, disponibilizada na internet [<http://www.anarkismo.net/article/15050>] e que consta na compilação organizada por Christian Ferrer, *El Lenguaje Libertario*, publicada pela Libros de Anarres, de Buenos Aires, em 2005.

Notas:

1. Recorri, para essa tradução, ao original em italiano “Potere, autorità, dominio: una proposta di definizione”. Em italiano, Bertolo coloca: “‘Potere’ deriva dal latino potis (padrone, possessore), così come ‘dominio’ deriva da dominus (padrone di casa, capofamiglia); ‘autorità’ invece viene dal latino auctor che significava originariamente colui che fa crescere, che accresce.” Trecho um tanto diferente da tradução para o castelhano: “Poder deriva del latín ‘polis’ (= patrin, amo) así como Dominación deriva de ‘dominus’ (dueño de casa, jefe de familia); Autoridad, en cambio, proviene del latín ‘auctor’, que en su origen significa el que hace crecer, el que acrecienta.” A versão em italiano pode ser lida em http://asperimenti.noblogs.org/files/2010/10/Potere_autorit%25C3%25A0_dominio.pdf.

2. Bibliografia (por ordem de citação): A. Lalande, *Dizionario critico di filosofia*, ISEDI, Milán, 1971. / H. D. Lasswell y A. Kaplan, *Potere e società*, Etas, Milán, 1969. / G. Ferrero, *Potere*, Sugarco, Milán, 1981. / N. Poulantzas, in Franco Ferrarotti, *La sociologia del potere*, Laterza, Bari, 1972. / W. Mills, *Politica e potere*, Bompiani, Milán, 1970. / B. De Jouvenel, *Il Potere*, Rizzoli, Milán, 1947. / R. Mousnier, *Le gerarchie sociali dal 1450 ai nostri giorni*, Vita e pensiero, 1971. / B. Russell, *Il potere*, Feltrinelli, Milán, 1967. / M. Weber, *Economía y sociedad*, F.C.E., México, 1980. / N. Luhman, *Potere e complessità sociale*, Il Saggiatore, Milán, 1979. / N. Abbagnano, *Dizionario di filosofia*, UTET, Turín, 1964. / R. Sennet, *La autorità*, Bompiani, Milán, 1981. / M. Horkheimer, citado por T. Eschemburg, *Dell'autorità*, Il Mulino, Bolonia, 1970. / G. Simmel, *Il dominio*, Bulzoni, Roma, 1978. / R. Dahrendorf, *Classi e conflitto de classe nella società industriale*, Laterza, Bari, 1970.

3. Pode-se falar que Proudhon era contra a autoridade e conseguir facilmente trechos de seus escritos com essa afirmação. Da mesma maneira, pode-se afirmar que Bakunin era contra o poder e também conseguir respaldo em seus textos teóricos. No entanto, ambas as afirmações tornam-se vazias se não se coloca o que Proudhon entendia por autoridade e o que Bakunin entendia por poder. Aplicando brevemente uma análise de conteúdo em relação às afirmações colocadas, pode-se dizer que Proudhon, ao afirmar-se contrário à autoridade, opunha-se à autoridade como alienação e apropriação por monopólio da força coletiva; Bakunin, ao opor-se ao poder, colocava-se contrário ao Estado. Sem o aprofundamento da discussão nesses termos, o debate sobre o poder esvazia-se completamente.

PARA UMA TEORIA LIBERTÁRIA DO PODER (III) FOUCAULT E O PODER NOS DIVERSOS NÍVEIS E ESFERAS

Neste terceiro artigo da série, utilizarei para discussão um conjunto de artigos de Michel Foucault presentes em dois livros: *Microfísica do Poder* e *Estratégia Poder-Saber*.[*] Ainda que as reflexões de Foucault sobre o poder estejam presentes em diversos livros e artigos, ligados sempre à maneira prática que ele encontra para a aplicação de suas análises – em casos específicos do poder na medicina, na psiquiatria, na sexualidade, etc. –, tentarei extrair, em linhas gerais, os principais argumentos teóricos de sua discussão sobre o poder desses textos, sem discutir suas aplicações práticas.[1]

É importante ter em mente que os pontos de vista aqui colocados constituem *muito mais uma hipótese* sobre a teoria de Foucault sobre o poder do que uma síntese que interpreta profundamente o conjunto de seu pensamento. Seria impossível realizar uma interpretação ampla de suas posições acerca do poder sem a leitura da maior parte de sua obra, o que outros autores fizeram muito bem a meu ver.[2] Portanto, meu objetivo com o artigo não é dar uma idéia sobre a concepção geral de poder em Foucault, mas constituir uma hipótese, fundamentada na bibliografia citada, de elementos que contribuam de maneira mais ampla com uma teoria libertária do poder. Realizarei, nesse sentido, exercícios teóricos com o intuito de responder questões que o próprio autor não respondeu em seu tempo, e certamente teve seus motivos para isso. Finalmente, farei uma leitura desses artigos utilizando-me de categorias que não pertencem ao campo de análise de Foucault; assim, será evidente o enquadramento e a classificação com base em categorias exteriores ao seu sistema teórico, e que podem não lhe ser familiares ou mesmo ter divergências de sua parte. O que, a meu ver não invalida a análise realizada.[3]

A NECESSIDADE DE INSTRUMENTOS PARA A ANÁLISE DO PODER

Foucault acredita que há uma necessidade central de se “pensar esse problema do poder”, assim como a “ausência de instrumentos conceituais para pensá-lo”[EPS, p. 226]; ou seja, haveria a “insuficiência de uma análise estratégica própria à luta política – à luta no campo do poder político”[EPS, p. 251]. Para ele, “o poder, em suas estratégias, ao mesmo tempo gerais e sutis, em seus mecanismos, nunca foi muito estudado”.[MP, p. 141] É nesse sentido que considera um de seus principais problemas teóricos, “forjar instrumentos de análise [...] sobre a realidade que nos é contemporânea e sobre nós mesmos”[EPS, p. 240].

Uma teoria sobre o poder, nesse sentido, teria como papel “não formular a sistemática global que repõe tudo no lugar, mas analisar a especificidade dos mecanismos de poder, balizar as ligações, as extensões, edificar pouco a pouco um saber estratégico”[EPS, p. 251]. Esse é o foco teórico que Foucault dá para suas análises do poder: uma produção que prioriza o micro em relação ao macro e considera, como se discutirá adiante, que a estruturação da sociedade possui uma determinação ao mesmo tempo de cima para baixo – das grandes instituições e relações de poder para os níveis mais básicos e simples das relações sociais – e de baixo para cima, no sentido contrário; o mesmo movimento que se dá entre centro e periferia. Se é verdade que os teóricos clássicos da política investiram significativamente nesse “macro-nível” das relações de poder, Foucault prioriza, distintamente, o “micro-nível” dessas relações, e essa é uma de suas grandes inovações no estudo do poder.

Para tanto, ele propõe que se conceba a “teoria como uma caixa de ferramentas”, o que significa “que se trata de construir não um sistema, mas um instrumento: uma lógica própria às relações de poder e às lutas que se engajam em torno delas”, e, ao mesmo tempo “que essa pesquisa só pode se fazer aos poucos, a partir de uma reflexão (necessariamente histórica em algumas de suas dimensões) sobre situações dadas”. [EPS, p. 251] Essa concepção da teoria como caixa de ferramentas implica, assim, um conjunto de instrumentos que, de acordo com uma situação dada, pode-se utilizar, tendo por objetivo uma análise determinada e que serve para algumas situações, mas não necessariamente para todas. Foucault enfatiza ainda a necessidade de que a pesquisa sobre as relações de poder utilize-se de uma abordagem histórica, o que me parece constituir uma rejeição de esquemas puramente sociológicos, que poderiam ser aplicados em qualquer circunstância, independente dos fatores tempo e lugar: “se o objetivo for construir uma teoria do poder, haverá sempre a necessidade de considerá-lo como algo que surgiu em um determinado ponto e em um determinado momento, de que se deverá fazer a gênese e depois a dedução”. [MP, p. 248]

Em relação a essa elaboração teórica, recomenda Foucault: “qualquer um que tente fazer qualquer coisa – elaborar uma análise, por exemplo, ou formular uma teoria – deve ter uma idéia clara da maneira como quer que sua análise ou sua teoria sejam utilizadas; deve saber a que fins ele almeja ver se aplicar a ferramenta que ele fabrica – que ele próprio fabrica –, e de que maneira ele quer que suas ferramentas se unam àquelas fabricadas por outros, no mesmo momento. Considero muito importantes as relações entre a conjuntura presente e o que fazemos no interior de um quadro teórico. É preciso ter essas relações de modo bem claro na mente. Não se podem fabricar ferramentas para não importa o quê; é preciso fabricá-las para um fim preciso.” Portanto, essa recomendação implica que o teórico tenha em mente a

finalidade da ferramenta que elabora e saiba como essa ferramenta relaciona-se com a conjuntura que deseja analisar.

Constatando a insuficiência de instrumentos conceituais para uma análise mais aprofundada do poder, Foucault propõe, para suprir essa lacuna, a elaboração de uma *teoria* que ofereça *ferramentas capazes de proporcionar a devida compreensão das relações de poder*. “Se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações”, coloca, “então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações de poder”. [MP, p. 248]

QUESTÕES CENTRAIS PARA A COMPREENSÃO DO PODER

Seria possível perguntar: o poder não é um tema central das ciências humanas em geral e das ciências sociais em particular, que vem sendo estudado há séculos? De certa maneira sim. No entanto, Foucault acredita que as formulações teóricas que buscaram constituir ferramentas para as análises do poder possuem sérias limitações. Buscando trabalhar sobre esse conjunto teórico para a compreensão mais adequada e completa do poder, ele aprofunda as análises clássicas sobre o tema, agregando novos elementos que permitem uma compreensão mais significativa da questão. Creio, nesse sentido, que a *maior contribuição de Foucault* seja a elaboração de uma *teoria que complemente as análises clássicas do poder*, ainda que, em alguns casos, sua teoria negue aspectos centrais dessas teorias clássicas.

As questões centrais, para Foucault, são: 1. *O que* são o poder e as relações de poder? 2. *Aonde* está o poder e aonde se dão as relações de poder? 3. *Como* se constitui o poder e como funcionam as relações de poder? Ainda que o autor não sistematize dessa forma, creio que essa forma esquemática permite uma apresentação mais didática, que facilita a compreensão.

As questões teóricas são trazidas por Foucault no bojo de uma reflexão sobre seus objetos de estudo (medicina, psiquiatria, prisões, sexualidade, etc.). Ao mesmo tempo em que ele realiza críticas de abordagens anteriores, formula seus próprios pontos de vista, os quais se constituem, em grande medida, visando suprir as lacunas deixadas por teorias anteriormente concebidas. Por isso o caráter muitas vezes dicotômico da apresentação das idéias que farei; por um lado criticam e por outro propõem. Utilizarei essas dicotomias para explicitar, quando da elaboração de um aspecto teórico, quais são as suas posições.

O PODER E AS RELAÇÕES DE PODER

O poder como produção

Foucault acredita que muitas análises do poder tentam vinculá-lo a uma concepção fundamentalmente negativa, repressiva, “de redução dos procedimentos de poder à lei de interdição”[EPS, p. 246] – dando, por esse motivo, ao poder, uma conotação freqüentemente jurídica e repressiva, associando-o muitas vezes ao Estado. Para ele, em geral, nessas análises, “o problema é sempre apresentado nos mesmos termos: um poder essencialmente negativo que supõe, de um lado, um soberano, cujo papel é o de interditar e, do outro, um sujeito que deve, de uma certa maneira, dizer sim a essa interdição”. [EPS, p. 247] Essa abordagem, do poder essencialmente como elemento de negação, para Foucault, possui três papéis fundamentais: 1.) “Ela permite fazer um esquema do poder que é homogêneo não importa em que nível nos coloquemos e seja qual for o domínio (família ou Estado, relação de educação ou de produção.” 2.) “Ela permite nunca pensar o poder senão em termos negativos: recusa, delimitação, barreira, censura. O poder é o que diz não. E o enfrentamento com o poder assim concebido só aparece como transgressão.” 3.) “Ela permite pensar a operação fundamental do poder como um ato de fala: enunciação da lei, discurso da interdição. A manifestação do poder reveste a forma pura do ‘tu não deves’.”[EPS, p. 246]

Por meio dos argumentos apresentados, Foucault vai negar essa abordagem que conceitua o poder somente pela negação. Para ele, o poder pode até ser negação, mas é, fundamentalmente, produção, construção: “o interdito, a recusa, a proibição, longe de serem as formas essenciais do poder, são apenas seus limites, as formas frustradas ou extremas. As relações de poder são, antes de tudo, produtivas.”[MP, p. 236]

A abordagem exclusivamente negativa do poder, nesse sentido, seria inadequada: “a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição.”[MP, pp. 7-8] Na realidade, o autor acredita que a noção de poder como negação foi aceita de maneira generalizada, o que lhe parece um erro crasso; essa noção negativa do poder é “estreita e esquelética”. [MP, p. 8]

“Se o poder fosse somente repressivo”, questiona, “se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido?” Foucault acredita que não; “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato *permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz*

discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.”[Ibid.] “Se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz.”[MP, p. 148]

Portanto, o primeiro aspecto relevante da teoria de Foucault para se pensar ao poder é *rechaçar seu aspecto essencialmente negativo – definido exclusivamente em termos jurídicos, repressivos e, frequentemente, de Estado – e assumir que o poder permeia as relações sociais, produzindo, induzindo, constituindo. Assim, o poder pode possuir aspectos de negação, mesmo que nunca se resume a eles, visto que ele envolve, acima de tudo, a produção.*

O poder como relação de força

Para Foucault, em sua época, as abordagens sobre o poder provindas tanto do campo da direita como da esquerda eram insuficientes: “Não vejo quem – na direita ou na esquerda – poderia ter colocado este problema do poder. Pela direita, estava somente colocado em termos de constituição, de soberania, etc., portanto em termos jurídicos; e, pelo marxismo, em termos de aparelho do Estado. Ninguém se preocupava com a forma como ele se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas”. Ainda que, aparentemente, se tratasse do tema, ele acredita que “a mecânica do poder nunca era analisada”. Situação que, segundo sustenta, só se modificaria no fim dos anos 1960: “Só se pôde começar a fazer este trabalho depois de 1968, isto é, a partir das lutas cotidianas e realizadas na base com aqueles que tinham que se debater nas malhas mais finas da rede do poder. Foi aí que apareceu a concretude do poder e ao mesmo tempo a fecundidade possível destas análises do poder, que tinham como objetivo dar conta destas coisas que até então tinham ficado à margem do campo da análise política.”[MP, p. 6]

Para que as análises do poder fossem realizadas a contento, o modelo que se apóia nas soluções eminentemente jurídicas – que trata a problemática do poder somente em termos de constituição, lei, proibição etc. – deveria ser descartado, pois “foi muito utilizado e mostrou [...] ser inadequado”. Ainda que trabalhando com hipóteses, Foucault afirma que, por essa insuficiência de modelo, pareceria mais adequado um outro modelo, que ele chama de “guerreiro ou estratégico”, ou seja, aquele que se fundamenta nas “relações de forças”.

Conceber o poder a partir das relações de forças o leva a trabalhar com a junção de duas hipóteses: “por um lado, os mecanismos de poder seriam de tipo repressivo, idéia que chamarei por comodidade de hipótese de Reich; por outro lado, a base das relações de poder seria o confronto belicoso de forças, idéia que chamarei, também por comodidade, de hipótese de Nietzsche”. Duas hipóteses que, segundo acredita, “não são inconciliáveis” e “parecem se articular”. [MP, p. 176] Essa concepção do poder, a partir das hipóteses de Reich e Nietzsche, diferencia-se de uma outra – mais clássica, se poderia dizer, utilizada por filósofos do século XVIII –, que se fundamenta no “poder como direito originário que se cede, constitutivo da soberania, tendo o contrato como motriz”. [MP, p. 177] Concebido dessa maneira, o poder se fundamentaria na idéia de um contrato e os excessos ou rompimentos desse contrato poderiam levar esse poder a tornar-se opressivo.

As hipóteses de Reich e Nietzsche – distintamente dessa concepção contratual de poder – buscariam “analisar o poder político, não mais segundo o esquema contrato-opressão, mas segundo o esquema guerra-repressão; neste sentido, a repressão não seria mais o que era a opressão com respeito ao contrato, isto é, um abuso, mas, ao contrário, o simples efeito e a simples continuação de uma relação de dominação. A repressão seria a prática, no interior desta pseudo-paz, de uma relação perpétua de força.” [Ibid.] Na realidade, Foucault acredita que Nietzsche trouxe contribuições relevantes para o estudo das relações de poder, sendo, por isso, “um filósofo do poder, mas que chegou a pensar o poder sem se fechar no interior de uma teoria política”. [MP, p. 143]

Tateando para buscar responder a primeira questão central sobre o poder – O que são o poder e as relações de poder? –, Foucault coloca que “talvez ainda não se saiba o que é o poder”. [MP, p. 75] Suas investigações, em grande medida, vão buscar compreender as relações de poder – como colocado, fundamentalmente em seus níveis mais “micro” – para que se chegue a uma resposta adequada para a difícil questão. Apesar dessa reticência em apontar inicialmente um conceito bem definido, Foucault continua as reflexões e traz elementos relevantes para se pensar a questão. Um primeiro aspecto, negado inicialmente, é que não se pode conceber o poder simplesmente como um sinônimo de Estado: “a teoria do Estado, a análise tradicional dos aparelhos de Estado sem dúvida não esgotam o campo de exercício e de funcionamento do poder”. [Ibid.] Assim, seria necessário conceber uma definição mais ampla, que desse conta de um fenômeno que poderia ter relações com o Estado, mas que não se resumisse a ele. Similarmente, o autor acredita que não seria possível conceber o poder somente em termos econômicos.

Assim, buscando uma definição do poder dentro desses pressupostos, Foucault fundamenta-se na hipótese de Nietzsche colocada anteriormente para questionar: “se o poder é, em si próprio, ativação e desdobramento de uma relação de força [...], não deveríamos analisá-lo, acima de tudo, em termos de combate, de confronto e de guerra?”. Trabalhar com essa hipótese, significaria “que o poder é guerra, guerra prolongada por outros meios.” A clássica posição de Clausewitz, de que “a guerra é continuação da política por outros meios”, seria, assim, invertida, podendo-se afirmar “que a política é a guerra prolongada por outros meios”[MP, p. 176], inversão que implicaria, para Foucault, três afirmações.

1.) “Que as relações de poder nas sociedades atuais têm essencialmente por base uma relação de força estabelecida, em um momento historicamente determinável, na guerra e pela guerra. E se é verdade que o poder político acaba a guerra, tenta impor a paz na sociedade civil, não é para suspender os efeitos da guerra ou neutralizar os desequilíbrios que se manifestaram na batalha final, mas para reinscrever perpetuamente estas relações de força, através de uma espécie de guerra silenciosa, nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos. A política é a sanção e a reprodução do desequilíbrio das forças manifestadas na guerra.”

2.) “Que, no interior desta ‘paz civil’, as lutas políticas, os confrontos a respeito do poder, com o poder e pelo poder, as modificações das relações de força em um sistema político, tudo isto deve ser interpretado apenas como continuações da guerra, como episódios, fragmentações, deslocamentos da própria guerra. Sempre se escreve a história da guerra, mesmo quando se escreve a história da paz e de suas instituições.”

3.) “Que a decisão final só pode vir da guerra, de uma prova de força em que as armas deverão ser os juizes. O final da política seria a última batalha, isto é, só a última batalha suspenderia finalmente o exercício do poder como guerra prolongada.” [Ibid.]

Essas três afirmações permitem certa análise. A utilização da lógica da guerra e da paz para a explicação do poder fundamenta-se no fato de que *poder implica força*, já que, conforme coloca Foucault, *relações de poder implicam relações de forças*. Forças que estariam em *disputa*, em *luta permanente*, em *correlação* e num *jogo contínuo e dinâmico* chamado de guerra, dentro do qual *distintas ferramentas e tecnologias* poderiam ser utilizadas para a ampliação das forças. A *guerra*, nesse sentido, não deve ser entendida somente como conflito armado ou militar, mas como *disputa e luta permanentes entre as diversas forças em jogo*, que podem ser mais ou menos evidentes e violentas, mas que sempre existem e possuem um custo para aqueles que detêm o poder.

É o nível de estabilidade das forças em jogo, conforme elas se assentam, que determina o que se chama mais comumente de situação de “guerra” ou de “paz”. Para Foucault, no entanto, a paz não é mais do que uma situação de guerra estabilizada, em que determinadas forças se impõem, ainda que isso aconteça sem o fim das outras forças de menor eficácia. Por isso a afirmação de que, mesmo na paz há guerra, já que, ainda que uma força tenha se imposto na relação, as outras, ou mesmo novas forças, continuarão a disputa e a luta, mais ou menos evidentemente.

O conjunto ou o universo de regras que deriva de uma situação de conflito, e portanto da “guerra”, e que por vezes institui a paz, satisfazem, na realidade, a violência intrínseca ao jogo de poder: esse “universo de regras [...] não é destinado a adoçar, mas ao contrário a satisfazer a violência. Seria um erro acreditar, segundo o esquema tradicional, que a guerra geral, se esgotando em suas próprias contradições, acaba por renunciar à violência e aceita sua própria supressão nas leis da paz civil. A regra é o prazer calculado da obstinação, é o sangue prometido. Ela permite reativar sem cessar o jogo da dominação; ela põe em cena uma violência meticulosamente repetida. O desejo da paz, a doçura do compromisso, a aceitação tácita da lei, longe de serem a grande conversão moral, ou o útil calculado que deram nascimento à regra, são apenas seu resultado e, propriamente falando, sua perversão: ‘Falta, consciência, dever têm sua emergência no direito de obrigação; e em seus começos, como tudo o que é grande sobre a Terra, foi banhado de sangue’.”[MP, p. 25] Portanto, para Foucault, a paz é a instituição, ou a própria institucionalização da violência da guerra.

É nesse sentido que um conjunto de decisões só pode, realmente, vir da guerra, já que as decisões surgem a partir do estabelecimento de relações de poder, as quais envolvem todas as forças em jogo. Foucault sustenta que uma *relação de poder* tem por base uma *relação de força estabelecida*, ou seja, *quando, em uma determinada correlação de forças, alguma delas se impõe em relação às outras, há uma relação de poder, que está localizada no tempo e no espaço*. Por isso Foucault caracteriza a *política como a intervenção/participação em uma determinada correlação de forças, sempre desequilibrada*, que pode realizar-se em sentido *favorável*, de impulsionar determinada força, ou no sentido oposto, de *contê-la*.

A história, assim, só poderia ser uma história do poder, forjada nas relações de dominação, responsável por estabelecer, no corpo social, “dominadores e dominados. Homens dominam outros homens e é assim que nasce a diferença dos valores; classes dominam classes e é assim que nasce a idéia de liberdade; homens se apoderam de coisas das quais eles têm necessidade para viver, eles lhes impõem uma duração que elas não têm, ou eles as assimilam pela força – e é o nascimento da lógica.”[MP, pp. 24-25] Um acontecimento histórico, nesse

sentido, é “uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada.”[MP, p. 28] A história, a realidade, segundo Foucault, deve ser pensada em termos das relações de poder e, portanto, pode-se inferir que, para ele, o poder o “motor da história”.

Falar que o final da política seria a última batalha, e que só essa batalha seria capaz de acabar com a situação de guerra e com o próprio poder, parece uma sutileza de Foucault para dizer que *o final da política, e do próprio poder, só existiria com o fim da história*.

* * *

Há, no sentido colocado, uma preferência de Foucault em não falar em poder, mas em relações de poder, já que o poder em si, para ele, não existiria como noção apartada da idéia de disputa e luta de forças que se impõem umas às outras. Por isso sua afirmação de que “as relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças”[MP, p. 250] e que “lutamos todos contra todos”[MP, p. 257]. A situação de guerra permanente colocaria todos os indivíduos, e suas respectivas forças, em disputa e luta permanente, e por isso ele afirmará, como será discutido mais à frente, que o poder se dá em todas as esferas e níveis, quando há imposição de força em uma determinada relação.

No entanto, há um porém: “a pura e simples afirmação de uma ‘luta’ não pode servir de explicação primeira e última para a análise das relações de poder. Este tema da luta só se torna operatório se for estabelecido concretamente, e em relação a cada caso, quem está em luta, a respeito de que, como se desenrola a luta, em que lugar, com quais instrumentos e segundo que racionalidade. Em outras palavras, se o objetivo for levar a sério a afirmação de que a luta está no centro das relações de poder, é preciso perceber que a brava e velha ‘lógica’ da contradição não é de forma alguma suficiente para elucidar os processos reais.”[MP, p. 226] Uma condição que, segundo coloca Foucault, não foi cumprida pela concepção de luta de classes marxista, já que aqueles que a formularam “se preocuparam principalmente em saber o que é a classe, onde ela se situa, quem ela engloba e jamais o que concretamente é a luta”[MP, p. 242]; ou seja, teriam dado mais atenção ao conceito de classe do que ao conceito de luta. Analisar o poder, e portanto as lutas, implica, portanto, identificar atores que emergem, que entram em cena, um momento em que as forças “passam dos bastidores para o teatro”, designando “um lugar de confronto”. [MP, p. 24]

A relação do poder com a guerra, traz junto outra implicação de relevância, que é a estratégia, termo ao qual Foucault refere-se com frequência: “quando falo de estratégia”, coloca, “levo o termo a sério”; “para que uma determinada relação de forças possa não somente se manter, mas se acentuar, se estabilizar e ganhar terreno, é necessário que haja uma manobra” [MP, p. 255]. Assim, a estratégia torna-se conceito central ao se tratar do poder, já que a concepção de relações de forças implicaria sempre uma leitura da realidade, um objetivo estratégico e conjuntos táticos capazes de conduzir à estratégia e aos objetivos almejados. Analisar o poder, seria, em outros termos, realizar uma “genealogia das relações de força, de desenvolvimentos de estratégias e táticas”. [MP, p. 5]

Finalmente, Foucault coloca: “o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” [MP, p. 248]; é uma “coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte”. [MP, p. 75] “Nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder”. [MP, p. 147]

É um risco tentar elaborar uma resposta de Foucault para a primeira questão formulada, já que a análise aqui realizada considera diferentes artigos, escritos em épocas diferentes, e desconsidera o contexto histórico dentro do qual estão inseridos. Encontra as limitações colocadas no início do artigo. Como Foucault sempre buscou elaborar suas reflexões teóricas do poder com o objetivo de refletir sobre situações concretas e reais – seus objetos de investigação –, retirar os aspectos teóricos de suas reflexões, buscando elaborar uma “teoria do poder”, implica arriscar-se seriamente, já que essa nunca foi a intenção do autor. No entanto, a título de exercício teórico, buscarei, sabendo desse risco, formular, a partir dos argumentos colocados, uma possível resposta de Foucault para a questão: O que são o poder e as relações de poder?

O poder é uma relação que se estabelece nas lutas e disputas (na guerra, portanto) entre diversas forças, quando uma força se impõe às outras. Assim, poder e relação de poder podem funcionar como sinônimos. As forças em jogo contínuo, dinâmico e permanente, constituem a base das relações em qualquer sociedade e as lutas e disputas podem estar mais ou menos evidentes, serem mais ou menos violentas, mas sempre existem. As relações de poder são o conjunto dos poderes que se estabelecem entre as diversas forças em jogo. Relações que só existem no espaço e no tempo e que possuem diferentes características em termos de organização, visibilidade, nível de incidência e espaços em que se dão.

O LOCUS DO PODER E DAS RELAÇÕES DE PODER

As três esferas e o poder

A título analítico, trabalharei com a divisão da estrutura sistêmica da sociedade em três esferas fundamentais: econômica, política/jurídica/militar e cultural/ideológica – estrutura com a qual, aparentemente, Foucault não costuma trabalhar. Será com base nessas esferas que realizarei a análise de onde Foucault acredita estar o poder, ou seja, como se poderia encontrar uma resposta para a segunda questão central sobre o poder: Aonde está o poder e aonde se dão as relações de poder? – estabelecendo, dessa maneira, uma identificação do *locus* do poder.

A esfera política/jurídica/militar

Tratando de estudos prévios aos seus, Foucault afirma: “A teoria do Estado, a análise tradicional dos aparelhos de Estado, sem dúvida não esgotam o campo de exercício e de funcionamento do poder”. [MP, p. 75] Isso porque “o poder, em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo [que o aparelho de Estado], porque cada um de nós, é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder”. [MP, p. 160] Por isso, Foucault afirma que a busca pelo *locus* do poder não pode resumir-se ao campo do Estado. Obviamente, com isso, não está negando que no Estado não haja poder, mas que o poder também se dá em esferas e níveis que estão para além do Estado.

Uma visão que não implica, “de forma alguma, a intenção de diminuir a importância e a eficácia do poder do Estado”. Mas constitui uma preocupação, já que “de tanto se insistir em seu papel, e em seu papel exclusivo, corre-se o risco de não dar conta de todos os mecanismos e efeitos do poder que não passam diretamente pelo aparelho de Estado, que muitas vezes o sustentam, o reproduzem, elevam sua eficácia ao máximo”. [MP, p. 161] Assim, nota-se a preocupação de um certo reducionismo que, ao priorizar o Estado como *locus* do poder deixaria de lado uma série de outros *loci* que possuem, para ele, relevância. “A questão do poder fica empobrecida quando é colocada unicamente em termos de legislação, de Constituição, ou somente em termos de Estado ou de aparelho de Estado. O poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado.” [MP, p. 221]

Estudar o poder para Foucault é, portanto, considerá-lo mais amplamente que o Estado, já que “as relações de poder [...] passam por muitas outras coisas”. “As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade, há milhares e milhares de relações de

poder e, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo.”[EPS, p. 231] E, se por um lado pode haver influências do Estado e também das dominações de classe nessas outras relações de poder, é possível afirmar que o contrário também é verdadeiro: “Se for verdade que essas pequenas relações de poder são com frequência comandadas, induzidas do alto pelos grandes poderes de Estado ou pelas grandes dominações de classe, é preciso ainda dizer que, em sentido inverso, uma dominação de classe ou uma estrutura de Estado só podem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder. O que seria o poder de Estado, aquele que impõe, por exemplo, o serviço militar, se não houvesse, em torno de cada indivíduo, todo um feixe de relações de poder que o liga a seus pais, a seu patrão, a seu professor – àquele que sabe, àquele que lhe enfiou na cabeça tal ou qual idéia? A estrutura de Estado, no que ela tem de geral, de abstrato, mesmo de violento, não chegaria a manter, assim, contínua e cautelosamente, todos os indivíduos, se ela não se enraizasse, não utilizasse, como uma espécie de grande estratégia, todas as pequenas táticas locais e individuais que encerram cada um entre nós.”[EPS, pp. 231-232]

Conceber uma teoria libertária do poder, que tenha como objetivo fornecer ferramentas para a compreensão da sociedade e sobre a qual possam ser estabelecidas estratégias de transformação envolve, partido da análise de Foucault, ter em mente que “o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado, a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados”. [MP, pp. 149-150] E nesse sentido, as análises e estratégias de transformação têm a necessidade de extrapolar a esfera do Estado.

Portanto, como dito, *há para Foucault poder no Estado, mas uma análise do locus do poder não pode se resumir ao Estado e, menos ainda, ao governo.* Ainda tratando da esfera política, e de certa maneira ligado à questão do Estado, pode-se localizar o poder também no judiciário, nas prisões, nos hospitais psiquiátricos, na polícia, no exército, nas leis etc. Para as pesquisas, Foucault recomenda: “em vez de orientar a pesquisa sobre o poder no sentido do edifício jurídico da soberania, dos aparelhos de Estado e das ideologias que o acompanham, deve-se orientá-la para a dominação, os operadores materiais, as formas de sujeição, os usos e as conexões da sujeição pelos sistemas locais e os dispositivos estratégicos. E preciso estudar o poder colocando-se fora do modelo do Leviatã, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição estatal. E preciso estudá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação. Esta é, grosso modo, a linha metodológica a ser seguida e que procurei seguir nas várias pesquisas que fizemos nos últimos anos.”[MP, p. 186]

A esfera cultural/ideológica

O poder, para Foucault, como se viu, não se resume à esfera política. Diversas de suas discussões se dão em torno da esfera cultural/ideológica. É relevante aqui fazer um esclarecimento de que Foucault geralmente nega o conceito de ideologia, por identificá-la com a definição que se aproxima do que foi chamado de “significado forte” de ideologia: “A noção de ideologia me parece dificilmente utilizável por três razões. A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente: refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. Enfim, a ideologia está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica, material, etc. Por estas três razões, creio que é uma noção que não deve ser utilizada sem precauções.”[MP, p. 7] Quando trabalho com a ideologia como parte constituinte de uma esfera, utilizo essa precaução e trabalho com uma compreensão mais próxima do que foi chamado de “significado fraco” de ideologia.[4]

Ao afirmar que a concepção de Foucault envolve a esfera cultural/ideológica estou me referindo ao *campo das idéias, dos discursos, dos valores, da moral, da ética, das motivações, dos desejos, das aspirações, dos costumes, das crenças, do saber* etc. Aspectos centrais na teoria foucaultiana do poder. Para ele, *essa esfera, que envolve os campos mencionados, está cheia de relações de poder* e suas investigações acerca da verdade e do saber têm muito a contribuir nesse sentido.

Para o autor, há cinco características históricas relevantes sobre a verdade: “‘a verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ‘ideológicas’).”[MP, p. 13] Deixando de lado as relações entre essa esfera e as esferas política e econômica – questão que será abordada mais adiante –, pode-se afirmar que, para

Foucault, a esfera cultural/ideológica também é *locus* do poder; poderes que se ligam diretamente à determinadas concepções de verdade, as quais, muitas vezes, fundamentam-se no discurso científico, utilizando-se da ciência para legitimar posições que podem ou não ter conteúdo, de fato, científico. O poder, nesse sentido, estaria nas escolas, nas universidades, na imprensa e na indústria cultural, forjando-se nas relações sociais que se estabelecem nesses âmbitos.

Foucault sugere compreender verdade como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”, sendo que ela estaria “circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime da verdade’”. Um regime que, na realidade, “não é simplesmente ideológico ou superestrutural; foi uma condição de formação e desenvolvimento do capitalismo” – e, para ser transformado, precisaria ser desvinculado das hegemonias sociais, econômicas e culturais. E também coloca: “a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade”. [MP, p. 14]

A verdade, portanto, instituiria um determinado campo regulatório/normativo responsável pela circulação do poder. Um campo que se alimentaria de outras relações de poder e ao mesmo tempo as alimentaria, não consistindo em um mero reflexo da infraestrutura da sociedade e tendo relevância, também, na formulação e no desenvolvimento de outras relações de poder. A noção de verdadeiro e falso seria capaz de se estabelecer em discursos com influências morais, e forjar noções de bem e de mal, de certo e de errado, muitas das quais serviriam de base para relações de poder. A verdade, no sentido daquilo “que se dá”, é um “acontecimento”; “deste acontecimento que assim se produz impressionando aquele que o buscava, a relação não é do objeto ao sujeito de conhecimento. É uma relação ambígua, reversível, que luta belicosamente por controle, dominação e vitória: uma relação de poder.” [MP, pp. 114-115] Em suma, “essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam”. [EPS, p. 229]

Foucault acredita, similarmente, que o saber possui uma relação estreita com o poder, ou seja, haveria “uma perpétua articulação do poder com o saber e do saber com o poder”. Pensa que “exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza. Não se pode compreender nada sobre o saber econômico se não se sabe como se exercia, cotidianamente, o poder, e o poder econômico. O exercício do poder cria

perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder.[MP, pp. 141-142] O saber, nesse sentido, serviria como causa e conseqüência de acontecimentos diversos que seriam parte de inúmeras relações de poder. Foucault trabalha com a hipótese de que “as grandes máquinas de poder” podem ter “sido acompanhadas de produções ideológicas. Houve, provavelmente, por exemplo, uma ideologia da educação; uma ideologia do poder monárquico, uma ideologia da democracia parlamentar, etc.; mas não creio que aquilo que se forma na base sejam ideologias: é muito menos e muito mais do que isso. São instrumentos reais de formação e de acumulação do saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Tudo isto significa que o poder, para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas.”[MP, p. 186]

Essa esfera que chamei de cultural/ideológica contaria ainda com elementos relevantes como o papel dos intelectuais e das religiões, e as noções de desejo e interesse. Sobre esses últimos, afirma Foucault: “as relações entre desejo, poder e interesse são mais complexas do que geralmente se acredita e não são necessariamente os que exercem o poder que têm interesse em exercê-lo, os que têm interesse em exercê-lo não o exercem e o desejo do poder estabelece uma relação ainda singular entre o poder e o interesse. [...] Esta relação entre o desejo, o poder e o interesse é ainda pouco conhecida.” Afirmações que, sem cair em reducionismos generalizantes, dão uma idéia dos desafios que ainda se colocam àqueles que se dispõem a estudar o poder.

A esfera econômica

O tema da economia não é significativamente estudado por Foucault, mesmo porque, sua principal intenção é entender o poder em outras esferas e as determinadas influências que o poder dessas esferas poderiam exercer na esfera econômica, responsável pelas relações de produção, distribuição e consumo. Foucault identifica certa evolução nesse campo, aparentemente no marxismo, quando coloca, por exemplo, que a exploração só foi realmente compreendida durante o século XIX.[MP, p. 75] No entanto, esse salto qualitativo na compreensão econômica da sociedade teria tido como conseqüência o fato de que, desde aqueles tempos, “a crítica da sociedade foi feita, essencialmente, a partir do caráter efetivamente determinante da economia. São redução do ‘político’, certamente, mas também tendência a negligenciar as relações de poder elementares que podem ser constituintes das relações econômicas.”[MP, p. 237]. Nesse sentido, se por um lado os estudos que vêm desde

o século XIX permitiram uma compreensão mais aprofundada da economia, identificando que nela também havia poder e reconhecendo sua relevância, por outro, eles terminaram apontando para um certo *reducionismo*, quando a economia passou a ser vista como *locus exclusivo do poder ou como uma infra-estrutura que necessariamente determinaria tudo aquilo que se chamou de superestrutura*.

Portanto, considerar o autor dentro de seu respectivo contexto implica, nesse caso, compreender a tentativa de Foucault de extrapolar a esfera econômica para as análises do poder. E por esse motivo, quando trata de economia, sua abordagem se dá mais no sentido de criticar esse “economicismo” do que de tratar do poder na esfera econômica. Ele se volta “contra a idéia de um poder que seria uma superestrutura”, obedecendo necessariamente a um determinismo da esfera econômica, “mas não contra a idéia de que este poder é, de alguma forma, consubstancial ao desenvolvimento das forças produtivas; ele faz parte deste desenvolvimento” e “se transforma continuamente junto com elas”. [MP, p. 222] *Foucault acredita que não se pode reduzir o poder a uma superestrutura, determinada pela economia, mas também não se pode negar que na esfera econômica exista poder.*

Isso significa que, para Foucault, *existe poder na esfera econômica – constituída pelas relações econômicas que envolvem o campo do trabalho, as classes, etc. – que é, também, locus privilegiado do poder.*

Sua intenção, como mencionado, não será discutir as questões macro-econômicas que, segundo ele, vêm sendo suficientemente estudadas desde o século XIX. Foucault se dedicará às funções no campo do trabalho que extrapolam as relações de produção e privilegiará, como de praxe, as micro-relações. Referindo-se, por exemplo, ao seu interesse no campo do trabalho, afirma: “A função produtiva [do trabalho] é sensivelmente igual a zero nas categorias de que me ocupo, enquanto que as funções simbólica e disciplinar são muito importantes”. [MP, p. 224] Foucault busca pesquisar as micro-relações de poder, nos níveis mais fundamentais da sociedade, relações geralmente menos evidentes, apreendendo-as “até as infra-estruturas econômicas”, que constituem macro-relações mais evidentes. E sua teoria deve ser compreendida dentro desse contexto.

Pode-se, também, na discussão do poder na esfera econômica, trazer algumas contribuições de Foucault para o tema das classes sociais e da luta de classes. O autor *não nega a existência de classes sociais e de uma relação de poder e dominação entre elas*; uma relação que se realizaria a partir de um *conjunto determinado de estratégias e táticas com resultados tanto na classe dominante como na classe dominada*: “Uma classe dominante não é uma abstração, mas também não é um dado prévio. Que uma classe se torne dominante, que

ela assegure sua dominação e que esta dominação se reproduza, estes são efeitos de um certo número de táticas eficazes, sistemáticas, que funcionam no interior de grandes estratégias que asseguram esta dominação. Mas entre a estratégia que fixa, reproduz, multiplica, acentua as relações de força e a classe dominante, existe uma relação recíproca de produção. Pode-se, portanto, dizer que a estratégia de moralização da classe operária é a da burguesia. Pode-se mesmo dizer que é a estratégia que permite à classe burguesa ser a classe burguesa e exercer sua dominação.”[MP, pp. 252-253] A partir da noção de dominação de classe, parece evidente que o saber possui uma relação estrita com ela, já que a família, a universidade, o sistema escolar, responsáveis pela distribuição do poder, são feitos “para manter no poder uma certa classe social e excluir dos instrumentos do poder qualquer outra classe social”. [EPS, p. 114]

A contradição entre as classes sociais – que poderia ser chamada de luta de classes, já que “luta é contradição” – deve ser objeto de investigação, já que “o problema é saber se a lógica da contradição pode servir de princípio de inteligibilidade e de regra de ação na luta política”. [EPS, p. 250] Algo que implica, para Foucault, *abandonar a dialética de base hegeliana*, e pensar as relações de poder em termos de luta, sem necessariamente uma síntese como resultado: “Não sei bem como solucionar este problema. Mas quando se considera que o poder deve ser analisado em termos de relações de poder, é possível apreender, muito mais que em outras elaborações teóricas, a relação que existe entre o poder e a luta, em particular a luta de classes.” [MP, p. 256] E é nesse sentido que ele questiona a prioridade que, no marxismo, se deu à discussão da classe em detrimento da questão da luta.

É, no entanto, necessário enfatizar, que, se a luta de classes explica parte das relações de poder, não se pode generalizar: “não acho que seja fecundo, que seja operante dizer que a psiquiatria é a psiquiatria de classe, a medicina, a medicina de classe, os médicos e psiquiatras, os representantes dos interesses de classe. Não se chega a lugar nenhum quando se faz isso, mas é preciso, contudo, reinserir a complexidade desses fenômenos no interior de processos históricos que são econômicos etc.” [EPS, p. 228] Portanto, para Foucault, *não se pode querer explicar todas as relações de poder com base nas análises de classe*. Assim, “a luta de classes pode, portanto, não ser a ‘ratio do exercício do poder’ e ser, todavia, ‘garantia de inteligibilidade’ de algumas grandes estratégias.” [EPS, p. 249]

O poder em todo o corpo social

Como se viu, para Foucault há *poder nas três grandes esferas* anteriormente especificadas; *relações que atravessam, portanto, todo o corpo social*: “em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que

atravessam, caracterizam e constituem o corpo social”[MP, p. 179]; “o poder não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos”. [EPS, p. 262]

Nesse sentido, há poder em todas as esferas estruturadas, tanto em nível macro, como em nível micro. Não se trata, para Foucault, em seus estudos, de compreender o poder que se encontra nos centros, mas “ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar”. [MP, p. 182] E corrobora: “quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana.” [MP, p. 131] Seu interesse está “na vida cotidiana, nas relações entre os sexos, nas famílias, entre os doentes mentais e as pessoas sensatas, entre os doentes e os médicos” [EPS, p. 233]; e mais: “a vida sexual, [...] a exclusão dos homossexuais”. Para ele, “todas essas relações são relações políticas”. [EPS, p. 262]

Ainda que seu foco seja nos níveis mais baixos, básicos, capilares e periféricos do poder, isso não significa negar a presença do poder em seus aspectos altos, mais evidentes e centrais. Para Foucault, as micro-relações de poder são relevantes, pois, além de serem influenciadas pelas macro-relações, têm a capacidade de influenciá-las e estruturá-las. Há, assim, relações de poder que se estruturam de forma piramidal, com um pico, um ápice, e uma base. “Existe, portanto, um ápice”, ainda que esse ápice não seja necessariamente “a ‘fonte’ ou o ‘princípio’ de onde todo o poder derivaria como de um foco luminoso. [...] O ápice e os elementos inferiores estão em uma relação de apoio e de condicionamento recíprocos; eles se sustentam” [MP, p. 221] – relação que será investigada a seguir.

O poder estaria “sempre ali”, nunca permitindo estarmos “fora”, já “que não há ‘margens’ para a cambalhota daqueles que estão em ruptura”, ainda que essa afirmação não implique “que se deva admitir uma forma incontornável de dominação ou um privilégio absoluto da lei. Que nunca se possa estar ‘fora do poder’ não quer dizer que se está inteiramente capturado na armadilha.” [EPS, p. 248]

Ainda que como hipóteses a serem exploradas, Foucault sugere: “– que o poder é coextensivo ao corpo social; não há, entre as malhas de sua rede, praias de liberdades elementares; – que as relações de poder são intrincadas em outros tipos de relação (de produção, de aliança, de família, de sexualidade) em que desempenham um papel ao mesmo tempo condicionante e condicionado; – que elas não obedecem à forma única da interdição e do castigo, mas que são formas múltiplas; – que seu entrecruzamento delinea fatos gerais de dominação, que esta dominação se organiza em estratégia mais ou menos coerente e unitária;

que os procedimentos dispersados, heteromorfos e locais do poder são reajustados, reforçados, transformados por essas estratégias globais, e tudo isso com numerosos fenômenos de inércia, de intervalos, de resistências; que não se deve, portanto, pensar um fato primeiro e maciço de dominação (uma estrutura binária com, de um lado, os ‘dominantes’ e, de outro, os ‘dominados’), mas, antes, uma produção multiforme de relações de dominação, que são parcialmente integráveis a estratégias de conjunto.”[Ibid.] Posição que se evidencia em sua própria definição de dominação: “por dominação eu não entendo o fato de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre o outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade”. [MP, p. 181]

Fechando, e novamente, a título de exercício teórico, e consciente dos riscos que isso implica, buscarei uma possível resposta de Foucault para a questão: Aonde está o poder e aonde se dão as relações de poder?

O poder está em todo o corpo social, nas distintas esferas da sociedade (macro e micro, do centro e da periferia), as quais possuem, em seu seio, múltiplas relações de poder que atravessam, caracterizam e constituem esse corpo social. O poder, portanto, não é uma exclusividade do Estado e existe para além da esfera política, nas relações sociais forjadas cultural e ideologicamente, assim como no campo da economia. No entanto, aceitar que há poder na esfera econômica não significa negar que haja poder nas outras esferas e nem que a esfera econômica determine ou se sobreponha, obrigatoriamente, às outras. A esfera econômica e as próprias categorias mais ligadas à economia, como as classes sociais e a luta de classes, constituem parte do locus do poder e explicam o poder apenas parcialmente.

A DINÂMICA DO PODER E DAS RELAÇÕES DE PODER

Para estudar a dinâmica do poder e das relações de poder, Foucault rechaça algumas posições clássicas que foram – e, em alguma medida, ainda são – defendidas por teóricos e correntes que se debruçaram sobre o tema. Propõe, contrapondo as posições criticadas, concepções acerca do *modus operandi* do poder.

Progresso e evolução da sociedade

Dentre as questões teórico-filosóficas que nortearam muito do pensamento social clássico – que inclui os teóricos do socialismo – está a noção de progresso e/ou evolução da sociedade. Haveria um sentido progressivo e evolutivo na história da humanidade?

Durante o século XIX, o pensamento socialista, por exemplo, esteve permeado por uma resposta afirmativa em relação a essa questão. Marx acreditava que o capitalismo era um

progresso em relação ao feudalismo e uma ante-sala do socialismo, que necessariamente chegaria por um desenvolvimento das forças produtivas; Proudhon, em sua dialética serial, nunca abandonou a noção de que a contradição entre os pares antinômicos, ainda que constituísse certa “equilíbrio”, sem síntese e fim dos conflitos, implicaria um progresso gradual da sociedade; Bakunin acreditava que a humanidade, atual fase do desenvolvimento humano, provinha da animalidade e era também a ante-sala da liberdade, terceira e última fase do desenvolvimento natural e inevitável da humanidade; Kropotkin acreditava que a revolução era inevitável, por razão da desorganização natural da sociedade contemporânea e por uma certa tendência natural do homem à cooperação – fatos que ele afirmava ter verificado cientificamente. São inúmeros os exemplos que se poderia dar.

Foucault discorda dessas posições. Para ele, *a sociedade não tem por trás de suas relações de poder um mecanismo que leva, naturalmente, ao progresso ou à evolução em qualquer sentido*, seja ele o socialismo, a liberdade, o fim dos conflitos ou qualquer outro fim pré-determinado. Mesmo a idéia de fim dos conflitos, de paz, como se viu, para o autor, tem mais um sentido de instituição e de institucionalização da guerra, do que de objetivo final da sociedade: “A humanidade não progride lentamente, de combate em combate, até uma reciprocidade universal, em que as regras substituiriam para sempre a guerra; ela instala cada uma de suas violências em um sistema de regras, e prossegue assim de dominação em dominação.”[MP, p. 25] Os próprios *conflitos de forças*, como também já se viu, nunca *deixariam de existir*. A história, nesse sentido, “não se apóia em nenhuma constância”[MP, p. 27] e “o verdadeiro sentido histórico reconhece que nós vivemos sem referências ou sem coordenadas originárias”. [MP, p. 29] Assim, pode-se dizer que *Foucault acredita que não há uma noção de progresso ou de evolução que impulsione a história; não há também uma constância determinada e nem referências ou coordenadas originárias da sociedade, que permitiriam saber em que sentido ela se desenvolve*. Enfatiza: “apenas a metafísica poderia interpretar o devir da humanidade.”[MP, p. 26]

O progresso e a evolução não explicam, portanto, o *desenvolvimento da sociedade e os caminhos da história*; é a *luta entre as diversas forças* que o fazem: “As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta.”[MP, p. 28] É a luta entre as distintas forças que impulsiona a sociedade para um ou outro sentido.

Assim, dependendo da concepção ética por trás da formulação elaborada, é possível dizer que a humanidade pode progredir, mas também pode regredir. Afinal, o que é progresso e o que é regresso? A resposta está certamente ligada à idéia do que é mais avançado, do que

é melhor, do que se aproxima mais daquilo que se concebe como ideal. E nesse sentido, para Foucault, *a sociedade pode caminhar para um lado ou para outro, dependendo das relações de poder que se forjarem nos conflitos da sociedade.*

Por esse motivo, ele afirma: “não digo que a humanidade não progrida. Digo que considero um mau método colocar o problema ‘por que progredimos?’ O problema é ‘como isto se passa?’ E o que se passa agora não é forçosamente melhor, ou mais elaborado, ou melhor elucidado do que o que se passou antes.”[MP, p. 140] Para o autor, é fundamental *abandonar essa concepção, que se poderia chamar de teleológica*, do desenvolvimento da sociedade e do sentido da história, ainda que ela afirme basear-se em pressupostos científicos.

Economicismo e materialismo histórico

Foucault, nessa discussão do “como” do poder, pergunta: “a análise do poder ou dos poderes pode ser, de uma maneira ou de outra, deduzida da economia?”. Refletindo sobre a questão, pondera que, apesar das significativas diferenças, “existe um ponto em comum entre a concepção jurídica ou liberal do poder político – tal como encontramos nos filósofos do século XVIII – e a concepção marxista, ou uma certa concepção corrente que passa como sendo a concepção marxista. Este ponto em comum é o que chamarei o economicismo na teoria do poder”. [MP, p. 174]

“Com isto quero dizer o seguinte: no caso da teoria jurídica clássica, o poder é considerado como um direito de que se seria possuidor como de um bem e que se poderia, por conseguinte, transferir ou alienar, total ou parcialmente, por um ato jurídico ou um ato fundador de direito, que seria da ordem da cessão ou do contrato. O poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política. Neste conjunto teórico a que me refiro, a constituição do poder político se faz segundo o modelo de uma operação jurídica que seria da ordem da troca contratual. Por conseguinte, analogia manifesta, que percorre toda a teoria, entre o poder e os bens, o poder e a riqueza. No outro caso – concepção marxista geral do poder – nada disto é evidente; a concepção marxista trata de outra coisa, da funcionalidade econômica do poder. Funcionalidade econômica, no sentido em que o poder teria essencialmente como papel manter relações de produção e reproduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento e uma modalidade própria da apropriação das forças produtivas tornaram possível. O poder político teria, neste caso, encontrado na economia sua razão de ser histórica. De modo geral, em um caso temos um poder político que encontraria no procedimento de troca, na economia da circulação dos bens o seu modelo formal e, no outro, o poder político teria na economia

sua razão de ser histórica, o princípio de sua forma concreta e do seu funcionamento atual.” [MP, pp. 174-175]

Questionando ambas as abordagens, Foucault coloca algumas perguntas. “Em primeiro lugar, o poder está sempre em posição secundária em relação à economia, ele é sempre ‘finalizado’ e ‘funcionalizado’ pela economia? Tem essencialmente como razão de ser e fim servir a economia, está destinado a fazê-la funcionar, a solidificar, manter e reproduzir as relações que são características desta economia e essenciais ao seu funcionamento? Em segundo lugar, o poder é modelado pela mercadoria, por algo que se possui, se adquire, se cede por contrato ou por força, que se aliena ou se recupera, que circula, que herda esta ou aquela região? Ou, ao contrário, os instrumentos necessários para analisá-lo são diversos, mesmo se efetivamente as relações de poder estão profundamente intrincadas nas e com as relações econômicas e sempre constituem com elas um feixe?” [MP, p. 175] Uma breve resposta parece apontar o caminho: “neste caso, a indissociabilidade da economia e do político não seria da ordem da subordinação funcional nem do isomorfismo formal, mas de uma outra ordem, que se deveria explicitar”, afirmando, portanto, um *vínculo estreito entre economia e política*.

Enfatizando sua posição do poder como relação de força, Foucault coloca: “Para fazer uma análise não econômica do poder, de que instrumentos dispomos hoje? Creio que de muito poucos. Dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força.” [Ibid.] Retorna, aqui, às reflexões conceituais sobre o poder e afirma duas posições: *por um lado, nega que o poder seja somente a manutenção e reprodução da economia, por outro, volta a afirmar o poder como relação de força*.

O “economicismo” na teoria do poder, coloca Foucault, bastante reforçado durante o século XIX, conseguiu-se impor para significativa parcela dos teóricos do poder e da política em geral. “O século XIX nos prometera que, no dia em que os problemas econômicos se resolvessem, todos os efeitos de poder suplementar excessivo estariam resolvidos.” [EPS, p. 225] Com isso, acreditou-se que a esfera econômica implicaria uma determinação necessária e obrigatória das outras esferas e que, sendo as questões econômicas resolvidas, as outras também necessariamente seriam. Mas segundo acredita o autor, não foi isso que o século XX mostrou. “O século XX descobriu o contrário: “podem-se resolver todos os problemas econômicos que se quiser e os excessos do poder permanecem” [Ibid.], parecendo aludir às experiências do “socialismo real”.

Nesse sentido, *a economia, ainda que explique parcialmente o poder, não o explica na sua totalidade*; análise que também seria válida para uma *tentativa de reduzir uma explicação do poder às categorias classe/exploração*. “Talvez não baste dizer que, por trás dos governos, por trás dos aparelhos de Estado, há a classe dominante; é preciso situar o ponto de atividade, os lugares e as formas sob as quais se exerce essa dominação. É porque essa dominação não é simplesmente a expressão, em termos políticos, da exploração econômica, ela é seu instrumento, em ampla medida a condição que a torna possível; a supressão de uma se realiza pelo discernimento exaustivo da outra.”[EPS, p. 115] Ou seja, é preciso entender o “aonde” e o “como” dessas relações, sabendo que elas podem ser produto ou produtoras da economia.

Essa posição termina por afastar Foucault do materialismo histórico que, segundo acredita, buscaria “situar na base do sistema as forças produtivas, em seguida as relações de produção para se chegar à superestrutura jurídica e ideológica, e finalmente ao que dá a sua profundidade, tanto ao nosso pensamento quanto à consciência dos proletários”. Na realidade, para ele, “as relações de poder são [...] ao mesmo tempo mais simples e muito mais complicadas”. Explica; “simples, uma vez que não necessitam dessas construções piramidais; e muito mais complicadas, já que existem múltiplas relações entre, por exemplo, a tecnologia do poder e o desenvolvimento das forças produtivas. Não se pode compreender o desenvolvimento das forças produtivas a não ser que se balizem, na indústria e na sociedade, um tipo particular ou vários tipos de poder em atividade – e em atividade no interior das forças produtivas. O corpo humano é, nós sabemos, uma força de produção, mas o corpo não existe tal qual, como um artigo biológico ou como um material. O corpo existe no interior e através de um sistema político. O poder político dá um certo espaço ao indivíduo: um espaço onde se comportar, onde adaptar uma postura particular, onde sentar de uma certa maneira, ou trabalhar continuamente. Marx pensava – e ele o escreveu – que o trabalho constitui a essência concreta do homem. Penso que essa é uma idéia tipicamente hegeliana. O trabalho não é a essência do homem. Se o homem trabalha, se o corpo humano é uma força produtiva, é porque ele é investido por forças políticas, porque ele é capturado nos mecanismos de poder”. [EPS, p. 259]

Portanto, para o autor, *uma compreensão mais aprofundada do poder não pode ser resumir ao que ele chamou de “economicismo”, que implica uma determinação, necessária e obrigatória, em todos os casos, da esfera econômica em relação às outras esferas – esquema que, no campo do marxismo, ficou conhecido como a determinação da infra-estrutura da sociedade em relação à sua superestrutura – posição que o afasta do materialismo histórico*. Uma compreensão do poder, assim, deveria negar o economicismo e o materialismo histórico

como método de análise e buscar compreender as relações entre as diferentes esferas, a dependência entre elas e tudo aquilo que envolve as relações que se dão nesse sentido. *O conceito central para se compreender a humanidade não é o trabalho, mas o poder.*

O *modus operandi* do poder

Para Foucault, “onde há poder, ele se exerce”. [MP, p. 75] Essa afirmação permite voltar brevemente à primeira questão sobre o poder, e enfatizar que o poder implica *relações de forças reais*, que estão implicadas em uma determinada realidade social; o que *afasta*, dessa maneira, *a noção de definição do poder simplesmente como capacidade, ou seja, como força potencial*. Se onde há poder, ele se exerce, na realidade não há relação de poder sem dinamismo, sem constante movimento, já que o poder seria, antes de tudo, uma interação de forças que nunca cessa, que não vacila: “a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua”. [MP, p. 146] Esse sentido de batalha em permanente continuidade explicita o *dinamismo constante do poder*, que *não poderia*, nesse sentido, *ser compreendido como uma relação estática e sem movimento*.

“O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.” [MP, p. 183] A noção dinâmica do poder que funciona em cadeia, em rede, estando, como se viu, em todos os lugares, permite que Foucault afirme que não é possível falar em “poder” como algo monolítico, algo que pode ser absorvido ou tomado por um indivíduo, por uma organização, por uma classe em particular. Como o poder se dá nas relações sociais, existem milhões, bilhões de infindáveis relações sociais que constituem poder; por isso a afirmação de que o poder não está necessária e completamente com um ou com outro. *Nessas infindáveis relações de poder, o poder pode estar com um ou com outro, e esse amplo leque de possibilidades dá espaço à idéia de que todos os indivíduos, grupos, organizações etc. podem ter posições distintas nessas múltiplas relações de poder*; em alguns momentos exercem as relações de poder, em outros, sofrem suas conseqüências. *Todos*, nesse sentido, *são agentes capazes de receber e transmitir*, e podem, dependendo da relação que se analisa, ter diferentes papéis no jogo de forças que é sempre desigual.

Essa desigualdade de forças que caracteriza a relação de poder faz, necessariamente, que exista um *centro e uma periferia, um ‘em cima’ e um ‘em baixo’*: “na medida em que as relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças, é evidente que isto implica um em cima e um em baixo, uma diferença de potencial”. [MP, p. 250] No entanto, esse reconhecimento de que existem centro e ‘em cima’, periferia e ‘em baixo’, implicaria, na dinâmica do poder, entender que o poder emana do centro, ou da parte superior dessa pirâmide? Para Foucault, não.

“É evidente que, em um dispositivo como um exército ou uma oficina, ou um outro tipo de instituição, a rede do poder possui uma forma piramidal. Existe, portanto, um ápice; mas, mesmo em um caso tão simples como este, este ‘ápice’ não é a ‘fonte’ ou o ‘princípio’ de onde todo o poder derivaria como de um foco luminoso (esta é a imagem que a monarquia faz dela própria). O ápice e os elementos inferiores da hierarquia estão em uma relação de apoio de condicionamento recíprocos; eles se ‘sustentam’ (o poder, ‘chantagem’ mútua e indefinida).” [MP, p. 221] *O poder, portanto, não tem uma fonte fixa, um princípio gerador original, constante e estático e emana de diversos agentes envolvidos na relação.*

Essa visão torna complexa a análise da origem das relações de poder, e *impossibilita qualquer teoria que generalize o surgimento dessas relações*, formulando posições que podem ser aplicadas em quaisquer casos, independente do contexto – ainda que essas posições se fundamentem nas classes sociais. “Mas se você me pergunta: esta nova tecnologia de poder historicamente teve origem em um indivíduo ou em um grupo determinado de indivíduos que teriam decidido aplicá-la para servir a seus interesses e tornar o corpo social passível de ser utilizados por elas, eu responderia: não. Estas táticas foram inventadas, organizadas a partir de condições locais e de urgências particulares. Elas se delinearão por partes antes que uma estratégia de classe as solidificasse em amplos conjuntos coerentes. E preciso assinalar, além disso, que estes conjuntos não consistem em uma homogeneização, mas muito mais em uma articulação complexa, através da qual os diferentes mecanismos de poder procuram apoiar-se, mantendo sua especificidade. A articulação atual entre família, medicina, psiquiatria, psicanálise, escola, justiça, a respeito das crianças, não homogeneiza estas instâncias diferentes, mas estabelece entre elas conexões, repercussões, complementaridades, delimitações, que supõem que cada uma mantenha, até certo ponto, suas modalidades próprias.” [MP, 221-222] *O poder, desse ponto de vista, não se origina sempre na classe dominante. Entretanto, essa afirmação contra as generalizações não impede que se analise, em cada uma dessas relações, ou mesmo em um conjunto determinado de relações, as forças em jogo e como estão se colocando essas forças nas relações de poder.*

Parece-me que a afirmação de que não se pode generalizar como surgem as relações de poder não implica que, em uma relação de poder dada, ou mesmo em um conjunto delas, seja impossível saber quais são as forças em jogo, quais estão influenciando, determinando, se sobrepondo às outras, e de onde partem essas forças. Segundo Foucault, não se poderia dizer que as relações de poder se originam na classe dominante; no entanto, isso não significa negar que, em diversas relações de poder, a classe dominante possa ser a fonte do poder ou mesmo exercer poder em relação a outras classes. O que se nega, parece-me, é uma origem que poderia ser teoricamente determinada e aplicada em todos os casos.

Se a origem não pode ser determinada de antemão, *o sentido das relações de poder também não pode*. Foucault *não acredita que seja possível prever um sentido na dinâmica do poder*: ela implicaria relações em todos os sentidos, ou seja: *do centro da periferia, da periferia para o centro, do cume para a base, da base para o cume*. Uma relação de “subida” e “descida”, conforme colocada o autor: “de modo geral, penso que é preciso ver como as grandes estratégias de poder se incrustam, encontram suas condições de exercício em micro-relações de poder. Mas sempre há também movimentos de retorno, que fazem com que as estratégias que coordenam as relações de poder produzam efeitos novos e avancem sobre domínios que, até o momento, não estavam concernidos.”[MP, p. 249] É necessário, portanto, avaliar sempre os dois sentidos: *de cima para baixo, e de baixo para cima*. A preocupação de Foucault, que foi sempre mais voltada ao micro-poder do que ao macro, fez com que, mesmo sem negar o movimento do centro para a periferia, do cume para a base, ele priorizasse, no que diz respeito às relações de poder, as análises da periferia para o centro, da base para o cume. Ele defende que é relevante “fazer uma análise ascendente do poder: partir dos mecanismos infinitesimais que têm uma história, um caminho, técnicas e táticas e depois examinar como estes mecanismos de poder foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados, deslocados, desdobrados, etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global. Não é a dominação global que se pluraliza e repercute até embaixo. Creio que deva ser analisada a maneira como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos de poder atuam nos níveis mais baixos; como estes procedimentos se deslocam, se expandem, se modificam; mas sobretudo como são investidos e anexados por fenômenos mais globais.”[MP, p. 184]

Portanto, deve-se ter em mente que, *ainda que as relações de poder permitam identificar um centro, um ápice, uma periferia, uma base, isso não significa prever de antemão a origem desse poder e nem o fluxo dessas relações que, para Foucault, podem estar*

em qualquer um dos pontos e se dar de cima para baixo ou de baixo para cima, do centro para a periferia ou da periferia para o centro.

Sobre esses mesmos pressupostos teóricos, Foucault analisa as relações entre as distintas esferas da sociedade. A mesma lógica utilizada nas relações centro-periferia, ápice/cume-base, servem aqui para uma reflexão sobre as esferas. Trabalhando ainda com a divisão das esferas proposta anteriormente (econômica/política-jurídica-militar/cultural-ideológica), pode-se afirmar que o autor, assim como nega uma origem pré-determinada do poder nas relações verticais, defende que o poder não surge necessariamente em uma esfera específica e nem tem um sentido único entre elas, nessas relações que poderiam ser chamadas de horizontais. Nesse sentido, o poder não emanaria, obrigatoriamente, da esfera política ou da econômica, e nem teria alguma esfera específica como necessariamente determinante. *O poder poderia emanar das distintas esferas e influenciar-se mutuamente, variando, em sua origem e no sentido de suas relações, em cada caso.*

Em diversas situações, Foucault trata das relações estritas entre as esferas nas relações de poder. Acredita que a economia pode determinar a política, mas a relação indissociável entre uma e outra poderia fazer com que a política também determinasse a economia. O mesmo com a questão da cultura-ideologia, que poderia ser determinada pela economia ou a política, mas também as determinar. Por exemplo, o político-jurídico, na forma dos tribunais, poderia forjar uma cultura capaz de influenciar o cultural-ideológico; ao mesmo tempo, os saberes, as distintas concepções de verdade seriam capazes de influenciar o político-jurídico. A disciplina das escolas, influenciar o político-militar e vice-versa. A cultura de subserviência e o adestramento do corpo poderiam influenciar a economia, assim como a fábrica poderia forjar uma determinada cultura. A classe dominante poderia forjar o desenvolvimento do Estado e ser ao mesmo tempo forjada por ele etc. Em suma, as origens e as relações entre as esferas se dariam nos mais diversos sentidos.

Pode-se dizer, com base na argumentação exposta, que, para Foucault, o *modus operandi* do poder implica *múltiplos sentidos, múltiplas origens e influências, tanto verticais, como horizontais.*

O fato de as relações de poder se darem em todo o corpo social permite afirmar que, para o autor, *“onde há poder, há resistência”*. “A análise dos mecanismos de poder não tende a mostrar que o poder é ao mesmo tempo anônimo e sempre vencedor. Trata-se, ao contrário, de demarcar as posições e os modos de ação de cada um, as possibilidades de resistência e de contra-ataque de uns e de outros.”[MP, p. 226] A dinâmica das relações de poder implica que, nas inúmeras correlações de forças da sociedade, ainda que algumas se imponham, haverá

sempre resistências. “A partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa.”[MP, p. 241]

Com essa posição, Foucault rechaça as críticas que lhe foram feitas; os críticos afirmaram que, já que o poder está em todos os lugares, não há possibilidade de resistência: “As relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável. Com frequência se disse – os críticos me dirigiram esta censura – que, para mim, ao colocar o poder em toda parte, excluo qualquer possibilidade de resistência. Más é o contrário! Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência.”[EPS, p. 222] Assim, a resistência se dá juntamente com o poder e possui características semelhantes: “Esta resistência de que falo não é uma substância. Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea. [...] Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente.”[MP, p. 241] Resistência que, em alguns casos, é chamada pelo autor de “contra-poder”.

Fechando, e novamente, a título de exercício teórico, buscarei uma possível resposta de Foucault para a questão: Como se constitui o poder e como funcionam as relações de poder?

Compreender a constituição e o funcionamento do poder e das relações de poder implica o abandono de duas noções teóricas que estão presentes nas teorias do poder: primeiramente, a idéia de que haveria um progresso ou uma evolução obrigatória da sociedade; e segundo, o economicismo e o materialismo histórico. O sentido do desenvolvimento da sociedade não está pré-determinado e é o resultado das distintas forças em jogo e, portanto, das relações de poder. O poder constitui-se em relações dinâmicas, sendo, por isso, impossível pensar nele como algo estático, sem movimento. As múltiplas relações de poder permitem que todos, dependendo da relação avaliada, possam exercer o poder ou sofrer suas conseqüências. Ainda que se possa, nas relações de poder, identificar uma estrutura piramidal, um centro e uma periferia, isso não significa que exista uma origem única do poder ou mesmo um sentido sempre igual das relações de poder: elas podem surgir

no cume ou na base, na periferia ou no centro e deslocar-se de um sentido a outro. Princípio que também norteia a reflexão sobre as esferas da sociedade, permitindo afirmar que o poder pode surgir nas diferentes esferas e ter determinações múltiplas, que não têm como ser previstas a priori. Portanto, só se pode analisar a constituição do poder e o funcionamento das relações de poder a partir de casos concretos, em que se buscará identificar as forças em jogo, quais têm preponderância em relação a outras, onde estão as origens dessa relação de poder. Não é possível estabelecer uma fórmula teórica que identifique uma origem ou um sentido permanente das relações de poder, válida para todos os casos. As relações de poder convivem permanentemente com resistências, contra-poderes, que dão a elas um dinamismo e exigem dos detentores de poder que mantenham suas forças superiores às da resistência, caso pretendam se manter no poder.

MÉTODO DE ANÁLISE E ESTRATÉGIA

É relevante destacar que o método de análise colocado até aqui se distingue da estratégia, do projeto de atuação de Foucault. Deve-se pontuar que *toda a força de seu método de análise, ou de sua “teoria do poder”, está no fato de ela oferecer uma ferramenta consistente para a leitura da realidade.* Um método que funcionou bem para os objetos que Foucault se dispôs a estudar; todos eles no campo das micro-relações de poder. Assim, utilizar essa teoria para pensar a macro-política exige um esforço de adaptação que não me parece pequeno.

Outro fato a ser destacado é que, depois do estudo da realidade, com a utilização de um determinado método, a resposta sobre “o que fazer” é um assunto completamente distinto. E parece-me que a força de Foucault está muito mais no método de análise proposto, nessa sua “teoria do poder”, do que nas estratégias defendidas para uma intervenção na realidade, ou mesmo em algum tipo de projeto mais amplo a ser buscado nesse complexo jogo de forças.

Parece-me, também, que os elementos que o autor traz, e que permitem pensar uma estratégia, são infinitamente inferiores às suas contribuições teóricas para um método adequado de análise da realidade, ainda que ele pontue algumas necessidades relevantes em termos estratégicos: de se falar sobre o poder[MP, p. 76], de trazer o inimigo à tona[EPS, p. 114]; de se começar o combate dentro da sua própria atividade (ou passividade)[MP, p. 77]; de se buscar incluir no movimento revolucionário visões críticas de temas como prisão, gênero, opção sexual, hospitais psiquiátricos, etc.[MP, p. 78] e também desse movimento revolucionário não reproduzir as relações dos aparelhos de Estado[MP, p. 150]; de não se utilizar o Estado como modelo para as novas formas de organização[MP, p. 60].

Todas essas, são contribuições estratégicas relevantes, mas que, se colocadas ao lado de suas reflexões de método, tornam-se, de fato, pequenas, fundamentalmente pela *envergadura, sem dúvida enorme, da sua “teoria do poder”*.

* Michel Foucault. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2005. 21ª edição da obra organizada por Roberto Machado. Michel Foucault. *Estratégia Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. 2ª edição da obra organizada por Manoel Barros da Motta.

Notas:

1. Para as referências bibliográficas, utilizarei EPS para *Estratégia Poder-Saber* e MP para *Microfísica do Poder*.

2. Ver, por exemplo, o brilhante estudo: Tomaz Ibañez. *Poder y Libertad*. Barcelona: HoraSA, 1982. Nele, o autor, além de retomar praticamente toda a literatura sobre o tema “poder” disponível até aquele momento, aprofunda e filia-se à escola de pensamento de Foucault e, nesse sentido, aprofunda de maneira muito mais completa e totalizante do que faço nesse artigo.

3. Agradeço as críticas do texto realizadas pelo veterano companheiro A., “o Pequeno”, que, autodidata e conhecedor da obra foucaultiana, discordou de diversos pontos de minha abordagem e fez críticas que me fizeram modificar algumas partes do texto e também realizar reflexões presentes nesses parágrafos introdutórios.

4. O “significado forte” de ideologia, a compreende como “crença falsa”, “conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política”. O “significado fraco”, a considera “um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar comportamentos políticos coletivos” ou mesmo como “um sistema de idéias conexas com a ação”, que compreendem “um programa e uma estratégia para sua atuação”. Cf. Norberto Bobbio et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 2004, pp. 585-587.

PARA UMA TEORIA LIBERTÁRIA DO PODER (IV) ERRANDONEA, DOMINAÇÃO E CLASSES SOCIAIS

Neste quarto artigo da série, utilizarei para discussão o livro “Sociologia de la Dominación”, de Alfredo Errandonea.[*] Nele, o sociólogo uruguaio discute métodos de análise e, a partir da categoria exploração – segundo acredita, uma categoria essencialmente econômica – busca discutir uma categoria mais ampla, a dominação, e, a partir dela, rediscutir as definições das classes sociais.

ECONOMIA E PODER

O sociólogo uruguaio Alfredo Errandonea, em seu livro *Sociologia da Dominação*, notou uma tendência, no que diz respeito às categorias explicativas da teoria social, à priorização de “dois grandes tipos de categorias: as econômicas e as de poder”. [p. 17] Para ele, ambas as categorias pareceriam, inicialmente, constituir pontos de partida adequados na busca da explicação social.

Em relação à relevância da economia como categoria explicativa, coloca: “Toda sociedade, necessariamente, tem de solucionar o problema de seu sustento cotidiano, da extração ou da produção daquilo que consome. Além disso, todos os seus membros necessitam fundamentalmente dessa solução, o que também exige que seja organizada a distribuição dos recursos, por meio dos quais essa necessidade é satisfeita. A questão é tão evidente, que parece óbvia a idéia de que os acontecimentos e a história de cada sociedade tenham relações com as maneiras de como se produzem os bens e os serviços que são consumidos e a forma que eles são distribuídos entre os membros da sociedade em questão. [...] Não é estranho, portanto, que o esforço de explicar os fatos sociais por meio dos fatores econômicos tenha uma ampla história.” [p. 18] Para ele, a utilização da economia como categoria explicativa do social precede, inclusive, muito amplamente, o próprio surgimento das Ciências Sociais como uma disciplina. Errandonea recorre a exemplos históricos que se utilizam da economia para explicar a sociedade, chegando até o século XIX, quando, segundo considera, há um aumento exponencial nas explicações de caráter econômico. [p. 20] Em referência à revisão bibliográfica do tema, o autor afirma que grande parte das explicações econômicas configura-se, crescentemente, com maior ou menor grau de precisão, “em torno da idéia daquilo que, a partir do século XIX, denominou-se ‘exploração’”. [Ibid.] Considerando a formulação de Marx a mais formal e completa sobre a categoria exploração,

Errandonea atribui-lhe mais o mérito pela sistematização teórica do que pela originalidade das idéias. Para ele, a explicação econômica “encontra sua expressão mais elaborada na teoria de Marx, e concretiza-se na categoria ‘exploração’, que constitui seu eixo explicativo fundamental”. [p. 21]

Como categoria explicativa, o poder também possui significativa importância: “A observação, reiterada nas mais diferentes sociedades, da presença de uma minoria que toma as decisões fundamentais e uma maioria que as obedece, também é uma representação muito antiga na história das reflexões sociais. E, naturalmente, mando e obediência – poder, em grande medida – sugerem, em si mesmos, capacidade de explicação dos acontecimentos. Cada referência histórica realizada a partir da concepção do condicionamento econômico poderia ser acompanhada de outra que enfoque o poder. Mas o mais interessante é que, na maioria dos casos, em maior medida quanto mais remoto for o fato, essa explicação do poder aparece associada, misturada ou mesmo confundida a explicação que se fundamenta na determinação econômica.” [p. 22] Errandonea enfatiza a preferência de diversos teóricos pela categoria poder, os quais atribuem a ela maior capacidade explicativa. Segundo o autor, dentre esses teóricos, foi Max Weber que elaborou uma analítica do poder de maneira mais aprofundada, ainda que a categoria poder, para ele, se aproxime significativamente da categoria dominação.

Levando em conta que ambas as categorias vêm sendo utilizadas historicamente e possuem capacidade explicativa, pode-se questionar: as categorias economia e poder são sempre excludentes, uma em relação à outra?

Errandonea aponta uma “outra vertente interpretativa do problema do poder”, que parece dar resposta a essa questão ao insistir em “manter a capacidade explicativa do poder ligada à da exploração”, e, portanto, à economia. [p. 23] Perspectiva presente, segundo acredita, na “ala radicalizada da Revolução Francesa (Babeuf e sua ‘Conspiração dos Iguais’). Mas a abordagem mais representativa é a que foi realizada pelos anarquistas no seio do movimento socialista (Proudhon, Bakunin, na Primeira Internacional, etc.).” [Ibid.]

A afirmação do autor fundamenta-se na análise de anarquistas clássicos que relacionavam o Estado (em relação ao qual se referiam, constantemente, pelo termo de “poder”) com a organização de classes do capitalismo e a conseqüente exploração existente. O fundamento teórico desses anarquistas relacionava poder e exploração. “Essa terceira linha interpretativa, que enfatiza a indissolubilidade da ligação entre exploração e poder, desenvolve-se no seio do movimento socialista, e está representada pela visão anarquista do problema.” [p. 26]

Surge aqui outro questionamento. Nessa síntese entre a economia e o poder, estaria o segundo completamente subordinado à primeira? Fundamentando-se em Foucault, Errandonea nega que o poder seja somente manutenção e reprodução da economia, ou que o poder estaria completamente subordinado a ela; afirma o poder como relação de força. Portanto, buscar categorias fundamentadas na economia e no poder implicaria abdicar da concepção de que há, necessariamente, um determinismo da economia em relação ao poder.

Por meio dessas afirmações, o autor estabelece sua premissa teórica: conciliar o poder e a economia – as duas categorias que mais explicariam o social –, partindo da exploração e chegando à categoria dominação, a qual fundamentará suas reflexões acerca das classes sociais – objeto central de seu estudo.

EXPLORAÇÃO E CLASSES SOCIAIS

A discussão de Errandonea parte da categoria exploração, visando demonstrar sua relevância, mas ao mesmo tempo, apontar sua insuficiência para uma compreensão das classes sociais. Seu ponto de partida é a formulação marxista clássica que parte do fato de que “um indivíduo, ou uma classe de indivíduos vêm-se obrigados a trabalhar mais do que o necessário para satisfazer suas necessidades fundamentais; em razão do sobreproduto, que aparece de um lado, e o não-trabalho e a riqueza suplementar, que aparecem de outro. [...] Então, a exploração, definida como apropriação do trabalho alheio é comum a todas as sociedades históricas de classes, ainda que sua análise, nos textos marxistas, refira-se, quase sempre, a sua mais perfeita expressão: quando força de trabalho e meios de produção – separados – constituem valores de troca; ou seja, no capitalismo.” [pp. 29-30] Exploração que, dessa maneira mais acabada como se apresenta no capitalismo, provém de formas anteriores, de um desenvolvimento histórico precedente.

Retomando a definição da categoria exploração de *O Capital* de Marx, Errandonea afirma que nessa obra se “define a exploração pela mais-valia”. [Ibid.] A definição de Marx é a seguinte: “a taxa de mais-valia é, por isso, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” – reflexão que, certamente, incorporou elementos da teoria de Proudhon sobre a propriedade. Uma categorização que se coloca no domínio estrito do modo de produção capitalista. “A exploração está ligada às sociedades de classes na conceituação marxista. Mais do que isso; para Marx é a categoria exploração que define as classes sociais.” [p. 31]

A exploração constitui um ponto de partida inevitável para se avançar na capacidade explicativa das categorias sociais. Essa ferramenta analítica possui um nível suficiente de

generalidade e cruza transversalmente a história das sociedades “por seu centro nevrálgico de funcionamento global (a produção), e de satisfação de necessidades (a distribuição)” [p. 32]; ainda que possua seu auge explicativo no contexto do capitalismo europeu do século XIX – fundamentalmente da Alemanha, da Inglaterra e da França – ela permite realizar distinções na sociedade.

Foi por meio da utilização da categoria exploração que se pôde investigar as relações econômicas da sociedade e concluir-se que, já que a mais-valia é o elemento fundamental que a explica, a divisão fundamental da sociedade se dá em razão da propriedade dos meios de produção, que toma corpo nas classes sociais: de um lado, os proprietários, a burguesia, que explora, do outro, os trabalhadores, o proletariado, que são explorados; uma relação de permanente conflito que fundamentou a noção de luta de classes.

Ainda que se possa questionar a diferença entre as concepções de Marx e do marxismo nesse sentido, é fato que Engels e parte significativa do marxismo fundamentaram sua concepção de classe em torno da propriedade dos meios de produção, conforme nota do *Manifesto Comunista*: “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado” e “por proletariado, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver.” O trabalho assalariado evidenciaria a exploração quando a burguesia se apropria da mais-valia gerada pelos trabalhadores. Marx já vinha colocando, pelo menos desde o *Manifesto Comunista* de 1848, a exploração como uma categoria de destaque para a interpretação da realidade; fundamentando-a economicamente nas classes sociais (burguesia e proletariado) e no conflito entre elas (luta de classes).

Apesar da centralidade da categoria exploração, utilizada por grande parte do socialismo, e que constitui a base da análise marxista da realidade, Errandonea identifica que, se por um lado ela de fato é uma categoria muito relevante na explicação social, por outro “essa capacidade explicativa não possui a generalidade, a universalidade e a exclusividade que Marx lhe atribuiu”. [p. 35] “O alto poder explicativo que possui a categoria exploração não a exime de sua insuficiência ao se colocar no nível de universalidade imaginado por Marx”. [Ibid.] Fundamentado nessa dupla posição, de assumir a relevância da categoria exploração, e de demonstrar suas insuficiências, Errandonea fundamenta uma demonstração dos limites da categoria exploração em dois eixos centrais: a insuficiência explicativa fundamentada apenas em uma esfera da sociedade (econômica) e a impossibilidade de extrapolar em termos de tempo e espaço essa categoria, tanto para avaliar as sociedades pré-

capitalistas, como as distintas formas do capitalismo contemporâneo (incluindo, na época em que escrevia, o capitalismo de Estado, chamado de “socialismo real”).

Em relação ao primeiro eixo, Errandonea busca comprovar que a categoria exploração é econômica: se a mais-valia é a expressão mais exata da exploração, e se ela significa a porção do produto social apropriada pelo capitalista, pode-se dizer que ela se expressa em termos de produção, e sua medida se realiza por meio de unidades monetárias (dinheiro) como expressão e medida do valor de troca. “Não pode haver dúvidas de que se trata de uma categoria econômica”, enfatiza. Em sua máxima capacidade explicativa, a categoria não incluirá os privilégios, o trato reverencial e a gratificação que ela implica, os acessos e possibilidades que concedem os níveis hierárquicos, o prestígio, o poder, o conhecimento, quando eles emanam da própria condição de exploração. (Sem falar de quando não resultam dela...) Serão adicionais sociais que escapam à medida econômica que, no capitalismo, por exemplo, expressa a taxa de mais-valia. Por outro lado, a análise econômica também não dá conta da qualidade não-econômica da luta e da resistência dos trabalhadores, como colocou Castoriadis.” [pp. 36-37]

Para o autor, a exploração é uma categoria econômica explicitada na relação entre as classes sociais. As classes sociais, segundo sustenta, não podem ser explicadas somente pela exploração, e nem somente pela economia; há aspectos que dizem respeito às esferas política e cultural/ideológica que, juntamente aspectos econômicos, seriam fundamentais para uma explicação mais consistente das classes sociais.

Em relação ao segundo eixo, Errandonea aponta que, mesmo que no capitalismo industrial do século XIX seja central a capacidade explicativa da categoria exploração, ela possui limites para a explicação de outras sociedades.

Nas sociedades pré-capitalistas, as relações de classes, ainda que distintas, existiam, forjando estratificações rígidas que implicavam hierarquias significativas. Essas estratificações, entretanto, fundamentavam-se mais no poder de mando, nas autoridades e no prestígio do que nas relações de exploração. O autor afirma que, mesmo em sociedades em que não existe exploração, por razão da falta de excedente e de acumulação, isso não significa que não haja classes sociais. Esse fato fundamenta sua conclusão de que não se pode definir as classes somente pela categoria exploração, se há uma intenção de que a categoria seja universal em termos de tempo e lugar. Definir as classes sociais a partir da exploração pode permitir uma análise adequada do capitalismo, mas não de sociedades pré-capitalistas.

Para além das sociedades pré-capitalistas, Errandonea acredita que o século XX foi permeado por mudanças significativas no capitalismo, diferenciando-o do modelo do

“capitalismo do século XIX ao qual responde tão pontualmente o modelo descrito em *O Capital*”. [p. 42] “A idéia que a taxa de mais-valia – medida da exploração na sociedade capitalista – constitui o pivô fundamental da relação de classes e do próprio devir futuro do modo de produção capitalista, parece requerer retificações importantes para o caso desse capitalismo atual.” [p. 43]

Ainda que estivesse na América Latina, no fim dos anos 1980, Errandonea percebe e problematiza aspectos relevantes do capitalismo atual, os quais continuam presentes na sociedade contemporânea. Em relação ao mercado capitalista, o autor aponta que “a dinâmica do sistema produtivo capitalista exigiu e originou um constante aumento do mercado consumidor”. [p. 44] A diferença, para ele, não estaria no papel do trabalhador como um consumidor para o capitalista, mas na “dinâmica de crescimento do consumo exigindo a ampliação constante do mercado característico do capitalismo da era keynesiana”. [Ibid.] Um dos meios de conseguir esse crescimento foi a inclusão massiva de trabalhadores no mercado de consumo mundial, fundamentalmente nos países centrais do capitalismo. Outro fator importante foi a mudança de papel do Estado, que passou das funções meramente repressivas para intervenções mais ativas no mercado capitalista, constituindo-se, também, como agente econômico. Fenômenos como intervenções, privatizações e mesmo os casos do nazismo e do fascismo demonstram, para o autor, esse novo papel do Estado, ainda que aspectos essenciais do modelo capitalista do século XIX tenham sido mantidos. “Esse fenômeno de papel econômico do Estado, longe de limitar-se aos países capitalistas centrais, ocorre também, com muita importância, nos países capitalistas dependentes” [pp. 45-46] – fenômeno que, próprio do século XX, não permitiu que a maioria das correntes revolucionárias do século XIX tratasse do tema.

Em vez da polarização das classes sociais e do empobrecimento generalizado do proletariado, ambos previstos por Marx, o século XX, segundo Errandonea, teria também demonstrado um crescimento absoluto e relativo “de estratos sociais que não constituíam especificamente o proletariado industrial (incluindo setores importantes de outras frações do proletariado) e nem a burguesia; houve melhoria considerável no nível de vida desses setores e do próprio proletariado industrial”. [p. 45] Além disso, o século XX colocou a necessidade de um aparelho burocrático para gestão das empresas que foi sendo ocupado por pessoas que, ainda que não tivessem a propriedade dos meios de produção, eram as autoridades responsáveis pela gestão da empresa. Ainda que assalariadas, essas pessoas são responsáveis pela apropriação de uma parte da mais-valia: “ocupações técnicas ou de direção, já não implicam mais a produção de mais-valia, mas, ao contrário, a participação na apropriação de

uma parte do excedente, diferente do proprietário dos meios de produção”. [Ibid.] Processo este, que evidencia a “separação da propriedade jurídica e a posse efetiva ou o controle da autoridade empresarial”, “relativamente comum no neocapitalismo contemporâneo”, e que é fruto, não só do sistema de ações, mas também da dimensão das empresas. [p. 46]

As dificuldades que implicam estratificar com base na categoria exploração os setores de comércio e serviços acentuam-se com inumeráveis funções (ocupações) que surgem durante o século XX que, ainda que sejam dependentes, não produzem mais-valia, “como ocorre com muitos dos cargos públicos estatais ou de outras grandes organizações, cuja existência não responde sequer à necessidade do cumprimento de algum serviço e à qualquer outra exigência econômica. A burocracia moderna está cheia de exemplos.” [p. 45] “Na concepção clássica da teoria marxista, a mais-valia – ou a exploração mais genericamente – se produz *por meio* das relações de produção, *através* delas. O neocapitalismo nos mostra a separação entre a mais-valia e as relações sociais de produção, com uma frequência e uma importância relativa que nos impedem de descartá-la.” [p. 44] Uma separação que se evidencia não só no comércio e nos serviços, mas também nas distintas ocupações que, ainda que sejam relevantes para o capitalismo, não produzem mais-valia.

Enfim, Errandonea aponta: “O neocapitalismo do século XX mostra certas variantes importantes em relação ao capitalismo do século XIX caracterizado por Marx: variantes que afetam o poder explicativo da categoria exploração segundo sua formulação clássica, seja porque alteram, obscurecem ou diminuem sua eficácia em relação à sua capacidade frente àquele outro capitalismo, ou simplesmente porque requerem outros fatores explicativos.” [p. 47]

O último aspecto que fundamenta o segundo eixo do autor é o caso da antiga Rússia/URSS, também concretizado somente no século XX com a revolução de 1917. Errandonea apresenta duas possíveis análises para o caso: uma primeira, de que a sociedade soviética seria o estágio intermediário, de ditadura do proletariado, previsto pelo marxismo para que se atingisse o comunismo, e uma segunda, de que o modelo soviético foge ao modelo teórico marxista.

Fundamentado na primeira análise, Errandonea, ao fim dos anos 1980, afirma que, ainda que não houvesse burguesia e proprietários de terras na URSS há décadas, pareceria “indiscutível o caráter estratificado da estrutura social soviética” [p. 48], a qual se fundamentaria em diferenças salariais de até 15 vezes entre os estratos inferiores e superiores da população, no acesso às decisões políticas centralizado no PCUS, na presença de privilégios e, fundamentalmente, na propriedade estatal. Isso o leva a afirmar que o

“socialismo real” da antiga URSS seria, na realidade, um “capitalismo de Estado”. A administração dos meios de produção concentrar-se-ia em uma “nova classe” composta por certos grupos recrutados a partir de critérios político-burocráticos que estariam responsáveis pelo excedente resultante do sobretrabalho: “é evidente que na sociedade soviética há sobreproduto que não passa às mãos daqueles que criaram esse valor, mas financia o Estado soviético e seu poderio, que é estabelecido pela burocracia dirigente.” [pp. 48-49] Ainda que se possa discutir se esse excedente seria ou não mais valia, coloca, “não há dúvidas que é exploração. [...] Existem exploração e estrutura de classes na sociedade soviética, sem que subsistam as velhas classes dominantes e sem que o ‘cerco capitalista’ constitua uma justificativa eficaz para isso.” [p. 50]

Fundamentado na segunda análise, Errandonea questiona que tipo de sociedade constituiria a URSS e afirma que, certamente, seria uma sociedade classista e com exploração, mas pós-capitalista. Aqueles que se apropriam do excedente (sobreproduto) não o fazem porque são proprietários dos meios de produção, mas por virem de grupos constituídos pelo recrutamento político-burocrático. A exploração, nesse caso, por si só, não daria conta de explicar a realidade soviética. Essa realidade não pôde ser prevista pela teoria marxista do século XIX. Foi somente o anarquismo que afirmou que “uma revolução que culminasse na instalação da ditadura do proletariado (em vez de dissolver o Estado) levaria a uma organização despótica moderna”. [p. 52] Recorrendo a Bakunin e Fabbri para justificar tal afirmação teórica, Errandonea demonstra que a previsão anarquista, na URSS, tornou-se concreta.

Manter o Estado depois de um processo revolucionário significaria, para Bakunin, manter a estrutura de dominação, e portanto de classes, da sociedade. Ainda que as relações entre as classes se modificassem, a divisão da sociedade entre uma minoria de governantes e uma maioria da governados terminaria, necessariamente, por manter a dominação. E mais, a estrutura do Estado poderia, inclusive, recriar o capitalismo. Errandonea acredita que a análise do caso soviético também evidencia uma limitação da categoria exploração em sua formulação clássica.

A análise da categoria exploração como instrumento teórico explicativo, realizada por Errandonea, busca, portanto, evidenciar as limitações dessa categoria para interpretar, universal e exclusivamente, os acontecimentos globais e a história das sociedades humanas. A categoria exploração, assim, conforme concebida na teoria marxista clássica, é incompleta. Essa análise o leva a quatro conclusões: “a.) Trata-se de uma categoria geral, praticamente universal [...] que, de diferentes maneiras está presente na explicação de quase todas as

sociedades desiguais. Possui uma aptidão para a explicação [...] das mudanças sociais. A essa virtude teórica, soma-se uma aptidão metodológica considerável. b.) Tal como se apresenta na formulação clássica marxista constitui uma categoria econômica que, por si só, não pode dar conta de toda a problemática da desigualdade em todas as sociedades de qualquer tempo e lugar; ainda que em quase todas elas, seu aporte à explicação seja imprescindível. [...] c.) Não obstante, constitui um ponto de partida inevitável para encontrar outra categoria mais geral que a implique e que, reunindo suas qualidades teóricas, possa ser identificada com o fenômeno das classes sociais. d.) Seguramente, a exploração é uma das dimensões ou manifestações mais importantes das estruturas de classes da grande maioria das sociedades históricas, a ponto de seu predomínio em algumas delas – como o caso do capitalismo do século XIX – identificá-la, praticamente, com a determinação daquela estrutura e sua mudança. Isso implica que a sociedade em questão baseia sua organização social de classes quase integralmente na estrutura econômica produtiva, cuja dinâmica própria obedece fundamentalmente as leis da exploração.” [pp. 53-54]

Na intenção de dar continuidade ao estudo das categorias fundamentais, Errandonea afirma que as desigualdades sociais, as estruturas de classes nelas implicadas, suas mudanças e variações históricas não podem ser explicadas uniformemente por uma ou mesmo duas categorias. Assumindo que há “diferentes equações de fatores” para a compreensão das classes sociais na história – e tais fatores podem ter diferentes pesos e níveis. O autor acredita que a categoria exploração é o fator mais importante nessa equação e um dos fatores com maior capacidade de generalidade; no entanto, não é o maior. Na busca dessa categoria que possa cumprir esse papel, tendo como premissa abarcar, incluir a categoria exploração, Errandonea vai sugerir a categoria dominação.

EXPLORAÇÃO E DOMINAÇÃO: ECONOMIA E PODER

Para Errandonea, conciliar economia e poder, em uma formulação teórica que permita avançar nos estudos das classes sociais, implica utilizar a categoria dominação. Com maior nível de generalidade, a dominação é capaz de fundamentar a interpretação das classes sociais em todas as sociedades em que elas existam, ainda que ela não permita explicar os diferentes tipos de estruturas de classes. Mais ampla que a categoria exploração, essencialmente econômica, a dominação representa a síntese entre economia e poder da qual se tratou anteriormente. A busca dessa síntese e sua relação com as classes sociais é o desafio que o autor se propôs a enfrentar.

Errandonea afirma a insuficiência dos critérios econômicos para definir a categoria classes sociais e possibilitar que ela explique as sociedades; defende que as classes sociais sejam definidas a partir de critérios que levem em conta a economia e o poder – o que sintetiza na categoria dominação. “A chave está em pensar na exploração como meio da dominação” [p. 63], ou seja, a exploração estaria contida na dominação, constituiria um de seus elementos. Identificando essa relação entre a exploração e a dominação, o autor considera ser necessário aprofundá-la e, para isso, retoma Marx, em *O Capital*, que, como se viu, define a exploração em termos de mais-valia. Errandonea coloca que, a partir de seu destino, a mais-valia pode ser dividida em duas: aquela que é destinada ao consumo e aquela que é utilizada para o reinvestimento; na medida em que a taxa de exploração aumenta, afirma, também aumenta o reinvestimento. Sociologicamente, o que importa nesse sentido não é somente compreender como se decide sobre o destino do excedente – o ponto de vista econômico –, mas que “existe uma decisão social sobre o destino do excedente e as subseqüentes derivadas do controle de sua administração”. [p. 67] Essa decisão pode ser tomada pelo Estado, por um grupo, por agentes privados atuando no mercado etc. – ou seja, ela pode vir do âmbito estatal ou privado – e pode ser mais ou menos centralizada. A questão, coloca o autor, é que “sempre há uma decisão e, por definição, sempre o destino é o reinvestimento social”. Trata-se, nesse caso, “de poder econômico, o qual implica uma estrutura decisória” – um fenômeno que divide aqueles que decidem sobre o reinvestimento (e que, portanto, têm poder para tanto) e aqueles que estão excluídos dessa decisão que os afeta. [Ibid.]

Nas distintas sociedades, afirma, é possível identificar conjuntos, distintos em termos qualitativos, de dominadores e dominados. Nesse sentido, na definição das classes sociais não importaria a quantidade de mais-valia: “É evidente que a distância social que concebemos entre eles [os conjuntos] não pode ter nada a ver com alguma suposta função da taxa de exploração, ou com qualquer outra medida quantitativa capaz de forjar espaços que definimos como qualitativos.” [p. 68] Nem mesmo seu destino concreto: “Não interessa qual é o destino concreto resultante da decisão sobre o reinvestimento.” Portanto, “a definição das classes e a identificação de cada uma, nessa perspectiva da estrutura social produtiva, se resolve pela participação ou não nas decisões sobre o reinvestimento, decisão que, obviamente, afeta a todos.” Essa distinção entre uns que decidem e outros que não, na economia, constitui, para Errandonea, uma relação de dominação: “A institucionalização de uma relação social concreta, na qual uns decidem aquilo que diz respeito a outros e/ou a todos, constitui uma relação de dominação.” [Ibid.] Nesse caso, como as decisões envolvidas estão na esfera

econômica – dizem respeito à produção e à distribuição –, pode-se dizer que há dominação econômica. No entanto, nas relações sociais de uma determinada sociedade, “a dominação já não é meramente econômica ou política [...], é simplesmente relação de dominação, como configuração estrutural de relações assimétricas [...] e seu conteúdo é econômico, político e de todo tipo. Não há, portanto, dimensões ou fatores, mas instrumentos, ‘braços’ da dominação. Através dos quais certos grupos com elementos de afinidade (que variam de uma sociedade para outra) se apropriam da condução social, a controlam, a dominam. Em cada sociedade existe uma equação particular que faz algumas ordens e alguns mecanismos mais eficazes que outros. E isso serve para tipificar o caso e explicar suas peculiaridades. Em outras palavras, a categoria mais geral para explicar e definir as classes sociais, e que necessariamente implica a exploração, é a dominação.” [pp. 68-69]

Por meio dessa afirmação, Errandonea recoloca a necessidade de a categoria dominação fundamentar a explicação e a definição das classes sociais. A dominação seria uma categoria pertencente ao campo do poder e que abarcaria também a economia; ela envolve, portanto, relações nas distintas esferas: econômica, política etc. O autor considera que as desigualdades estruturais estão ancoradas nas relações de dominação, e, por isso, “a dominação é a explicação geral das estruturas de classe”. [p. 73] A dominação é, portanto, uma categoria ampla e geral, que consegue explicar distintas sociedades, em diferentes fases de evolução, em qualquer tempo e lugar, onde existam desigualdades estruturais. No entanto, conforme observa, tamanha amplitude e generalidade, “sendo muito, é pouco”. [p. 74] Ou seja, ao mesmo tempo em que constitui uma categoria com enorme capacidade explicativa, a dominação tem de ser associada a outras categorias mais específicas, que permitem evidenciar de que tipo de dominação se trata.

DOMINAÇÃO

Para conceituar a categoria dominação, Errandonea parte da definição de Weber, utilizada por autores posteriores como Dahrendorf, e avança a partir dela, chegando à definição de dominação como um tipo de poder que implica a “institucionalização de uma relação social concreta [é, portanto, um fato real e não uma percepção sobre ele], na qual uns decidem aquilo que diz respeito a outros e/ou a todos” [p. 68] A dominação fundamenta-se, portanto, nas relações sociais hierárquicas que envolvem as tomadas de decisão. Colocando essas definições em uma dimensão dinâmica, Errandonea afirma: “A dominação é *bilateral*, constitui sempre uma *relação de dominação*, envolve necessariamente dominante (ou dominantes) e dominado (ou dominados); e é *normativa*, consiste em uma ‘probabilidade’

composta por expectativas mútuas internalizadas – que se tornam comuns –, as quais configuram ‘conteúdos’ possíveis de ordens. Vale dizer que a obediência – com algum grau mínimo de vontade –, tem ‘limite’ na ‘legitimidade’. Esta ‘legitimidade’ é um requisito imprescindível para gerar o ‘consenso’ que toda dominação necessita; que o consenso, ‘por si só, não constitui uma modificação das bases da autoridade’, nem se relaciona com o antiautoritarismo, como existe tendência de se supor.” [p. 76] Assim, para o autor, a dominação não se dá individualmente, nem entre pessoas e coisas, mas somente nas relações sociais concretas, entre pessoas, envolvendo no mínimo duas delas; dominante e dominado, ou, no caso de mais envolvidos, dominantes e dominados. A relação de dominação, que tem na legitimidade um elemento de primeira ordem, pode forjar sistemas de normas, de regulação e controle; entretanto, não é sinônimo desses sistemas que produz e nem das formas jurídicas que podem lhe dar respaldo. [pp. 76-77]

Dentre os fundamentos da dominação estão a legitimidade e a força. Errandonea acredita que, geralmente, para se sustentar, uma relação de dominação precisa ser legítima aos olhos dos dominados, contanto com sua vontade de obediência e apontando para um “consenso” estabelecido cultural ou ideologicamente. Entretanto, quando essa legitimidade, esse consenso, ou mesmo os respaldos jurídicos não são suficientes, a força, a coação física pura e simples é posta em prática. “A coação física é a ‘última ratio’: a dominação não pode ser exercida com base *exclusiva e permanente* da coação física, mas ela é quase sempre, um ingrediente de respaldo.” [p. 77] “Em última instância, todo sistema de dominação encontra ‘justificativa’ para os dominados na medida em que os níveis de necessidades que cada um percebe como mínimos sejam satisfeitos e que seja possível realizar as aspirações. Nisso consiste a ‘legitimidade’ do sistema. O nível percebido dessa ‘legitimidade’ significa o nível de ‘consenso’ outorgado ao sistema. Todo sistema de dominação, para perdurar, para conseguir uma estabilidade durável, requer consenso. Ao menos um nível importante dele. Ou seja, a aceitação da legitimidade do sistema de dominação por parte da generalidade ou da maioria dos integrantes da sociedade. E esse consenso não é substituível, salvo temporária e precariamente, pela simples força. A coação só é eficiente, institucionalmente, quando dá respaldo a uma ordem consensual e só constitui sua ‘última ratio’.” [pp. 126-127] Torna-se fundamental, nesse sentido, para qualquer relação de dominação que queira perdurar no tempo, uma crença generalizada em sua legitimidade, que permita sua manutenção mais pelo consenso do que pela força. Obviamente, a força é um elemento central, que pode ser utilizada tanto potencialmente (ameaça do uso), quanto concretamente (utilização, de fato), mas a relação de dominação, para ser duradoura, não pode fundamentar-se somente na força.

As relações de dominação possuem fundamentos (legitimidade, força etc.) e se estabelecem nas esferas estruturadas da sociedade (econômica, política, cultural/ideológica), tomando corpo em modos específicos de dominação, que permitem identificar a tipologia dessas relações. Na esfera econômica, “na forma da exploração ou pela mera disponibilidade de riquezas”, na esfera política, o tipo “burocrático ou hierocrático (coação psíquica por administração da salvação)”, na esfera cultural/ideológica, “a alienação cultural”; esses, entre outros, são os *modos* de dominação que a explicam especificamente.” [p. 77]

A partir dos argumentos colocados, Errandonea elabora elementos fundamentais para a definição e a explicação da categoria dominação, as quais podem ser agrupadas da maneira seguinte. [pp. 78-82]

1. *A categoria dominação.* A dominação constitui uma relação social que se manifesta por meio das assimetrias nas tomadas de decisão e da conseqüente imposição da vontade de um(ns) a outro(s), o que “implica a limitação da vontade do outro (ou outros) e um excesso de capacidade decisória” que possui incidência além daquele(s) que a exerce(m).
2. *A capacidade explicativa da dominação.* A dominação explica a desigualdade estrutural e as estruturas de classes. Ela constitui o meio para o acesso diferenciado a tudo aquilo que for distribuído desigualmente em uma sociedade e constitui a categoria mais geral, explicativa e universal das estruturas desiguais e das estruturas de classe.
3. *Os agentes envolvidos na dominação.* A dominação envolve sempre seres humanos que possuem vontade, consciência e são capazes de estabelecer relações sociais; portanto, não envolve objetos inanimados ou animais. Ela envolve necessariamente dois papéis: “o de dominador e o de dominado”; e, portanto, no mínimo dois agentes, duas partes, dois pontos de vista, cada um de um lado ou em um pólo relacional de uma determinada assimetria. Há circunstâncias em que há mais de dois agentes (individuais ou coletivos) que representam papel de dominadores em uma relação e dominados em outras; nesse caso “poder-se-ia conceber logicamente três papéis do sistema: dominadores sem subordinação, dominadores com subordinação aos primeiros e dominados sem dominação (subordinados aos primeiros e segundos)”. Há também o papel de “exclusão integrativa”, quando se ocupa o espaço social, mas não o integra, apartando-se de suas relações sociais.
4. *A contrapartida da dominação.* A dominação tem a como contrapartida a participação, entendida como “capacidade de decisão sobre a própria pessoa – essa mesma que se limita pela dominação de outro (ou outros) –, o ‘poder sobre si mesmo’.” “Quanto maior a participação, menor a submissão à dominação”.
5. *O lugar e o funcionamento da dominação.* A dominação se dá nas distintas esferas (econômica, política etc.) e constitui uma relação dinâmica, com finalidades determinadas, que implica conflito permanente. Assim, deve ser avaliada em termos históricos e

geográficos, por meio dos modos de dominação – que explicam essas relações –, ligados, sempre, a uma localidade e um tempo específicos. Seu dinamismo faz com que não possa ser entendida como algo cristalizado, estático; ela não possui uma “inércia estabilizadora”, mas “constitui uma normatização com limites móveis, que existe e se atualiza por seu exercício e pela resistência que a opõe”, ainda que seus próprios mecanismos a respaldem e resguardem. A dominação tem sempre alguma finalidade, ainda que seja o “poder pelo poder”, e, por ser relacional, implica pelo menos uma relação bilateral e posições distintas que correspondem aos diferentes pólos da assimetria, sejam elas percebidas ou não. Há, nesse sentido, “contraposição de pontos de vista e de interesses, de percepção destinada a desenvolver-se”. Reformulando-se constantemente na contraposição dominação-participação, a dominação implica um conflito efetivo e constante determinado pela sua própria dinâmica. O conflito social é permanente, resolvido e reativado constantemente, sem solução definitiva em sua continuidade. “O conflito social é tão ativo quanto a própria dominação e a participação.” Seu processamento e sua renovação constituem o motor da mudança social. Em síntese, pode-se afirmar que a dominação: define-se a partir das relações assimétricas nas tomadas de decisão e na imposição da vontade de agente(s) em relação a outro(s); explica as desigualdades estruturais e as estruturas de classes; envolve sempre relações humanas entre dominadores e dominados; possui a participação como contrapartida; ocorre nas distintas esferas, constitui uma relação dinâmica, com finalidades determinadas e que implica conflito permanente.

SISTEMA, ESTRUTURA E FORÇA SOCIAL

Errandonea acredita “a vida social está determinada, mas de maneira mais complexa do que habitualmente se tende a crer”. [p. 127] Ele considera que “cada sociedade é um sistema. Suas partes estão inter-relacionadas de tal maneira que o que acontece em uma delas possui alguma repercussão nas partes restantes, claramente, em grau variável.” [p. 90] Essa influência/determinação mútua entre distintos elementos relacionados constitui um dinamismo, uma realidade viva e atuante, que implica que “as partes, suas relações e o todo convivam em própria e constante transformação”. [p. 91] O autor define sistema como “um todo dinâmico, composto de elementos inter-relacionados, que se afetam mutuamente de maneira variável, autotransformam-se constantemente, de maneira global e gradual” – uma categoria que, para ele, contém em si a noção de mudança e transformação social. [pp. 90-91]

Num sistema, as partes que o compõem dispõem-se, reciprocamente, como seus próprios elementos e, nesse aspecto, cada sistema constitui-se a partir de uma estrutura. “Para além da abstração que exclui a dimensão dinâmica, essa disposição de partes, de elementos

estruturais, como se disse, encontra-se em inter-relação e mútua afetação constante. Portanto, em alteração e modificação permanente, em constante fluir dinâmico. Na realidade, a estrutura separada da mudança, da dimensão dinâmica, não existe. [...] Então, toda sociedade está estruturada. Mas a conceituação que faremos dessa estruturação responderá aos elementos que consideramos relevantes e das noções que elaboraremos sobre eles. Definimos anteriormente – neste nível mais geral – a estrutura social como a ‘conformação de elementos e suas relações mútuas, que resulta de uma abstração de regularidade empiricamente perceptível, considerada relevante no contexto escolhido’. Se fazemos isso, ou seja, se ‘recheamos’ esse conceito com os elementos teóricos que para nós dão conta dessa realidade estrutural, deveríamos dizer que a estrutura social é a configuração do conjunto de relações sociais estáveis e concretas que implicam dominação e/ou participação, presentes em um sistema social.” [pp. 91-92]

As definições do autor da categoria sistema – o todo dinâmico que constitui a sociedade, com relações e influências mútuas – e da categoria estrutura – conjunto das relações sociais estáveis e concretas presentes em um sistema – permitem afirmar que a sociedade constitui um sistema com uma determinada estrutura. A realidade estrutural, e, portanto, sistêmica, varia em cada tempo e lugar, por razão de suas distintas relações sociais estáveis e concretas, que constituem as bases fundamentais da estrutura e do sistema. Essa realidade gerada pelos acontecimentos que envolvem diversos fatores, diferentes circunstâncias e condições e possui, segundo Errandonea, um papel fundamental da ação humana. Não só a ação individual, de algumas pessoas ou dos simples conjuntos de individualidades, mas a ação coletiva, de todos os grupos, do conjunto de agentes e de suas relações na sociedade. Buscando aprofundar essa noção da ação humana e de sua implicação nas relações sociais, Errandonea define a categoria força social: “Por meio delas [das forças sociais] expressam-se as mencionadas incidências, e deve-se fazer a leitura da história social do momento por sua ação recíproca. Uma *força social é um conglomerado grupal, com interesse coletivo (geralmente, uma situação comum de classe), com certo grau de capacidade e de vontade para atuar na busca desse interesse, que atua efetivamente, de maneira consciente em função do interesse, o que lhe confere a condição de fator do processo social numa conjuntura específica.*” [p. 118] Então, uma força social caracteriza-se como um agrupamento coletivo real que, por meio da capacidade e da vontade, a partir de interesses comuns (que podem ser classistas), dispõe-se a atuar, e de fato atua, convertendo-se em um agente, um ator de um dado momento histórico e de um determinado espaço geográfico – dando corpo a uma ação em alguma das esferas estruturadas da sociedade.

São as forças sociais que, na correlação entre si, determinam os elementos estruturais e a relação entre esses elementos que constituem a estrutura de um determinado sistema. A própria relação entre os elementos estruturais também é responsável pela determinação da estrutura e do sistema. “Numa situação social historicamente concreta, que constitui um momento de um processo, o curso dos acontecimentos depende da equação resultante da ação das forças sociais presentes e atuantes. Ela não é a ‘soma ponderada’ das forças sociais existentes, nem sequer de suas ações, mas o ‘vetor’ resultante de suas respectivas ações na circunstância; com toda a complexa configuração – como ingredientes, além da presença – de sua vontade de ação coletiva, de sua capacidade de organização e mobilização, da eficácia de sua ação coletiva, da adequação dos meios empregados e até da eventual fortuita incidência de circunstâncias e oportunidades que podem aumentar ou diminuir sua eficiência. É a presença, a organicidade, a capacidade, a força e a eficácia das forças sociais existentes que operam como determinantes e como condicionantes do tipo de sistema de dominação e seu funcionamento social.” [pp. 127-128] Assim, a realidade social é o resultado da interação de diferentes forças sociais em jogo, que se movimentam dinamicamente e constituem resultados – aos quais o autor chama “vetor resultante” da interação dessas forças – que constituem estruturas e sistemas, o conjunto da realidade social. Portanto, a realidade, presente ou histórica, deve ser observada, segundo sustenta o autor, a partir do jogo de forças, da correlação dinâmica entre as diferentes forças sociais.

Numa relação de dominação, considera-se que, entre dominadores e dominados, os primeiros possuem maior força social mobilizada e aplicada no conflito e os segundos menos. Num determinado *status quo*, constituído a partir de uma relação de dominação, há, assim, dois grandes pólos de força – o pólo dominante (que por um motivo ou outro consegue mobilizar e aplicar maior quantidade de força social no conflito) e o pólo dominado (que mobiliza e aplica menor força social). A relação de poder estabelecida entre o pólo dominante e o pólo dominado constitui um *status-quo*, uma “ordem”, uma estrutura determinada, um sistema – se concebida em termos macro-sociais. Na busca de um avanço cauteloso em relação a um método de análise da realidade que dê conta da correlação entre as forças sociais, Errandonea coloca: “Para tratar de compreender os acontecimentos de um determinado momento histórico, em uma situação social concreta, e também para tentar fazer prognósticos com certa ‘probabilidade’ de acontecimento, parece necessário partir do diagnóstico do tipo de sistema de dominação vigente e seu funcionamento, para em seguida identificar e situar as forças sociais operantes na situação. As forças sociais conformarão uma espécie de equação, travada em sua disputa mútua em uma situação histórica concreta. E nela,

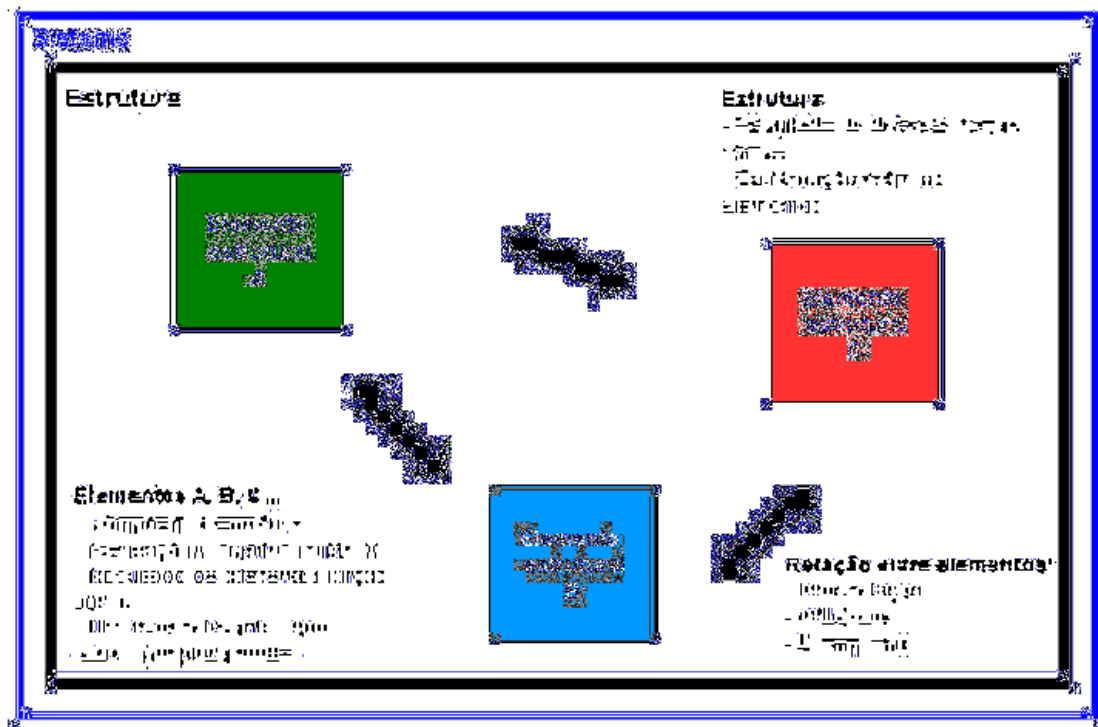
os termos dessa equação se configurarão por agregados mesclados ou alianças entre diversas forças sociais. Logo a análise deve prosseguir incorporando aqueles componentes que reduzem ou aumentam a eficácia de cada força social.” [p. 129] Nesse método de análise da realidade social, o fundamental, segundo o autor, é identificar e analisar a interação das várias forças sociais mobilizadas e aplicadas pelos diferentes agentes em suas relações sociais, de maneira a compreender quais são as relações que se estão forjando nas distintas esferas do sistema e quais são os agentes nelas envolvidos e qual o papel que representam em sua estruturação. Nota-se que a categoria força social é central no método de análise do autor.

As inúmeras forças sociais que dão corpo à estrutura do sistema, quando operam na realidade por meio das relações, assumem geralmente “conformações formais, costumam expressar-se por meio de grupos, organizações, associações voluntárias ou outras formações”. [pp. 129-130] Nas distintas esferas da sociedade e segundo as condições dadas, esses conjuntos manifestam mais visivelmente as forças sociais em jogo; na esfera política, por exemplo, diferentes partidos, grupos de pressão etc.; na econômica, empresas, sindicatos etc.; na cultural/ideológica, empresas de comunicação, costumes, moral etc. Errandonea enfatiza que é comum muitos desses atores coletivos terem “atuação em mais de uma esfera com sua própria identificação e organicidade”. [p. 130] O método de Errandonea, que encontra na correlação entre forças sociais o resultado da estrutura sistêmica, implica uma compreensão de que “qualquer realidade concreta é conjuntural” e “o conjuntural e o estrutural intervêm como planos sobrepostos, nos quais o primeiro desliza instavelmente sobre o segundo”. Para o autor, não compreender isso, equivaleria “a renunciar a compreender a história cotidiana e concreta”. [Ibid.] Assim, ele não opta pela indeterminação absoluta, e nem pela determinação rígida e mecanicista: “essa determinação é muito mais complexa do que supõem os esquemas habituais”. Continua com uma crítica a outros métodos de análise: “nossas disciplinas estão ainda muito atrasadas metodológica e teoricamente para poder resolver satisfatoriamente as dificuldades que essa complexidade nos coloca”. [p. 129]

Errandonea tem por intenção superar métodos de análise que se fundamentam nessa “determinação rígida e mecanicista”, que no seu entender é “ingênua”, e impedem a compreensão adequada da realidade. Para ele, ainda que a noção de determinação sistêmica/estrutural da sociedade seja fundamental, ela não pode ser considerada a partir de leis teleológicas que se colocam fora do campo das relações sociais, da estrutura e do próprio sistema em questão. Seu método, conforme aponta, distingue-se radicalmente do “determinismo mecanicista e simplista de diversas formas de ‘cientificismo’”, que transferem “analogicamente e sem qualquer adequação alguma o modelo das chamadas ciências naturais

– seja ele causal, funcional ou, algo mais elaborado, estocástico –, ou do ‘socialismo científico’ marxista-leninista”. [p. 128]

O gráfico abaixo sistematiza as categorias sistema, estrutura e forças sociais.



SISTEMA DE DOMINAÇÃO

Viu-se que Errandonea considera “sistema” o todo dinâmico que implica a sociedade, com relações e influências mútuas, e “estrutura” o conjunto das relações sociais estáveis e concretas, entre elementos estruturais, presentes em um sistema. Passando do modelo teórico e relativamente abstrato para casos mais reais e concretos, o autor incrementa seu modelo de análise, conciliando o poder e a economia, por meio da categoria dominação, considerada por ele a categoria mais geral para explicar as desigualdades estruturais, para a “explicação do social”.

Para tanto, introduz a noção de “sistema de dominação”, o qual define como “conjunto de mecanismos que corresponde às diversas fontes e fatores que se combinam em uma determinada estrutura de classes e ao conjunto que elas constituem institucionalmente com as resistências participativas em seu funcionamento histórico concreto.” [p. 89] Os mecanismos são, para ele, “elementos estruturais”, cujo conjunto compõe a estrutura social. Esse sistema está estruturado em bases classistas forjadas por mecanismos (elementos estruturais) que

envolvem fontes e fatores e constituem o resultado de um conflito entre forças sociais que interagem mutuamente.

Num sistema de dominação, “a estrutura social é uma estrutura de classes” [p. 92] – as classes sociais e seu papel estrutural são, segundo sustenta, os principais aspectos dessa estrutura social essencialmente classista. Para Errandonea, as classes sociais, definidas a partir da categoria dominação, constituem-se a partir das desigualdades e refletem os efeitos da dominação. Essa abordagem classista da estrutura social não é a única possível; é possível analisar o sistema social e sua estrutura a partir de outras categorias, mas isso não impede o autor de sustentar que: “em nossa perspectiva, esta [a estrutura classista do sistema de dominação] é nossa ferramenta analítica fundamental”. [Ibid.] O conjunto constituído pelas classes e suas relações formam a estrutura social.

Assim como o sistema de dominação, uma estrutura de classes pode ser explicada pela perspectiva do poder (incluindo a economia), a partir da noção de dominação, ainda que “uma categoria tão geral, que tanto abarca, por força lógica, se empobreça de conteúdo como resultado da abstração que supõe”. Isso permite afirmar que há dominação nas relações entre as classes, mas nem toda dominação é uma dominação de classe. Além disso, “o poder em si, por si só, não é uma explicação suficiente do fenômeno das classes, mas somente seu aspecto mais geral”; ele “é um grande ‘continente’ que dá conta dos fenômenos de classes, mas deve ter ‘conteúdos’ nos quais efetivamente se funde a própria dominação”. [p. 87] Ou seja, se a dominação é uma categoria ampla que pode auxiliar a compreensão das estruturas de classe, ela necessita de conteúdos mais específicos que permitam uma explicação mais pormenorizada dessa estrutura.

A cada estrutura correspondem distintas relações de dominação de classe, diferentes mecanismos e fatores que implicam relações econômicas e não-econômicas e que variam, combinando-se e hierarquizando-se de diversas maneiras – recorde-se que nesse método não se considera obrigatória e válida em todos os casos a determinação da economia sobre as outras esferas. “A dominação constitui-se e exerce-se por meio de diferentes mecanismos. Eles estabelecem, por sua vez, o modo de conformação das assimetrias que constituem a dominação e a explicação específica da forma assumida em uma situação e um sistema dados. Esses mecanismos são geralmente vários, estão hierarquizados e entrelaçados mutuamente em cada combinação peculiar. Constituem a equação concreta de um sistema de dominação determinado. E cada um deles corresponde a um fator, a uma categoria (exploração, coação, poder político, alienação cultural etc.). Cada sociedade pode ser caracterizada pela

combinação deles, a qual deve dar conta das características diferenciais desses sistema de dominação e de sua estrutura de classes.” [pp. 89-90]

Assim, a estrutura social constitui a resultante das relações entre distintos mecanismos, que implicam dominações que dizem respeito à esfera econômica, mas também às outras esferas estruturadas da sociedade. Cada combinação particular implica, para o autor, que, nas distintas situações, a resultante seja diferente por razão de múltiplas determinações. A estrutura social de um sistema de dominação pode ser de diferentes tipos e operar por diversos meios. Há distintos modos de dominação que podem resultar da exploração, da alienação cultural, do controle político-burocrático etc. “Difícilmente uma relação estrutural de dominação no nível de uma sociedade global” baseia-se “*exclusivamente* em um deles”. “Tal relação explica-se por uma combinação específica” desses mecanismos, havendo sempre predominância de um ou mais deles na relação. [p. 88]

No que diz respeito às relações entre as classes sociais, essa resultante estrutural é resultado da interação dinâmica das diferentes forças sociais mobilizadas e aplicadas pelas classes sociais no conflito, num contexto de preponderância das forças sociais das classes dominantes em relação às forças das classes dominadas. Essa estrutura implica, nesse sentido, uma superação da resistência estabelecida pelas forças sociais das classes dominadas, as quais podem ou não ter um projeto de participação como contraponto à dominação. O dinamismo caracteriza toda estrutura social, por razão da estrutura de classes e das relações de dominação variarem conforme o tempo e o lugar. Esse dinamismo implica que, na maioria dos casos, uma estrutura social não possa ser explicada somente por um mecanismo/fator; distintas combinações e diversos mecanismos/fatores constituem, em cada sociedade, distintas relações de dominação e diversas estruturas de classes. Assim, uma estrutura social pode ser explicada de várias maneiras, com base na resultante da interação entre os mecanismos/fatores e das relações que neles e entre eles forem estabelecidas.

As relações sociais que constituem a base da estrutura social geralmente estruturam-se institucionalmente, formalizando essas relações em instituições que são, ao mesmo tempo, causa e consequência dessas relações; são estruturadas por elas e possuem capacidade de estruturar.

Esse grande “continente” da dominação, como se refere o autor, permite identificar “conteúdos” em cada tipo de sistema de dominação. “As relações de dominação constituem a rede de uma sociedade classista, de uma estrutura de classes; e, no geral, dela dá conta. Mas, como dito reiteradamente, as relações de dominação operam por meio de um conjunto de mecanismos que constituem o aparato de dominação de um sistema. Esse ‘aparato’, esse

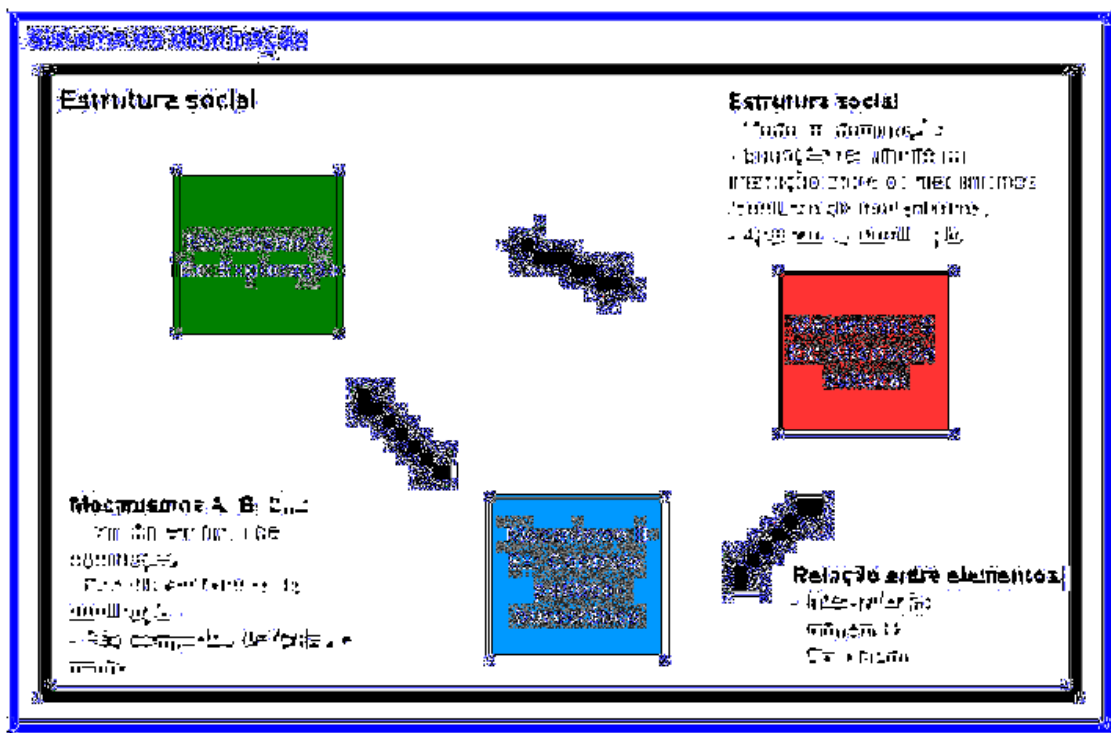
‘conjunto de mecanismos’ resultam da combinação específica de diversos fatores ou meios de dominar os quais denominaremos *tipos de dominação*: exploração, coação física, poder político etc. Cada um deles constitui *meios* porque são maneiras de exercer a dominação, ou o acesso a cada um dos quais permite alcançar a possibilidade desse exercício. E também são *fatores*, porque por meio deles que se gera ou estabelece a relação de dominação. Não necessariamente meios e fatores são os mesmos para uma situação específica: a dominação pode ser explicada fundamentalmente por um fator ou acontecer de seu exercício se dar principalmente por outro meio. Mas a tendência é a coincidência, a consistência para uma dada situação. [...] Todas são maneiras de operar a dominação, todas constituem a relação de dominação, todas *são* dominação. É lógico que os mecanismos que a *implementam* respondem aos fatores que a sustentam.” [p. 93]

Definindo melhor os termos empregados, Errandonea afirma que o sistema de dominação é formado por uma estrutura de classes e opera por um conjunto de mecanismos (um aparato de dominação de um determinado sistema) que é resultado de diferentes fatores e meios de dominação (tipo de dominação). Fatores e meios são categorias abertas e historicamente contingentes cujas combinações variam. “A cada forma específica de se combinar os diversos ‘tipos de dominação’ em uma determinada configuração de relações de dominação, chamamos cada equação possível de ‘fatores’ ou ‘meios’ de ‘modos de dominação’.” [p. 94] Modos que consistem na maneira específica de combinação, hierarquização e ligação dos distintos mecanismos, dos diferentes tipos de dominação. Os “sistemas sociais de dominação nos quais prevalece um determinado ‘modo de dominação’ constituem em conjunto um ‘tipo de sistemas de dominação’”. [Ibid.]

Errandonea realiza um raciocínio inicial de alguns tipos de dominação principais, que podem ser reconhecidos, em termos históricos, mais evidentemente. [pp. 95-96] 1. *Exploração*. Já tratada anteriormente, a exploração prevalece nas “sociedades com economia de mercado e seu papel de determinante quase exclusiva no capitalismo do tipo do século XIX europeu”. Há outros tipos de dominação econômica, menos gerais que a exploração, entretanto. 2. *Coação física*. Tipo de dominação mais antigo historicamente, constitui a “‘última ratio’ em praticamente todos os sistemas de dominação”. Sua utilização é muito desgastante, tem um alto custo para o poder vigente, não se sustenta no tempo como fundamento único de um sistema. “Os aparatos policial-repressivos e as organizações militares modernas são as manifestações de sua presença atual.” 3. *Político-burocrático*. Constitui-se pelo monopólio das tomadas de decisões que afetam a sociedade de maneira geral, geralmente por meios como governos e sistemas políticos de Estado. No capitalismo do

século XX esse tipo de dominação ganha relevância, prevalecendo nos regimes nazi-fascistas, no “socialismo” soviético e em algumas “democracias populares”. Nas democracias liberais do mundo capitalista opera menos evidentemente, por mecanismos que se apresentam como igualitários e livres, fundamentados em regras objetivas que “possibilitam” o acesso de distintos grupos às estruturas de poder – “eleições, sufrágio universal, parlamentos etc.” – que conferem a esse tipo de dominação certa legitimidade. As vantagens para as classes dominantes se dão “na própria desigualdade das estruturas de classes do sistema de dominação e nos próprios mecanismos do aparato partidocrático. Esse tipo de dominação foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo; em relação a ele, a teoria clássica marxista enfrenta significativas dificuldades explicativas. Há certamente, conforme aponta o autor, outros tipos de dominação: “cultural-alienadora, religiosa-hierocrática, propaganda e manipulação da informação etc.” que, segundo acredita, têm uma relevância de segunda ordem nos sistemas históricos mais conhecidos, ainda que tenham também sua importância. Ele acredita que os tipos de dominação apresentados “figuram mais frequentemente entre os mais importantes dos principais tipos de sistema de dominação”. [p. 97]

O gráfico abaixo sistematiza as categorias sistema de dominação, estrutura social e mecanismos/fatores.



DOMINAÇÃO E CLASSES SOCIAIS

Errandonea acredita que a dominação é o “fundamento básico das relações de classe; portanto, da conformação de classes sociais e da própria estrutura de classes em que elas se dão”. [p. 97] Ele inicia sua argumentação aportando elementos que permitem conceituar a categoria classe social, enfatizando que elas estão completamente relacionadas com a assimetria social, a desigualdade, quando esta possui uma conformação estrutural, consistente e estável. Nesse sentido, as classes sociais são “agrupamentos humanos de relativa homogeneidade entre si”, de aspectos, atributos ou elementos distribuídos desigualmente numa determinada sociedade, agregados pelas similaridades que dizem respeito às desigualdades sociais. Entendido dessa maneira, “o conceito de classe é relativo à existência de outras classes”. [p. 98] “A sociedade assume uma estrutura de classes sociais quando a distribuição daquilo que nela existe é desigual. Claramente, não estamos nos referindo exclusivamente aos bens e recursos materiais. Aludimos também a eles, está claro; e não só em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos (não somente quantos, mas que tipos de bens; não somente a quantia de pagamento ou remuneração, mas para que profissão, para que tipo de tarefa ou serviço quando se trata de salário; etc.). Mas a referência é mais ampla. Tudo o que se distribui desigualmente: acesso diferencial ou exposição aos meios de coação, poder político, prestígio social, etc. (também aqui em termos quantitativos e qualitativos).” [Ibid.] As classes sociais estão ligadas a tudo o que se distribui desigualmente na sociedade e às coincidências em relação às distintas assimetrias. Em relação a diferentes elementos, há “privilegiados e despossuídos” em seu conjunto, podendo haver situações mais ou menos intermediárias. As classes sociais não se estabelecem por “desigualdades não-consistentes” ou “desigualdades circunstanciais”; trata-se de “desigualdades consistentes, estáveis, institucionalizadas, resistentes. De tal maneira que umas reforçam as outras: são efetivamente *estruturais*.” [pp. 98-99]

O sistema de dominação estabelece-se sobre relações sociais assimétricas e dispõe de elementos ou partes relevantes para esse ordenamento, constituído por “grandes agrupamentos ou estratos que resultam dos diferentes papéis e funções qualitativos possíveis nas relações sociais de dominação”. [Ibid.] Há conjuntos humanos que possuem papéis e funções de destaque nos mecanismos que determinam o sistema de dominação e esses conjuntos constituem as classes sociais. “A conformação desses conjuntos humanos distribuídos em ‘papéis’ nas relações de dominação – as classes sociais –, e em seu conjunto, constituem a estrutura de classes da sociedade”, a qual é composta de “tipos de classes, ou seja, que cada um desses ‘tipos’ aglutina o conjunto de classes sociais concretas que

desempenham *esse* papel na estrutura de classes”. [p. 100] Nesse sentido, as classes sociais concretas “são conjuntos humanos cujos membros têm em comum a posse de certos atributos adequados, que os habilitam para a inserção no desempenho do respectivo papel”. [Ibid.] Assim concebidas, as classes sociais constituem categorias históricas, variáveis conforme o tempo, podendo aparecer, desempenhar um papel, modificar-se ou mesmo desaparecer. Os tipos de classes constituem “papéis, posições que – basicamente – subsistem enquanto dura o sistema de dominação classista de cuja estrutura formam parte”.

Nesse sentido, Errandonea entende ser necessário “distinguir ‘tipos de classes’ qualificadas como tal pelo papel que desempenham na estrutura de classes, e as classes sociais concretas e históricas, que desempenham um ou (sucessivamente) vários desses papéis”. [Ibid.] A definição descritiva sobre as classes sociais anteriormente realizada diz respeito às classes sociais concretas; a definição de tipos de classes possui um grau maior de abstração e exige que uma teoria que dê conta de uma realidade determinada, específica em questão. “Em cada ‘tipo de classe’ podem aparecer – normalmente aparecem – mais de uma classe social concreta”, coloca o autor. Cada uma dessas classes sociais concretas define-se como tal pelas “características concretas que ela assume na percepção de suas peculiaridades enquanto a distribuição societária desigual [...], em sua condição de fenômeno histórico e singular.” [p. 101] Falar de tipos de classe exige refletir sobre os papéis e funções que cada um desses tipos desempenha na estrutura de classes; ao mesmo tempo, falar de classes sociais concretas exige refletir sobre o conjunto de “atributos que conformam esse conglomerado chamado ‘classe’ [...] e que conduzem esse conjunto ao desempenho de algum dos papéis possíveis na estrutura de classes, a sua inserção nela em um tipo de classe.” [Ibid.] Por isso a necessidade de distinção das duas categorias. Pode-se, assim, definir os tipos de classes sociais como “aquelas classes ou conjuntos de classes sociais concretas, cujos membros desempenham papel similar nas relações de dominação”. [p. 102]

De maneira geral, pode-se dizer que um sistema de dominação fundamenta-se em uma estrutura social classista que envolve classes dominantes e classes dominadas. “Um sistema classista, um sistema de dominação”, coloca Errandonea, “requer pelo menos, universalmente, ambas as categorias”. No entanto, elas não são suficientes para “abarcas os possíveis papéis possíveis que – também de maneira genérica – as classes sociais concretas podem desempenhar em um sistema de dominação”. Para dar conta dos distintos papéis e funções é necessário “desdobrar, separar” as classes dominantes e dominadas, de maneira que se torne possível chegar a categorias operacionais que permitam compreender a realidade social. [Ibid.]

O autor distingue quatro papéis nas relações de dominação: “a.) o exercício – a titularidade – da dominação; b.) a participação na instrumentação da dominação (e, como logo veremos, a competência para acessar o exercício citado); c.) a situação de dominados, integrados essencialmente no sistema de maneira necessária para sua subsistência; d.) a situação de dominados ‘não-integrados’ (relativamente pouco integrados, que não são essenciais para a existência do sistema).” [Ibid.] A partir desses quatro papéis, deduz-se que em um sistema de dominação classista há papéis evidentes de dominadores (a) e dominados (c), e outros (b, d) que constituem parte do sistema, mas que não coincidem completamente em todos os sistemas sociais e podem ou não estar presentes, ainda que normalmente estejam. Isso não significa, entretanto, “que haja socialmente uma situação intermediária entre o papel de dominador e de dominado, com uma lógica própria”. [p. 103] Os sistemas de dominação tendem a desenvolver uma “segregação parcial de certo segmento das classes dominadas para instrumentar sua dominação” [Ibid.], dando a ele (b), em troca, parcelas de autoridade de dominação e de acesso às gratificações diferenciadas – um processo que tende a estimular a mobilidade individual para a ascensão social. No entanto, Errandonea afirma que não há possibilidade real de se abster e de se excluir de um sistema de dominação: “aqueles que o integram, estão submetidos a ele” [Ibid.], inclusive agentes que auxiliam na dominação (b). Pode haver também agentes pouco integrados ou quase excluídos – casos em que a assimetria e a submissão são maiores (d). Para o autor, as categorias “b”, “c” e “d” são de dominados, fundamentalmente pela dinâmica global do sistema. Ainda que Errandonea afirme serem esses quatro papéis comuns em distintos sistemas de dominação, ele coloca que a existência dos três papéis que compõem as classes dominadas (b, c, d) não são inexoráveis. Um sistema pode fundamentar-se apenas nas categorias “a” e “c”. Os quatro papéis nas relações de dominação definidos pelo autor dão corpo ao que ele chama de quatro “tipos de classes” fundamentais: “‘classes dominantes’ (papel ‘a’), ‘classes médias’ (papel ‘b’), ‘classes dominadas propriamente ditas’ (papel ‘c’) e ‘marginais’ (papel ‘d’)” [p. 104] – o que é representado em um gráfico reproduzido a seguir.

Conjunto do sistema	Categorias mais globais e gerais	Situações nos papéis e nas funções de dominação	Tipos de classes sociais	Classes concretas
Estrutura de classes	Classes dominantes	Exercício ou titularidade da dominação	Classes dominantes	Aparecem e desaparecem historicamente; inserem-se em algum tipo e podem mudar de um para o outro. São contingentes
	Classes dominadas (sentido amplo)	Participação na instrumentação da dominação	Classes médias	
		Situação de dominados, integrados e essenciais ao sistema	Classes dominadas propriamente ditas	
		Situação de dominados "não integrados", e não essenciais ao sistema	Marginais	

Os tipos de classes sociais

Errandonea apresenta, conforme descrito acima, quatro tipos de classes sociais, as quais discute com algum detalhe.

As classes dominantes, define, constituem-se das “classes sociais concretas cujos membros controlam o conjunto dos mecanismos de dominação presentes em uma determinada configuração de relações de dominação, resultante da combinação específica dos meios nelas vigentes para exercê-las”. Assim, são “o conjunto de posições sociais que supõem um acesso permanente e institucionalizado aos mecanismos em relação aos quais se adotam as decisões sociais”. [p. 105] As classes dominantes exercem dominação sobre outras classes na sociedade, tanto nas relações políticas (que envolvem a dominação política-burocrática) como em outras esferas da sociedade, como a economia, que implicam decisões fundamentais. Essas classes “dispõem de meios que lhes permite defender, manter e até aumentar seus privilégios”, o que, na realidade, é seu aspecto mais relevante. As classes dominantes são, portanto, “aquele tipo de classes sociais concretas cujos membros monopolizam o controle básico sobre o aparato de dominação próprio do modo vigente ou prevalecente no sistema de dominação do qual se trata”. [p. 106]

As classes médias, acredita, constituem parte do conjunto das classes dominadas, no sentido amplo, ainda que difiram significativamente dos outros tipos de classes por razão do acesso, mesmo que bastante limitado, a certos mecanismos de dominação que os possibilita instrumentar a dominação e receber alguns privilégios. Esse estrato constitui um tipo de

“escada” ou “ponte” de acesso para a mobilidade social vertical e por isso caracteriza-se pelas aspirações de ascensão geradas pela presença nesse campo de “recrutamento para reposição e renovação das classes dominantes”. [Ibid.] Por outro lado, esse estrato também gera lideranças potenciais para mobilizações contrárias às classes dominantes. Constitui-se, portanto, como um estrato que pode, ao mesmo tempo, permitir a mobilidade individual ou dar força às mudanças sociais coletivas. Além disso, esse estrato também apresenta pessoas que faziam parte das classes dominantes e que perderam tal posição. É marcante, por essa heterogeneidade das classes médias, que seja difícil caracterizá-las e conceituá-las; para o autor, a solução teórica envolve “assumir a complexidade real e compreender que as estruturas de classes com certos graus de mobilidade social e de complexidade possuem suas ‘dobradiças’ nesses estratos intermediários”, cumprindo mais de um papel. [p. 107] As classes médias “podem ser definidas por seus papéis de instrumentalidade na dominação e como campo de recrutamento na renovação das classes dominantes”. [p. 108] Quanto mais complexa for a sociedade, acredita, mais numerosas e heterogêneas serão essas classes, dificultando o trabalho teórico de análise. Ainda assim, essa heterogeneidade não permite afirmar a inexistência de elementos comuns: elas são as classes com menos consciência de sua condição social, tendem a assumir modelos de conduta que as aproxime das classes dominantes – as quais aspiram integrar –, possuem horror à possibilidade de decair para estratos mais baixos, buscam afirmar-se, por símbolos de status e evidenciar a distância que as separa desses estratos.

As classes dominadas propriamente ditas são “o conjunto – geralmente muito mais numeroso [em relação ao conjunto de classes dominadas] – daquelas posições sociais caracterizadas por sua subordinação, mas integradas ao sistema e essenciais para sua sobrevivência”. [Ibid.] Elas são dominadas, pois não possuem acesso aos mecanismos de dominação e o fato de serem estratégicas ao sistema os oferece a elas grande capacidade potencial transformador. São as classes “que realmente produzem os bens e serviços que a sociedade produz e acumula” e “sem a sua presença na há dominação possível”. [p. 109] Esse estrato possui duas características fundamentais: uma, também ligada ao acesso e à mobilidade individual para estratos mais elevados, ainda que isso seja considerado mais difícil que nas classes médias, e outra que é a possibilidade de desenvolvimento de estratégias, ações e culturas classistas, em maior medida que nas outras classes dominadas. Entretanto, Errandonea adverte: “a história das classes dominadas no capitalismo evidencia o acontecimento de variantes suficientes para nos prevenir contra a tentação de formulações muito acabadas nesse nível”. [p. 110] O século XX, segundo acredita, teria modificado

significativamente as relações de dominação e o próprio proletariado possuiria muito mais a perder que suas cadeias. O autor aponta que, em termos teóricos, a submissão dos dominados adquire a dimensão implicada por sua condição de classe se forem levados em conta os seguintes aspectos: “exclusão da participação, alienação cultural, apropriação de seu tempo, manipulação da informação, repressão de fato e efetiva da dissidência, utilização e acesso à educação, à saúde, à assistência, etc., além do grau de acesso ‘unidimensional’ ao conforto (Marcuse), entre outros”. [p. 111] Enfim, Errandonea define: “entendemos por classes dominadas propriamente ditas o conjunto de classes sociais concretas cujos membros integram o sistema de dominação – e são essenciais a ele – na condição de dominados”. [pp. 111-112]

Os marginais são “conjuntos sociais das classes dominadas (no sentido amplo) caracterizados pelos graus relativos menores de integração e participação, cuja presença não é essencial para a subsistência do sistema”. [p. 112] Essas classes estão menos integradas e participam em menor medida do sistema de dominação, e por isso possuem menor grau de acesso à satisfação de suas necessidades; o acesso a elas é residual e menor do que as outras classes. “Os marginais de uma sociedade não alcançam o nível de satisfação de necessidades socialmente percebido ou considerado como mínimo nela.” [Ibid.] Os marginais, por mais que estejam presentes no mesmo espaço social em que se produzem as relações de dominação possuem uma peculiaridade nessas relações: “subordinação não-integrada relativamente ou não-essencial ao sistema”, [Ibid.] a qual pode assumir distintas variantes em termos de funcionalidade ou disfunção para o sistema, envolvendo “exército industrial de reserva”, “disponibilidade política”, “potencial desestabilizador” etc., podendo ser sua presença maior ou menor desde que não ameace os fundamentos do sistema de dominação. Nas sociedades mais urbanizadas, os marginais vêm sendo distanciados espacialmente dos centros de poder, vivendo em favelas, cortiços, ocupações e desenvolvendo culturas próprias; nos meios rurais, caracterizam-se pelo isolamento da sociedade global.

Classes sociais concretas

Para Errandonea, as classes sociais concretas envolvem manifestações históricas, geográficas e singulares da realidade descrita. Como colocado no gráfico apresentado anteriormente, essas classes podem ser tipificadas em tipos, papéis e funções e categorias mais globais e universais. As classes sempre apresentam duas características: a bilateralidade e a concreção relacional; estabelecem-se em relações sociais concretas e assimétricas. “Essa relação social concreta assimétrica se *deve a algo*, resulta de certo fator ou fatores ou opera

por meio de determinado meio ou meios; geralmente fatores-meios.” [p. 115] Ainda que essa relação seja singular ou combine vários fatores-meios, a determinação dessa assimetria é sempre específica. “Cada relação de dominação tem uma determinação específica, que dá conta dela concretamente. Outras relações de dominação têm outras determinações também específicas.” [Ibid.] Essas determinações podem se dar nas relações econômicas, políticas, culturais, envolver exploração, coação, alienação etc., ou mesmo uma combinação delas, o que é mais freqüente.

A conformação histórica, geográfica e singular das classes sociais concretas, pelo método de análise de Errandonea, como se viu, não se dá somente por razão de um determinismo estrutural, infra-estrutural; contam significativamente para essa conformação “as circunstâncias resultantes da atuação dos homens e dos grupos sociais envolvidos, da conformação de forças sociais que resulta dessa atuação, da correlação de forças resultante”. [Ibid.] E nesse sentido, as forças sociais tornam-se elementos fundamentais para a compreensão das relações de dominação de classe.

O autor avança assim para conceituar as classes sociais concretas que são, assim, definidas como “*o conjunto de pessoas que têm uma situação relativamente igualitária em tudo aquilo que se distribui desigualmente na sociedade*, e, por isso, situa-se em posição similar nas relações concretas de dominação com idêntica determinação específica”. [p. 116] Essa “igualdade relativa frente às desigualdades sociais estáveis” estão relacionadas a cada contexto social determinado e, portanto, às “circunstâncias da sociedade que se trata e das condições que ela assumir em termos de produção, governo e organização social em geral”. [Ibid.] “Senhores, escravos, senhores feudais, servos, burgueses, proletários, camponeses, latifundiários, tecnoburocratas, etc. são classes sociais concretas, historicamente singulares. São produzidas por determinados sistemas de dominação nos quais elas cumprem certos papéis ou funções, segundo as condições e circunstâncias se reproduzirem. Mas a própria dinâmica da sociedade leva essas classes a serem substituídas historicamente, transformadas e a desaparecerem. Tudo o que define o status teórico da noção. A partir da equação peculiar e diferencial ‘acesso – não-acesso’ (quantitativo e qualitativo) que caracteriza e define uma classe social concreta, resultam os *atributos* para sua inserção na estrutura de classes; esses atributos podem ser definidos por essa equação. Para dizer de outra maneira: em uma relação social concreta de dominação, seus termos e os sujeitos, que ocupam as posições a partir das quais se envolvem na relação, estão por ela integrados à sociedade com as condições determinantes – geográficas, históricas, de circunstância – da sociedade que dão a eles sua especificidade.” [Ibid.]

Dessa maneira, a teoria de Errandonea estabelece as linhas gerais para que se possa determinar as classes sociais concretas de cada sociedade. Para isso, é evidente que rechaça os esquemas que desconsideram a história, a geografia e a conjuntura na discussão das classes sociais. A partir da equação colocada pode-se, em cada sociedade, estabelecer uma estratificação determinada e chegar às classes sociais concretas e às próprias relações existentes entre elas.

CONFLITO SOCIAL, LUTA DE CLASSES E MUDANÇA SOCIAL

Conforme colocado, para Errandonea a “contrapartida da dominação é a participação, que constitui seu limite”. “No limite”, afirma, “a participação máxima generalizada que consiga substituir totalmente a dominação, que a reduza à inexistência, implicaria uma sociedade igualitária”. [p. 122] O autor define a participação “como a capacidade de incidência e iniciativa própria nas decisões que lhes afetam, pessoal, grupal ou coletivamente”. Isso diz respeito a “todo tipo de decisões: no sentido mais amplo. O conceito tem todo o sentido abrangente da própria dominação: é seu oposto”. [Ibid.] A institucionalização do poder constitui-se a partir de duas variáveis: a dominação e a participação; por meio de um processo dinâmico, os sistemas de dominação conciliam relações de dominação preponderantes, e, na maioria das vezes, algum nível de participação, fundamental para o sistema possuir legitimidade.

O autor sustenta que “cada situação de classe corresponde a um certo conjunto de interesses que podemos denominar ‘interesses de classe’”, os quais podem ou não ser percebidos como tais ou serem considerados vontades estritamente individuais ou grupais. Esses interesses dividem-se em dois: “a.) a satisfação das necessidades socialmente percebidas como mínimas” e “b.) a aspiração para melhorar o nível delas”. [pp. 123-124] As necessidades são consideradas amplamente em ambos os casos e, no segundo, inclui o acesso a situações de classe superiores àquela em que se está inserido. Acima do teórico nível absolutamente mínimo de necessidades de uma pessoa, há sempre um nível socialmente percebido como mínimo, que varia histórica e geograficamente e também entre as próprias classes sociais. O autor considera ser necessário diferenciar esse nível mínimo socialmente percebido das aspirações; estas constituem, para ele, o desejo de superar o nível possuído, seja qual for ele – nesse sentido, as aspirações devem ser compreendidas como “tendências volitivas de superar o nível possuído de satisfação das necessidades e aquele percebido socialmente como mínimo”. [Ibid.] Entre as aspirações, inclui-se a maior delas: a de ascender aos níveis de satisfação das classes superiores, ou seja, a ascensão de classe. Ainda que o

nível de necessidades socialmente percebido como mínimo e as aspirações sejam variáveis e dinâmicos, pode-se dizer que há um movimento constante: todos os membros de uma sociedade têm aspirações e, no momento em que elas se concretizam e se estabelecem, sendo percebidas como necessidades mínimas, é natural que se desenvolvam outras aspirações. Ainda que se possam perceber os interesses de classe como concepções individuais, Errandonea afirma: “seu desenvolvimento é cultural e sua internalização é social e de classe”. [p. 125] Isso significa afirmar que, ainda que os interesses não sejam completamente determinados pela posição dos agentes (sistema e estrutura em que estão inseridos socialmente), mesmo que esses interesses possam ser alterados cultural e ideologicamente, eles possuem sua significativa influência. Assim, a posição dos agentes em uma determinada estrutura de classes e em um sistema de dominação possui uma determinação significativa de seus interesses; há, portanto, interesses de classe, ainda que eles possam ser latentes ou manifestos, caso em que se poderia chamá-los de consciência de classe.

O aumento da satisfação das necessidades – tanto das percebidas como mínimas como as que envolvem aspirações – é possível por meio do crescimento daquilo que está distribuído socialmente; o fato de os interesses se colocarem como compatíveis ou contrapostos dependerá da satisfação dessas necessidades. Num sistema de dominação, que implica uma estrutura de classes, envolvendo desigualdade nas relações de poder, o autor acredita que “a tendência é a percepção de contraposição. Portanto, o sistema de dominação em funcionamento supõe a presença ativa e contraposta de interesses sociais de classe dos seus membros. Os atores participam do conflito que essa contraposição supõe. Com diferentes graus de aceitação da contraposição e da representação que pode colocar-se sobre ela.” [Ibid.] Esse desenvolvimento social dos interesses existe, independente de serem compreendidos e demonstrados em termos individuais, grupais ou classistas. Nos dois primeiros casos (interesses compreendidos e demonstrados em termos individuais e grupais), eles associam-se ao progresso particular, de mobilidade de indivíduo ou de grupo, possibilitado pela estrutura de classes. Esses interesses entram em jogo pela crença na legitimidade do sistema de dominação ou pela busca de “jogar com as regras do jogo”, visando modificar a posição dos agentes na estrutura e no sistema de dominação – não envolvem, portanto, a modificação do sistema de dominação e de sua estrutura de classes como um todo. No terceiro caso (interesses compreendidos e demonstrados em termos classistas), eles dizem respeito a uma classe ou conjunto de classes determinado que compreende que esses interesses só podem ser buscados com eficácia coletivamente. A tendência de que se prevaleça uma ou outra representação dos interesses (individual, grupal, classista) depende, segundo o autor, do nível

de satisfação, proporcionado pelo sistema, no que diz respeito às necessidades socialmente percebidas como mínimas e à manutenção do acesso às aspirações; nesse caso, ambas as condicionantes devem ser percebidas pelo amplo conjunto dos agentes da sociedade. Os interesses de classe se traduzem “na manutenção e na melhoria do nível participativo, e na manutenção e no incremento da dominação, para as situações de classes implicadas.” [p. 124] “Os dominadores procuram não só manter, mas aumentar seu domínio (e, portanto, reduzir a participação dos dominados)”, ao mesmo tempo, “os dominados procurarão aumentar sua participação (diminuir sua condição de dominados), as quais são tendências estruturais contraditórias dos interesses respectivos”. [p. 133] Isso ocorrerá, coloca, a não ser que o aumento da capacidade de satisfação das necessidades e a percepção da real da possibilidade de atingir suas aspirações, para os dominados, diminuam as contradições e mantenham a legitimidade do sistema; ou então que os dominadores, para se preservarem como tais, flexibilizem de alguma maneira o sistema, de maneira a abarcar alguns interesses sociais dos dominados, de maneira a postergar o acirramento da luta de classes.

Como se viu, os interesses que não se transformam em forças sociais não têm condições de modificar o sistema de dominação e sua estrutura de classes, ainda que esses interesses possam gerar consciência e questionamentos da legitimidade do sistema e de sua estrutura. Entretanto há relação significativa entre os interesses de classe e o poder, mais especificamente naquilo que diz respeito à manutenção ou à mudança da ordem, do *status-quo*.

Errandonea define conflito social como “toda relação social de oposição manifesta entre atores sociais que se traduz em ações concretas orientadas em contraposição mútua”. [p. 130] Com essa definição, ele exclui a predisposição antagônica de oposição e coloca o conflito no campo das relações sociais que implicam “ações reciprocamente orientadas de cada um dos atores contra ele ou contra os outros”. Assim, o conflito envolve grupos, classes, indivíduos em certas posições sociais, etc. Para ele, todas as oposições evidentes de forças sociais constituem conflito. “Os interesses sociais que correspondem às posições da estrutura social, que se contrapõem mutuamente, constituem as bases de motivação do conflito.” [p. 131] Para o autor, os conflitos sociais podem ser classificados a partir de diferentes critérios: identificação dos agentes em contradição, nível de violência ou intensidade, objetivo dos agentes, entre outros. Sua opção é trabalhar com quatro critérios para essa classificação: a.) *tipo de agentes*: de um lado aqueles que se dão entre indivíduos, pequenos grupos ou organizações não-classistas, de outro, aqueles que se dão entre forças sociais de origem, filiação ou recrutamento classista; b.) *objetivo para com o agente contraditor*: de um lado, o

conflito que propõe a eliminação (desaparecimento da estrutura), por outro, aquele que busca acesso a certos objetivos para benefício próprio – ele chama o primeiro de luta e o segundo de concorrência; c.) *direção do conflito*: de um lado, o conflito horizontal, que não se propõe alterar a estrutura de classes do sistema de dominação, mas melhorar a posição dos agentes dentro dessa estrutura, por outro, o conflito vertical, que possui o objetivo de modificar a estrutura e o sistema; d.) *institucionalização ou não-institucionalização*: por um lado, o conflito institucionalizado, o qual se dá com a aceitação dos agentes das regras do jogo proporcionadas pela estrutura sistêmica para sua solução, por outro, o conflito não-institucionalizado, que se dispõe a utilizar meios que não são aceitos pelo agente contraditor, não havendo, nesse caso, uma regulação comum aos agentes em conflito. [pp. 131-132]

“Os conflitos não-classistas, a competição, os conflitos horizontais e os institucionalizados, não só não contradizem o consenso [legitimidade do sistema de dominação e da estrutura de classes], mas o supõem e tendem a reforçá-lo. Ao contrário, os conflitos entre forças sociais classistas, a luta, os conflitos verticais e os não-institucionalizados, em cada caso com variantes que devem ser consideradas, implicam em algum nível o questionamento da legitimidade do sistema de dominação ou da relação de dominação concreta em questão, e tendem a produzir – quando não envolvem diretamente – um questionamento do consenso do sistema.” [p. 132] A questão dos conflitos, portanto, coloca-se entre o reforço da legitimidade do sistema de dominação ou em seu questionamento e é a partir do conceito de conflito social que o autor elabora sua noção de luta de classes. Errandonea considera que quando os interesses de classe são compreendidos e demonstrados em termos classistas, quando se aumenta o nível de consciência de classe, quando a capacidade e a potencialidade convertem-se em força social concreta, “o conflito social tende a convergir e converter-se em conflito ou luta de classes”. [p. 126] Para ele, a luta de classes é o “conflito social que constitui luta vertical, não-institucionalizada entre forças sociais classistas procedentes de tipos de classes opostas”. [pp. 132-133] A luta de classes coloca em xeque o sistema, tanto no que diz respeito à correlação de forças, como em relação à sua legitimidade; diferentemente, os conflitos não implicados na luta de classes (conflitos não-classistas, competição, conflitos horizontais e institucionalizados) servem para legitimar o sistema e sua estrutura.

Para Errandonea, a dinâmica do conflito social de classes faz com que os atores “que operam de fora do ‘sistema’, com tendência a se opor a ele, tendam a conformar entre si, com maior ou menor clareza de definição, um sistema paralelo e contraposto ao ‘sistema’” – o qual é chamado por ele de “contra-sistema”. [p. 134] Um contra-sistema não necessariamente

surge por razão da falta de legitimidade do sistema ou pelo baixo nível de consenso; ele é uma tendência estrutural das sociedades complexas e nos casos de alta legitimidade e amplo consenso, ele pode tornar-se um interlocutor válido, com o qual os conflitos são mediados institucionalmente. “O contra-sistema constitui a concreção organizada, o ‘iceberg’ consciente estruturado a partir das forças sociais das classes dominadas.” [p. 142] “O contra-sistema, então, não é necessariamente ‘disfuncional’ à estabilidade do sistema. Mas sua definição mais clara, sua crescente organicidade, sua coesão, sua força e, sobretudo, a radicalização de seu questionamento ao sistema são ‘disfuncionais’, implicam um questionamento do consenso, constituem uma ameaça à estabilidade e à continuidade do sistema de dominação. No limite, pode constituir o ‘sistema’ que substituirá aquele que decai.” [p. 135] Em todos os casos, coloca Errandonea, os contra-sistemas são agentes da mudança social e funcionam como propulsores dinâmicos da sociedade. Suas propostas inovadoras podem ser absorvidas ou neutralizadas pelo sistema; no caso de não poderem, há uma mudança social no sistema.

Para o autor, mudança social é “toda modificação, alteração ou transformação [da] estrutura social, qualquer que seja sua magnitude, alcance ou velocidade de acontecimento”. A mudança social é aquela que afeta e transforma a estrutura de classes de um determinado sistema. [p. 137] Pode implicar mudança *no* sistema – mudanças cotidianas que não afetam os aspectos fundamentais do sistema e sua identidade (reformas) – e mudança *de* sistema – alterações profundas das bases e das relações de dominação (revolução); a partir de agora, se adotará o termo “mudança social” para as mudanças no sistema e “transformação social” para as mudanças de sistema. [p. 138] Errandonea sustenta que a transformação social pode ou não ser o resultado de diversas mudanças sociais; elas não necessariamente estão em contraposição. A transformação social ocorre, segundo o autor, quando os conflitos sociais tornam-se luta de classes, extrapolam as esferas e generalizam-se ao conjunto das relações sociais concretas. Isso implica que um contra-sistema tenha sido criado dentro do próprio sistema de dominação, desenvolvendo um projeto de contraposição, com sustentação ético-ideológica, propostas concretas e planos de ação. A transformação social é resultado de um contra-sistema que consegue elaborar esse projeto alternativo, colocando-o como uma opção real ao sistema vigente, e, concretamente, modifica as relações sociais no sentido proposto.

* Alfredo Errandonea. *Sociología de la Dominación*. Montevideo/Buenos Aires: Nordan/Tupac, 1989.

PARA UMA TEORIA LIBERTÁRIA DO PODER (V)

LÓPEZ E A DISTINÇÃO ENTRE PODER E DOMÍNIO

Neste quinto artigo da série, utilizarei para discussão o livro, de Fábio López López, *Poder e Domínio: uma visão anarquista*[*], publicado em 2001, como resultado de reflexões militantes ligadas ao contexto de desenvolvimento do anarquismo de matriz especificista que, naquele momento, desenvolvia-se no Rio de Janeiro, assim como no resto do país. É relevante mencionar que o livro, como colocado pelo próprio autor, é feito por um militante voltado para a militância e, portanto, não tem a intenção de ser um trabalho acadêmico. O que não impede ele de trazer diversos elementos conceituais e argumentações relevantes, que podem contribuir significativamente para o objetivo desta série. Como nos outros artigos, seguem apresentadas, também esquematicamente, as principais contribuições do autor.

BASE FILOSÓFICA: NIETZSCHE E FOUCAULT

López acredita que para se formular uma teoria do poder é necessário abandonar as discussões sobre natureza humana, consideradas por Reich apenas “passatempos filosóficos”. Não haveria como descobrir os sentimentos e comportamentos inatos do ser humano, já que é impossível separar indivíduo e sociedade, e, conforme considera, impossível desvinculá-los das relações de poder: “um bebê já nasce enredado em uma série de relações de poder”. [p. 15] Não haveria, assim, resposta para as perguntas: o homem, em sua essência, é bom ou mau? Tende à cooperação ou à competição? Possui uma tendência natural à dominação? López critica as abordagens que buscam chegar a posições conclusivas acerca dessas questões. Para ele, a humanidade é forjada por suas relações de poder e os homens e mulheres, indivíduo e sociedade, só podem ser pensados dentro dessas relações de poder, sendo impossível recorrer às questões de inatismo e às discussões sobre natureza humana para compreendê-los.

Independente da relação pontual com outros autores, a base filosófica do trabalho de López é nietzscheana/foucaultiana, cujos argumentos fundamentais discuti no terceiro artigo da série sobre o pensamento de Foucault. Ainda assim, retomarei brevemente esses argumentos que dão sustentação a toda sua teoria.

Incorporações de Nietzsche

A obra de Nietzsche sobre a qual se baseia López é, fundamentalmente, *A Vontade de Potência* [traduzida mais recentemente como *A Vontade de Poder*], da qual cita diversos

trechos para se fundamentar teoricamente. Sem aprofundar, os principais argumentos incorporados da teoria nietzscheana são os seguintes: o mundo é a força, e assim, a constituição do mundo, da vida, da realidade, só pode ser o resultado de uma interação entre forças determinadas, a qual forja suas principais características; essas forças são finitas, mutáveis e temporais, dividindo-se em diversas partes que, em conflito, estabelecem relações de predominância e constituem um todo; o indivíduo é um centro de força; a motivação da vida é o acúmulo de força, a liberdade do potencial e a vontade de potência que estão dentro de cada um; não há uma finalidade do mundo, da vida ou da realidade, que possa ser prevista ou avaliada em termos de evolução, e, assim, a humanidade não caminha para um sentido determinado; buscando sua realização, o indivíduo utiliza o poder como meio; a moral tem condições de determinar essa vontade de potência e pode transformar desejos e emoções, castrando, docilizando e degenerando o ser humano no que diz respeito a esse seu impulso para a potência.

Incorporações de Foucault

De Foucault, López se baseia na coletânea *Microfísica do Poder*, também citada na costura de seus argumentos. Novamente sem aprofundar, seguem os principais argumentos incorporados da teoria foucaultiana: o poder se dá para além do âmbito do Estado e não pode ser considerado simplesmente como reflexo das relações econômicas e nem somente em termos de repressão; as relações de poder, que também são produtivas, se dão por meio das diversas relações de forças, e o poder envolve a ativação e o desdobramento dessas relações.

PODER

Agente social, força social e capacidade de realização

O trabalho de López restringe-se ao campo social e, portanto, concebe o poder a partir de uma perspectiva de relação social; assim, distingue-se da concepção de Nietzsche, que considera qualquer produção uma relação de poder. Restringindo-se ao campo social, López concebe um modelo que parte das noções de força social e agente social.[1]

- Força social: “energia racionalmente aplicada pelos agentes na consecução de seus objetivos na sociedade”. [p. 60]
- Agente social: “qualquer ser humano que viva em sociedade, tenha capacidade de desejar, escolher e agir”. [Ibid.]

“Todo agente social é dotado naturalmente de uma determinada *força social*.” [Ibid.] É relevante enfatizar que, para López, a sociedade não é a mera soma dos agentes sociais

tomados individualmente; para ele, o coletivo é muito mais complexo que a soma dos indivíduos. Dessa maneira, a força social não pode ser compreendida como soma das forças sociais individuais dos agentes. A força social presente em todos os agentes sociais varia de um agente para outro, num mesmo agente durante um período de tempo e em relação ao projeto no qual ele está engajado. Ela varia também quando vários agentes se associam em torno de um objetivo comum, sendo a força social desses agentes associados, sempre maior que a soma das forças individuais de cada agente. Essas premissas distinguem o método de López dos métodos individualistas e/ou liberais.

Para alcançar seus objetivos, os agentes sociais se valem de diversos instrumentos para a ampliação de sua força social: “um armamento simples (como uma faca ou revólver), informação, aumento de força física, aprimoramento de técnica de luta, saber e experiência para melhor atuar (otimização na aplicação das forças que dispõe), erudição (para ter maior capacidade de persuadir), ou uma máquina que aumente a produção do trabalho. Porém, como veremos mais adiante, os instrumentos mais importantes são a associação e o domínio.”[Ibid.] O ganho de influência também é uma maneira de se aumentar a força social, pois o “agente que consegue influência, tem força social”. [p. 77]

“Uma força social tem determinada capacidade de realização.”[p. 61]

- Capacidade de realização: “possibilidade de produzir determinada força social, quando colocada em ação pelo agente que a detém”. [Ibid.]

Com base nessa definição, López enfatiza que, muitas vezes, o poder é definido como capacidade de realização. Para ele, são conceitos distintos, já que a capacidade coloca-se no campo de uma possibilidade, e o poder, como se verá, implica mais do que isso. O poder, segundo sustenta, exige a capacidade de realização, mas também que essa capacidade seja transformada em força social, ou seja, que seja aplicada praticamente, saindo do campo da possibilidade e tornando-se realidade. “*Capacidade de realização* pode ser entendida como a possibilidade de produzir de determinada força social, quando colocada em ação pelo agente que a detém. É muito importante esta definição, uma vez que a ‘capacidade de realização’ é constantemente utilizada como sinônimo de poder. Ou seja, quando um agente tem a capacidade de realizar ou produzir determinado efeito, se diz que ele tem poder.”[Ibid.] Ao mesmo tempo em que discorda da definição do poder como capacidade de realização, López também discorda da definição que equipara poder e força social: “Poder não pode ser mero sinônimo de força social, pois para ter poder é necessário fazer uso de sua força e ela ter efeito – ou ao menos poder fazer uso desta força (quando lhe convier) e isto ser o suficiente para conseguir o efeito.”[p. 62]

Assim, pode-se dizer que os agentes sociais são dotados de capacidade de realização e quando esta capacidade é colocada em prática, aplicada pelos agentes na busca de seus objetivos, a capacidade de realização torna-se força social. Todos os elementos colocados – agente social, capacidade de realização e força social – são fundamentais para o poder, ainda que o poder não possa ser definido exclusivamente por nenhum deles especificamente.

O conceito de poder

López apresenta uma definição bastante clara de poder.

- Poder: “imposição da vontade de um agente através da força social que consegue mobilizar para sobrepujar a força mobilizada por aqueles que se opõem”. [p. 62]

Articulando o conceito de poder com os conceitos definidos anteriormente, pode-se dizer que *o poder é resultado da interação entre forças sociais mobilizadas e colocadas em prática por agentes sociais dotados de determinada capacidade de realização*. Ao se falar em forças mobilizadas e colocadas em prática, considera-se também “a possibilidade do uso da força” [p. 64], ou seja, a ameaça de uso da força, que termina funcionando como um elemento constitutivo das forças em jogo – muitas vezes causando receio ou medo em agentes –, permitindo que o poder seja estabelecido.

Logo, a definição de poder de López fundamenta-se em um modelo de conflito social:

- Conflito social: “enfrentamento entre as forças sociais mobilizáveis por [...] agentes”. [p. 62]

Considera-se que o poder é resultado das forças sociais em jogo que se enfrentam constantemente em um modelo de conflito social, já que “só existe relação de poder se houver conflito”. [p. 63]

O poder é sempre uma relação social, “localizada no espaço, tempo e na sociedade”, que não pode ser compreendida como sinônimo de repressão, já que “o poder constrói, o poder cria, o poder articula e estrutura toda a sociedade. Sempre em favor de quem o detém” [pp. 61-62]. Isso não implica que o poder seja sempre dominador ou antipopular; no entanto, as relações de poder são responsáveis por forjar lógicas e dinâmicas e, portanto, não são neutras e, dependendo de como estiverem instituídas, podem servir ou não a fins igualitários e libertadores. “O poder *não* pode ser encarado como mero instrumental através do qual se pode alcançar qualquer objetivo. Poder é uma relação social com lógica e dinâmica própria, que constitui a sociedade e tem conseqüências sobre os indivíduos. O poder não é neutro. Ter

poder significa oprimir, impor, conquistar, criar uma situação de desigualdade, onde a parte que sofre a ação do poder será frustrada em suas pretensões.”[pp. 70-71]

Assim, pode-se afirmar que o poder: a.) sempre se localiza histórica e geograficamente, no tempo e no espaço; b.) conta com a repressão, mas nunca se resume a ela, já que é, fundamentalmente, criação, articulação, estruturação; c.) ainda que não seja necessariamente antipopular ou dominador, ele também não é neutro.

Em uma dinâmica de conflitos, o poder existe quando determinada(s) força(s) social(is) se sobrepuja(m) a outra(s), tendo como resultado poderosos e subjugados.

- Poderoso: agente social que exerce a relação do poder, sendo sua força “mais forte socialmente do que sua oposição”. [p. 68]
- Subjugado: “todo agente social que sofre contra si uma relação de poder, pois sua força social é débil no embate com a outra”. [p. 67]

Os poderosos podem ser os agentes responsáveis por relações de poder que implicam ou não a dominação, o que será discutido mais adiante. Os subjugados dividir-se-iam em dois grupos: os dominados, que depois do poder estabelecido “acabam trabalhando em prol dos interesses do poder”, e os resistentes, “que não trabalham naquilo que se opõem”, ou seja, mesmo sendo subjugados na relação de poder continuam a desenvolver seu trabalho no sentido de resistir ao poder vigente e, quem sabe, modificar a correlação de forças ou a própria relação de poder. Independente do tipo de subjugado, ele sempre “sofre uma opressão”. [Ibid.]

- Opressão: “oposição unilateral de uma das partes de um determinado relacionamento – é consequência necessária da relação de poder”. [Ibid.]

No caso dos subjugados resistentes, eles assim se caracterizam por serem agentes cuja força social, apesar de subjugada, e os agentes, apesar de oprimidos, não deixam de continuar a atuar em favor de seus próprios objetivos.

- Resistência: “força subjugada” em uma determinada relação de poder que “não deixa de existir” [p. 67] permanecendo como “oposição em conflito”. [p. 86]

A resistência caracteriza-se, portanto, pelo dinamismo do conflito social sendo que, ainda que estabelecida uma relação de poder, as forças sociais continuam em jogo e os agentes resistentes permanecem lutando pelos projetos que estão de acordo com seus próprios interesses, mesmo estando subjugados naquele momento. As forças sociais da resistência, ainda que haja opressão, não deixam de existir e de se contrapor às forças poderosas. Para

López, a resistência pode ser tipificada da seguinte maneira: “a *resistência* pode ser *passiva* (quando o agente não tem qualquer ação contra o poder que o oprime) ou *ativa* (quando o poder sofre retaliações por parte dos subjugados), *isolada* (tem um caráter individual) ou *articulada* (força coletiva)”.[p. 75] Levando em conta que a resistência também pode ser passiva, pode-se dizer que a resistência sempre está presente nas relações de poder. A resistência ativa, distintamente, manifesta seus interesses por meio das forças sociais de determinados agentes. Seu caráter individual ou articulado possui uma implicação direta no *quantum* de força social aplicada na relação. Não sendo a força social coletiva a simples soma das individuais, a resistência articulada possui sempre maior capacidade de realização que a soma das resistências isoladas.

A dinâmica do poder

A partir do conceito de poder estabelecido e das categorias elaboradas por López, pode-se tratar de alguns aspectos relevantes da dinâmica do poder. Há três leis fundamentais do poder, que aprimoram a explicação desse seu funcionamento: 1. “*Quando existe um conflito onde duas forças disputam o controle de um único objeto, a guerra só cessará quando se estabelecer uma relação de poder.*” 2. “*Quando existe conflito, mas não vemos guerra – ou seja, em tempos de ‘paz’ – se o agente não estabeleceu poder, seu opositor terá estabelecido.*” 3. “*Sempre, o agente que empenhar maior força social em determinado conflito até aquele momento histórico, será o detentor do poder.*” [p. 63]

Essas leis explicam alguns fundamentos das relações de poder. Compreendendo o poder como relação entre forças sociais, López toma por base os conflitos que envolvem disputa entre duas forças para o controle de um objeto. Nesse caso, a situação de guerra e paz é determinada pelas relações de poder; quando há guerra – embate efetivo, conflitos evidentes em torno de uma disputa –, esta só deixará de existir quando uma força se sobrepõe a outra; quando há paz, significa que essa relação entre as forças já se estabeleceu. No primeiro caso, cessa a “guerra” quando se estabelecer uma relação de poder, no segundo caso, a “paz” significa que essa relação já estabeleceu. López também argumenta que num conflito que envolve a disputa de um objeto por duas forças, ocorrendo a “paz”, ou seja, se estabelecendo uma relação de poder, se um dos lados não tiver estabelecido a preponderância de sua força, o outro necessariamente terá; afirmação que implica não ser possível conceber uma relação de poder sem forças sociais que exercem esse poder (levadas a cabo por agentes poderosos) e forças sociais que são oprimidas por ele (levadas a cabo por agentes subjugados). Numa relação de poder, há sempre aqueles que o exercem e aqueles que sofrem seus efeitos. No tipo

de conflito mencionado, a maior força social aplicada na disputa terá como resultado tornar os agentes que as exercem poderosos. Dessas leis do poder, López extrai a conclusão de que “*quem tem mais força social se impõe sempre, logo é o detentor do poder*”. [p. 65]

López aponta outro elemento importante, que diz respeito à lógica expansionista do poder, caracterizada como “*contínua e sistemática tentativa, por parte do poderoso (ou daquele que almeja o poder), de maximizar a apropriação de força social [...] para obter a expansão do quantum de força social original*”. [p. 68] Levando em conta o dinamismo das relações de poder, sendo que elas só podem ser consideradas dentro de uma relação no tempo e no espaço, torna-se necessário, para que o poder assegure sua continuidade, garantir uma ampliação constante de força social, para o caso de a resistência estar também acumulando forças. Assim, os agentes poderosos devem ter permanentemente a preocupação de aumentar sua força social, de maneira a garantir que sua posição na relação de poder, com o passar do tempo, não seja modificada, por razão de um acúmulo de forças da resistência. A lógica expansionista do poder constantemente faz com que detentores do poder façam da busca por esse aumento de força seu principal objetivo. “Os detentores do poder (ou os que lutam por ele) estão eternamente tomando atitudes (pretensamente de curto prazo) para expandir sua força social, a fim de manter (ou conquistar) poder.” [p. 71] [2] A lógica, como se vê, aplica-se também àqueles que têm por objetivo conquistar o poder. Subjugada em uma relação de poder, a resistência terá de manter um esforço permanente em relação ao aumento de sua força social, se tiver por objetivo modificar a correlação das forças em jogo e, portanto, o poder.

A lógica utilizada na conquista ou na manutenção do poder, afirma López, é a de sempre buscar os objetivos a partir “do menor esforço ou custo possível”. [p. 73] Tal afirmação, evidentemente, considera uma lógica de otimização na utilização de recursos, que permite não comprometer forças desnecessárias na disputa por um determinado objetivo.

DOMÍNIO

O conceito de domínio

Para López, poder e domínio são fenômenos sociais distintos e, por isso, têm definições distintas e devem ser chamados de maneira diferente.

- Domínio/dominação: “*Domínio* (ou dominação) é dispor da força social de outrem (do dominado), e, conseqüentemente, de seu tempo, para realizar seus objetivos (do dominador) – que não são os objetivos do agente subjugado.” [p. 83]

Definem-se, assim, alguns elementos fundamentais: o dominador dispõe da força social do dominado (conseqüentemente de seu tempo); é dominado aquele que realiza os objetivos do dominador que são distintos dos seus. Há, portanto, diferenças significativas entre poder e domínio: “No domínio encontramos exatamente os mesmos elementos, mas a diferença entre ambos é que, na relação de poder, o objeto controlado pelo poderoso é distinto do subjugado. Já na relação de domínio, o objeto controlado é a própria força social do subjugado. Na relação de domínio, a força social do subjugado não é mais comandada pelo próprio, mas por seu dominador. Sendo assim, o domínio é um fenômeno socialmente distinto do poder, pois contém em seu bojo a alienação do agente dominado – no poder não há alienação, mas subjugação e resistência.” [p. 84]

Para López, o domínio é um tipo de poder e, por isso, possui as características definidas pelo conceito e pela dinâmica do poder; entretanto, há diferenças que são fundamentais. Nas relações de poder há poderosos, subjugados e resistência; a peculiaridade das relações de dominação é que elas constituem relações de poder em que há comando, controle da força social do subjugado e sua alienação.

- Comando: “o *comando* é dado pelo dominador para que o dominado execute determinada tarefa através de sua força social alienada”. [p. 88]
- Alienação: “desenvolve-se quando os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito da sua ação e intervenção”. [p. 93]

No domínio, os agentes subjugados não controlam sua força social; não comandam suas ações e sua vontade, na prática, não possui relevância. O controle da força subjugada, da vontade dos agentes subjugados e o comando de suas ações são realizados pelos agentes poderosos. “O que talvez exemplifique melhor esta relação (alienação-dominação) seja o fato de o dominado estar alienado de seu próprio tempo de vida realizando atividades de interesse de terceiros”. [p. 95] Aquele que é submetido a uma relação de dominação não é simplesmente subjugado, mas dominado; “para estar dominado não basta a um agente deixar de se opor ao poder; o dominado de alguma forma consente e, na prática, colabora com o dominador – independente do que pense ou de sua vontade”. [p. 86] Essa afirmação enfatiza a questão da legitimidade como um fundamento importante das relações de poder em geral, e das de dominação em particular. Independente de fundamentar-se na ameaça, na utilização da força ou na legitimidade, o ponto em questão é que o dominado utiliza “sua força social para a realização dos objetivos do dominador”. [p. 87]

“O domínio/alienação traz o duplo empobrecimento ao mundo do dominado/alienado: 1.) A vida do dominado fica mais pobre à medida que dedica seu tempo (patrimônio irrecuperável) à realização das vontades alheias. 2.) Quanto mais coisas forem criadas através da força social do dominado, e que serão apropriadas ao comando do dominador, mais fraco e pobre relativamente fica o dominado.”[p. 93] Vê-se que as conseqüências do domínio para o agente dominado são significativas: a alienação do tempo para a realização de vontades alheias e o enfraquecimento e empobrecimento do agente dominado em relação ao dominador. Tal processo não se limita à esfera econômica, mas também à política (com a diminuição da capacidade e da intervenção do agente nas tomadas de decisão ou pela coação exercida em relação a ele) e também ideológica/cultural (com a incapacidade de avaliação crítica da sociedade, assumindo valores da moral vigente; pela capacidade do agente dominador forjar saberes, vontades, desejos).

Outro elemento relevante da dominação é a dependência do agente dominado em relação ao agente dominador.

- Dependência: “relação onde a ação ou concessão de determinado agente se torna imprescindível para a vida de outro (o dependente)”.[pp. 87-88]

A dependência caracteriza-se quando um agente controla elementos que se tornam imprescindíveis para a vida de outros agentes, sejam esses elementos materiais – meios de produção, alimentos, água, remédios, moradia, roupas –, ou imateriais – saber, amor, drogas, consumo, ambição, prestígio etc. São elementos considerados imprescindíveis para os agentes em questão.

Pode-se dizer que o “domínio se identifica pela falta de opção, pela coação, pela mera hierarquia, pela alienação, pela falta de voz, pela recompensa residual, tendo em vista a finalidade real do projeto”. [p. 98]

Tendo em conta que a diferenciação entre poder e dominação é uma das grandes contribuições do livro de López, serão aqui considerados os elementos principais capazes de caracterizar uma relação de dominação, e que não podem ser generalizados a todas as relações de poder: a.) o agente subjugado tem sua força social utilizada para a realização dos objetivos do agente poderoso, os quais são distintos dos seus; b.) a força social do agente subjugado, e, portanto, seu tempo, pertence ao agente poderoso e por ele é controlada; c.) o agente subjugado é alienado; d.) há enfraquecimento e empobrecimento relativo do agente subjugado; e.) há hierarquia entre os agentes subjugado e poderoso; f.) coação, dependência, falta de opção e de voz do agente subjugado são comuns, mas não presentes em todos os casos de domínio.

A dinâmica do domínio

Como um tipo de poder, a dominação obedece a uma dinâmica semelhante àquela exposta para o poder. Entretanto, a dinâmica do poder possui algumas características que permitem diferenciá-la da dinâmica do domínio. A dinâmica em que se pode notar quando uma relação de poder torna-se uma relação de dominação é a seguinte: “Uma força social (F) que se impõe e passa ter poder (P); este poder pode ou não gerar uma dependência (De) – - coisa que geralmente opta por fazer – estando os subjugados dependentes, eles se deixam dominar (D); ao incorporar a força social dos dominados, o poder terá acrescido esta força à força originalmente comandada (F’). Desta forma, temos o seguinte movimento: F-P-De-D-F’. Ao final do ciclo, o agente poderoso estaria comandando mais força (F’), contudo, não aumentará seu poder necessariamente. Caso consiga aumentar este poder (P’), ele gerará mais dependência (De’), mais domínio (D’) e haverá novo acréscimo na força social (F’’) comandada pelo poderoso – a continuidade do movimento seria F’-P’-De’-D’-F’’ – e assim, o ciclo se repetiria indefinidamente até haver uma crise na ordem.”[p. 91]

Quando os poderosos incorporam a força social dos dominados em seu próprio favor, fazendo-os atuar para seus objetivos, distintos daqueles que buscam os subjugados, surge o domínio. Por meio dessa dinâmica percebe-se, assim como no poder, a lógica expansionista do domínio, que poderá ser institucionalizada para manter o *status quo* com menores esforços e custos. Para López, há uma crise nessa ordem, que pode ou não ser institucional, quando esse processo de acúmulo permanente de forças pelo poder é interrompido, ou seja, quando essa dinâmica apresentada não ocorre continuamente.

PODER POPULAR OU AUTOGESTIONÁRIO VERSUS PODER ALIENADO OU HIERARQUIZADO

A distinção fundamental de López entre poder e domínio fornece as bases para se conceber modelos de poder que permitem avaliar as relações sociais do passado e do presente, assim como conceber projetos futuros a serem impulsionados por agentes sociais. Se o poder pode ou não constituir dominação, decorre disso que há possibilidade de haver poder sem dominação. O modelo de poder que não se caracteriza pela dominação é chamado por López de poder popular ou autogestionário; o modelo de poder que se caracteriza pela dominação é chamado de poder alienado ou hierarquizado.

Poder popular ou autogestionário

Nesse modelo de poder, os agentes não são “meros instrumentos alienados submetidos à vontade de terceiros. Isto significa que, para existir de fato um poder popular, as vontades e sugestões dos que compõem voluntariamente aquela força social têm de ser elementos relevantes no planejamento e na tomada de decisão da organização. Quando o denominamos ‘poder popular’, estávamos querendo realçar que esta é a única forma de o povo se organizar e ter poder sem cair nas mãos de um comandante, dominador, chefe, dono, déspota, príncipe, tirano, seja lá o nome que receba, aquele que impõe sua vontade a todos na organização.”[p. 121]

Nota-se, assim, que esse modelo de poder possui duas características básicas: alto nível de participação e participação voluntária. A participação generalizada ao conjunto dos agentes que compõem uma organização, uma associação, uma sociedade, ocorre quando há participação no planejamento e nas tomadas de decisão; ou seja, as decisões são tomadas “pela base”, “de baixo para cima”, com participação ampla. Essa participação exclui modelos de delegação sem controle da base – quando se escolhe alguém para decidir em nome do coletivo ou por ele – e também situações mais evidentes, quando alguns monopolizam as decisões que terão implicação sobre o coletivo. Ela também implica que nenhum agente participe obrigado, coagido, ameaçado; o agente deve buscar, por conta própria, a associação com a liberdade de cindir quando quiser.

Poder popular ou autogestionário implica, pois, ao invés de dominação, autogestão, no que diz respeito à sua estrutura interna (como se organiza e do que se compõe): “Autogestão significa gerir a si próprio. Autogestionária seria aquela organização que permitisse a todos os componentes a participação no planejamento e nos seus processos decisórios”. [p. 122] Essa participação ampla estabelecida pela autogestão é, portanto, o traço mais característico desse modelo de poder. Organizações, associações e sociedades que desenvolvam modelos de poder popular ou autogestionário devem contar com fatores relevantes para sua realização: “as informações devem ser de acesso a todos; a totalidade dos membros tem de participar, de alguma forma, dos processos decisórios de questões relevantes; o coletivo tem de assumir as responsabilidades, conseqüências e a execução do deliberado por ele mesmo”. [Ibid.] Isso não significa que todos devem participar de todos os processos de tomada de decisão, mas, fundamentalmente, que um agente social deve participar daquilo que for relevante, ou seja, das questões cujas decisões tiverem conseqüências sobre ele. “Autogestionária é a organização onde as conseqüências e a responsabilidade pela execução recaem sobre aqueles

que deliberaram”.[Ibid.] Por meio da autogestão, respeita-se a liberdade e a autonomia individuais, sempre dentro de uma lógica de liberdade e autonomia coletiva.

Outro elemento fundamental para o processo de autogestão diz respeito à delegação de poder, com respaldo da base, apoiando-se na rotatividade e na possibilidade de destituição do delegado do cargo a qualquer momento. Dessa maneira, as decisões são tomadas pelos organismos autogestionários e, em caso de articulação com instâncias mais amplas, pode-se delegar a função de articulação, por meio de um processo conhecido por federalismo. Tarefas simples e que não envolvem decisões relevantes podem também ser delegadas no intuito de minimizar a burocracia.

Poder alienado ou hierarquizado

O traço mais marcante desse modelo de poder é a dominação. “A estrutura do poder alienado só pode ser hierárquica, onde o ‘topo’ da organização (diretor, presidente, príncipe etc...) é responsável por todas as decisões estratégicas que caberiam à assembléia de uma organização autogestionária. Esta é a mais importante distinção entre modelos: na autogestão quem executa participa da decisão, na hierarquia alguém decide para outros executarem.” [pp. 127-128] A participação do poder alienado ou hierarquizado é reduzida e está monopolizada por uma pessoa ou um setor minoritário; nele, a participação é restrita, ao passo que no modelo de poder pautado na autogestão é ampla, generalizada.

Neste modelo de poder, a vontade daqueles que decidem é imposta ao coletivo, a participação é restrita e, muitas vezes, não-voluntária. A dominação econômica é capaz de obrigar agentes a fazer parte deste poder, assim como a coerção política. Entretanto, não é somente a ameaça e a violência que pautam esse modelo de poder; a legitimidade, como se viu, é um elemento central forjado por elementos culturais e ideológicos que contribuem para que o sistema seja integrado voluntariamente com os agentes, frequentemente, acreditando que tal modelo é justo ou correto.

As decisões no modelo de poder alienado ou hierarquizado são tomadas de cima para baixo, com uma minoria que delibera e uma maioria que segue as deliberações. Quando há delegação, esta geralmente se dá com a maioria dando plenos poderes de decisão à minoria, que decide em seu lugar, sem rotatividade e possibilidade de destituição do delegado a qualquer momento.

ANARQUISMO E RESISTÊNCIA

Poder e Domínio possui contribuições fundamentais para a discussão do anarquismo. Para as discussões que se restringem às análises de sistemas de dominação, talvez a diferenciação de dominação e poder não sejam tão relevantes. Entretanto, para a discussão do anarquismo, essa diferença é central. Pois o anarquismo, em linhas gerais, posiciona-se contra os modelos de poder alienados ou hierarquizados, pautados na dominação, e em favor da construção de modelos de poder popular ou autogestionário, pautados na autogestão.

Em seu projeto revolucionário de superação do capitalismo e construção do socialismo libertário, o objetivo do anarquista não é substituir uma classe dominante por outra. “O anarquista luta contra a ordem imposta pelas instituições que dominam e, conseqüentemente, alienam. Ou seja, para o anarquista, a sociedade pós-revolucionária não deve admitir que nenhuma organização tenha poder graças à força social obtida através da alienação de qualquer agente. A sociedade revolucionária admitirá o poder; mas não tolerará de forma alguma o domínio. O único poder legítimo é o constituído pela soma da força social de agentes autônomos, que livremente escolheram integrar uma organização para construir um projeto. Assim deverá se constituir o poder revolucionário. Em suma, a verdadeira revolução social deve pôr fim nas relações de domínio.”[pp. 178-179] A necessidade de coerência entre meios e fins defendida pelos anarquistas também impõe a necessidade de construção de organizações políticas e sociais, que afastem a dominação e incorporem a autogestão.

Sendo o poder compreendido da maneira conceituada por López, pode-se afirmar que o anarquismo não é e nem nunca foi contra o poder; constitui-se, distintamente, como um modelo de poder específico, caracterizado pelas relações de autogestão – defendidas tanto nos meios quanto nos fins buscados pelos anarquistas. As instituições defendidas pelos anarquistas são pautadas na autogestão, impedindo a dominação. Uma sociedade futura, socialista e libertária, não seria estática, harmoniosa, e sem conflitos; ela “teria conflitos, luta por poder, opressão, insatisfação de alguns, porém ninguém seria usado para construir aquilo que não defenda voluntariamente”[p. 179] – devendo-se recordar a concepção de opressão do autor não implica necessariamente dominação. A autogestão significa exatamente um modelo de poder que não implica dominação.

Como para López uma relação de poder nasce para equacionar um conflito, em teoria, para ele, poderia até haver uma sociedade sem poder. Entretanto, isso implicaria que, sempre, todos estivessem de acordo com tudo; isso, na prática, afirma o autor, seria impossível. Sustenta, portanto, que, levando em conta a impossibilidade de sociedade sem conflito, seria

irrelevante os anarquistas sustentarem posições de luta contra o poder, de maneira geral, ou pela constituição de uma sociedade sem poder.

Para caminhar rumo ao objetivo estratégico e finalista de transformar a sociedade, por meio de uma revolução social, no socialismo libertário – caracterizado por um modelo de poder popular e autogestionário –, López enfatiza que é necessário organizar-se como resistência ativa e articulada, buscando em um aumento progressivo de força social que permitirá um enfrentamento de maior envergadura com o sistema de dominação vigente. Transformar as mentes e os corações não basta; é preciso conseguir intervir concretamente no jogo de forças, de forma a avançar estrategicamente para um novo modelo de poder, pautado pela autogestão em todos os níveis.

* Fábio López López. *Poder e Domínio: uma visão anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.

Notas:

1. Uma das características do texto de López é a quantidade de conceitos criados e utilizados, os quais contribuem para a compreensão mais clara de sua proposta. Para que o leitor não os perca, destacarei sempre esses conceitos no corpo do texto.
2. Dessa forma, os objetivos de “longo prazo” que os partidos políticos dizem buscar acabam caindo no vazio, uma vez que suas ações práticas, quando estão na condução do Estado, são majoritariamente voltadas para a perpetuação de seu controle.

PODER, DOMINAÇÃO E AUTOGESTÃO

“É verdade, há no povo bastante força espontânea; esta é incomparavelmente maior que a força do governo, incluindo aquela das classes; todavia, por falta de organização, a força espontânea não é uma força real. Ela não está em condição de sustentar uma longa luta contra forças muito mais fracas, mas bem organizadas. Sobre essa incontestável superioridade da força organizada sobre a força elementar do povo, repousa todo o poder do Estado.”

Mikhail Bakunin, 1870

Esse texto tem por objetivo realizar uma reflexão teórica acerca do poder. Ele apresenta a problemática envolvida nas discussões do tema e três categorias fundamentais que pretendem abarcar as distintas concepções do poder; a partir de então, aprofunda as posições de Michel Foucault e Tomás Ibáñez, que concebem o poder como assimetria nas relações de força. Propõe um modelo teórico e um método de análise que consideram a dominação e a autogestão como tipos ideais e extremos de um eixo da participação, que permitem refletir e tipificar as relações e os modelos de poder. Utilizado o modelo proposto, analiso o capitalismo, caracterizando-o como um sistema de dominação que implica um modelo de poder dominador, ainda que possua espaços de participação. Nessa análise, abordo as classes sociais, a luta de classes e a natureza do Estado. A partir disso, aponto possíveis estratégias para a mudança e a transformação social, evidenciando problemáticas que envolvem os movimentos sociais.

O CONCEITO DE PODER

Discutir o poder implica, necessariamente, superar o problema semântico que há em toda a extensa literatura que, historicamente, aborda o tema. Buscando algumas definições, encontramos: poder é “toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”[1]; “em seu significado mais geral, a palavra poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos”[2]; “o poder é [...], acima de tudo, uma relação de força”[3]; “designamos por poder a capacidade de uma classe social de realizar os seus interesses objetivos específicos”[4]; “o poder pode ser definido como a produção dos resultados pretendidos”[5]. Muitas outras poderiam ser citadas.

Para uma conceituação do poder, portanto, a questão não exige apenas adotar uma ou outra significação, mas compreender, histórica e sociologicamente, como o conceito de poder vem sendo trabalhado pelos diversos autores e quais são os aspectos e os elementos fundamentais abordados. Tal estudo exige, ao mesmo tempo, ter em mente que, por meio do mesmo termo, podem estar sendo discutidas distintas questões e por outros termos – como, nesse caso específico, autoridade e dominação – podem estar sendo discutidas as mesmas questões. Trata-se, assim, de compreender amplamente o objeto em questão e suas distintas abordagens, tomando em conta as referidas precauções metodológicas. Tomás Ibáñez, estudioso do tema[6], enfatiza parte da problemática envolvida nos estudos sobre o poder:

“O fato de os pesquisadores das relações de poder seguirem, depois de tantos anos, dedicando parte importante de seus esforços para esclarecer e depurar o conteúdo da noção de poder, o fato de não haver um acordo minimamente generalizado sobre o significado desse termo e o fato de as polêmicas se darem mais sobre as diferenças de conceituação do que sobre as operações e resultados conseguidos a partir dessas conceituações, tudo isso indica claramente que a teorização sobre o poder encontra-se, em algum momento, com um obstáculo epistemológico que a impede de progredir.”[7]

Superar esse obstáculo implicaria, para Ibáñez, compreender o conteúdo das discussões em questão e avançar em relação a elas, no que diz respeito àquilo que chama de uma “analítica do poder”. Dentre as inúmeras definições do poder, o autor considera ser possível agrupá-las a partir de três grandes interpretações: 1.) do poder como *capacidade*, 2.) do poder como *assimetria nas relações de força*, e 3.) do poder como *estruturas e mecanismos de regulação e controle*.

“Numa das suas acepções, provavelmente a mais geral e diacronicamente primeira, o termo ‘poder’ funciona como equivalente da expressão ‘capacidade de’, isto é: como sinônimo do conjunto dos efeitos dos quais um agente dado, animado ou não, pode ser a causa direta ou indireta. É interessante que, desde o início, o poder se define em termos relacionais, na medida em que, para que um elemento possa produzir ou inibir um efeito, é necessário que se estabeleça uma interação. [...] Numa segunda acepção, o termo ‘poder’ refere-se a um certo tipo de relação entre agentes sociais, e costuma-se agora caracterizá-lo como uma capacidade assimétrica ou desigual que os agentes possuem de causar efeitos sobre o outro pólo de uma dada relação. [...] Numa terceira acepção, o termo ‘poder’ refere-se às estruturas macro-sociais e aos mecanismos macro-sociais de regulação ou de controle social. Fala-se, neste sentido, de ‘instrumentos’ ou ‘dispositivos’ de poder, de ‘centros’ ou de ‘estruturas’ de poder, etc.”[8]

Essas três conceituações do poder colocam-no no campo das relações sociais e, por isso, exclui-se tanto as relações entre pessoas e coisas/animais – considerando que as relações de poder se dão sempre entre humanos que vivem em sociedade –, quanto as relações que poderiam ser constituídas sem sujeitos.

Conceituar o poder como capacidade implica concebê-lo como “ter poder de fazer algo” ou “ter poder para algo”; o poder, nesse sentido, define-se a partir de uma capacidade de realização ou uma força potencial que poderia ser aplicada em uma relação social determinada. O segundo caso, do poder como assimetria nas relações de força, implica um conceito que, ainda que esteja ancorado na noção de capacidade explicitada na primeira acepção, não pode resumir-se a ele. Neste caso, o cerne da definição está nas assimetrias das diferentes forças sociais que se encontram em uma determinada relação social; quando essas forças, com capacidades distintas de causar efeitos sobre outras, põem-se em interação, forjam os efeitos sobre um ou mais pólos da relação. Conceber o poder como estruturas e mecanismos de regulação e controle implica conceituá-lo a partir do conjunto de regras de uma determinada sociedade, que envolve tanto as tomadas de decisão para seu estabelecimento e para definir seu controle, quanto a própria aplicação desse controle; uma estruturação social que exige instâncias deliberativas e executivas.

A obra de Michel Foucault, um dos pilares teóricos de Ibáñez, apresenta uma conceituação do poder que, ainda que o defina em termos de relação de força, articula-se com as noções de capacidade e de regulação e controle; permite uma abordagem ampla que abarca elementos das três interpretações prévias. Para Foucault, “as relações de poder nas sociedades atuais têm essencialmente por base uma relação de força estabelecida, em um momento historicamente determinável”[9]; forças que estariam em disputa, em luta permanente, em correlação e num jogo contínuo e dinâmico. Quando, em uma determinada correlação de forças, alguma delas se impõe em relação às outras, há uma relação de poder. “As relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças.”[10] Assim, poder e relação de poder tornam-se sinônimos. Ibáñez, a partir de Foucault, conceitua o que chama de “paradigma estratégico do poder”:

“O poder é uma relação, um ato. O poder é algo que se exerce. O poder tem uma presença difusa em toda a estrutura social, se produz em todo lugar do social. É onipresente não porque chega a todos os lugares, mas porque brota de todas as partes. [...] O poder toma a forma dos modelos da física. O poder é consubstancial com o social, não existem, assim, zonas sem poder, ou que escapem ao seu controle. O poder é imanente aos domínios em que se manifesta, a economia está constituída por relações de poder que lhes são

próprias. O poder é ascendente, os poderes locais vão delineando efeitos de conjunto que conformam os níveis mais gerais: modificando as relações de força locais modificam-se os efeitos do conjunto. [...] O poder é, antes de tudo, uma instância produtiva. O poder produz saber, engendra procedimentos e objetos de saber. Quem ocupa uma posição de poder produz saber. O poder resulta de uma vitória; tem a guerra por origem. Os mecanismos do poder são da ordem do controle e da regulação, da gestão e da vigilância. [...] O poder não funciona a partir do soberano, mas a partir dos sujeitos. A vida é o símbolo do poder, seu objetivo é gerir e administrar a vida.”[11]

A partir de Foucault e Ibáñez, pode-se conceituar o poder como uma relação social concreta e dinâmica entre diferentes forças assimétricas, na qual há preponderância de uma(s) força(s) em relação a outra(s). O poder encontra-se em todos os níveis e todas as esferas da sociedade e fornece as bases para o estabelecimento de regulações, controles, conteúdos, normas, sistemas, que possuem relação direta com as tomadas de decisão.

PARTICIPAÇÃO: DA DOMINAÇÃO À AUTOGESTÃO

A participação é estabelecida a partir das relações de poder. Alfredo Errandonea define a participação como “a capacidade de incidência e iniciativa própria nas decisões que lhes afetam, pessoal, grupal ou coletivamente. Todo tipo de decisões: no sentido mais amplo.”[12] Nesse sentido, as decisões relativas às esferas da sociedade (econômica, política/jurídica/militar, cultural/ideológica) seriam forjadas a partir de distintos níveis de participação, compreendendo “os mais diversos acessos vinculados à própria atividade, coletivamente integrada ou não”. [13] Se, como se viu, regulações, controles, normas etc. constituem-se a partir das relações de poder, estas também constituem as bases da participação.

Teorizar sobre a participação a partir das relações poder implica, portanto, concebê-la como um campo político ampliado, para além do âmbito do Estado e envolvendo as distintas esferas sociais.

Pode-se dizer que esse campo da participação possui dois extremos, que funcionariam como tipos ideais de poder: a dominação e a autogestão. A dominação é uma relação social hierárquica que pode se dar em todas as esferas da sociedade e institucionalizar-se com uns decidindo aquilo que diz respeito a outros e/ou a todos. Ela explica as desigualdades estruturais, envolve relação de mando/obediência entre dominador/dominado, alienação do dominado, entre outros aspectos. É o fundamento básico das relações de classes, ainda que não se possa reduzir dominação à dominação de classe.[14] A autogestão é o oposto da dominação e implica a participação no planejamento e nos processos decisórios,

proporcionalmente ao quanto se é afetado por eles, pessoal, grupal ou coletivamente, nas diferentes esferas. Sua aplicação generalizada implica a substituição de um sistema de dominação por uma sociedade igualitária/libertária.[15]

“No limite, a participação máxima generalizada [que se está chamando aqui de autogestão] que consegue substituir totalmente a dominação, reduzindo-a à inexistência, implicaria uma sociedade igualitária e libertada, segundo esta maneira de concebê-la. No outro extremo, também no limite, em termos lógicos, poderia dizer-se que a participação reduzida a zero, a sua total inexistência, integralmente substituída pela dominação, significaria uma sociedade de escravidão absoluta, se é que ela possa ser possível. Ao contrário do que acontece com o outro limite, para o qual não há inconveniente em concebê-lo – seja ele realmente possível ou não – este extremo que representa a absoluta robotização da conduta humana, ainda que seja logicamente concebível, parece nunca ter existido e até impossível de ser concebido como possibilidade real. Parece impensável a situação de um ser humano ser privado até de suas mínimas capacidades de iniciativa; isso constituiria um nível de dominação inútil para o próprio dominante.”[16]

Os extremos constituídos pela dominação e pela autogestão demarcam, teoricamente, as possibilidades lógicas de limites nos processos de participação. Independente da possibilidade real ou não de se chegar a um dos tipos ideais, esses extremos, o que é relevante é concebê-los como um modelo teórico lógico para a compreensão das diferentes relações de poder, dos tipos dessas relações, e das distintas formas de participação que delas derivam. Esse esquema teórico abarca desde situações cotidianas, resultado dos micro-poderes, até situações mais amplas e estruturais, constituídas pelos macro-poderes. Assim, conceber as relações de poder dentro desses dois extremos, a partir do eixo da participação, constitui um método de análise para relações nos distintos níveis.

No limite da dominação, os agentes sociais não possuem capacidade de incidência e nem iniciativa para as decisões que lhes afetam; no limite da autogestão, eles têm a maior incidência e iniciativa possíveis, participando amplamente dos processos decisórios que lhes dizem respeito. Entretanto, esses extremos só funcionam como limites teóricos para se pensar as situações reais e concretas, que, na imensa maioria dos casos, não se situam nos extremos, mas em posições intermediárias. Ainda assim, os extremos possibilitam, em termos de método, avaliar as relações de poder em questão, além dos processos de participação por elas estabelecidos. O aumento ou a diminuição da participação nas decisões permitem avaliar em que sentido caminham as relações de poder e se elas se aproximam mais de um ou outro extremo.

A partir desse modelo teórico, avaliar as situações mais fundamentais, em termos de micro-poderes, torna-se tarefa mais simples do que se refletir acerca dos macro-poderes, forjados por uma infinidade de relações. Em ambos os casos, é difícil, para não dizer impossível, trabalhar com a categorização binária, dominação ou autogestão; além disso, por razão da legitimidade constituir o principal fundamento das relações de poder[17], surgem outros fatores que complicam essa análise: a participação limitada pode servir para legitimar a dominação; a participação pode ser percebida, mas não realizada de fato e assim por diante. Trata-se, portanto, de buscar compreender teoricamente a realidade, a partir das distintas forças em jogo e das relações de poder forjadas entre elas e buscar, independente da percepção dos distintos agentes sociais, aproximá-las desses tipos ideais.

Pode-se dizer, por exemplo, que em uma pequena cooperativa autogestionária, há mais autogestão que dominação e que em um agrupamento restrito de militares há mais dominação que autogestão. No primeiro caso, a participação é mais significativa que no segundo e é resultado das relações sociais forjadas a partir de tipos distintos de poder; na cooperativa, pode-se dizer que o poder é mais autogestionário que dentre os militares, cujo poder é mais dominador.[18]

Entretanto, avaliar a sociedade contemporânea, por exemplo, em termos das relações sociais levada a cabo por inúmeras forças nas distintas esferas é tarefa mais complexa. Seria possível, em termos das macro-relações de poder, aproximá-las dos tipos de poder mencionados?

SISTEMA DE DOMINAÇÃO, ESTADO E LUTA DE CLASSES

Cada sociedade é um sistema e “suas partes estão inter-relacionadas de tal maneira que o que acontece em uma delas possui alguma repercussão nas partes restantes, claramente, em grau variável.”[19] Num sistema, as partes que o compõem dispõem-se, reciprocamente, como seus próprios elementos e, nesse aspecto, cada sistema constitui-se a partir de uma estrutura caracterizada por uma configuração do conjunto das relações de poder existentes.

Assim, a sociedade constitui um sistema com uma determinada estrutura. São as forças sociais – conglomerados grupais, com interesses coletivos (geralmente, uma situação comum de classe), com certo grau de capacidade e de vontade para atuar na busca desses interesses, que atuam efetivamente, de maneira consciente em função dos interesses, o que lhe confere a condição de fator do processo social numa conjuntura específica[20] – que, na correlação entre si, constituem as relações de poder e determinam os elementos estruturais e a relação entre esses elementos que constituem a estrutura de um determinado sistema.

A partir dessa caracterização, Errandonea afirma que sistemas caracterizados pela dominação nos distintos níveis devem ser chamados de “sistemas de dominação”. Esses sistemas são caracterizados por diferentes tipos de dominação, tais como: *exploração* – apropriação do sobreproduto do trabalho realizado (mais-valia) –, *coação física* –, monopólio da violência –, e *político-burocrática* – monopólio das tomadas de decisões que afetam a sociedade de maneira geral.[21] Nos sistemas de dominação, as estruturas sociais são estruturas de classes – as classes sociais e seu papel estrutural são os principais aspectos dessa estrutura social essencialmente classista. Um sistema de dominação constitui, assim, um modelo de poder dominador, analisado a partir das macro-relações sociais.

A partir dessa conceituação de sistema de dominação, não se define a dominação e as próprias classes sociais somente a partir da esfera econômica. A exploração, por exemplo, relação social essencialmente econômica, do campo do trabalho, constitui um tipo de dominação. Ela permite dividir a sociedade em exploradores – capitalistas que se apropriam do trabalho dos trabalhadores – e explorados – trabalhadores cujo trabalho é apropriado pelos capitalistas. Entretanto, Errandonea sustenta que o sistema de dominação também é caracterizado por outros tipos de dominação como a coação física e a dominação político-burocrática. Esses tipos de dominação permitem dividir a sociedade entre aqueles que detêm o monopólio da violência e das tomadas de decisão e aqueles que não. Nesse sentido, o Estado, que envolve governo, judiciário e militares, é um elemento central do sistema de dominação.

Pode-se, assim, definir, conforme Errandonea[22], as classes sociais a partir da dominação, extrapolando as definições que se fundamentam na exploração e que são, portanto, essencialmente econômicas – definidas, por exemplo, exclusivamente a partir da propriedade dos meios de produção.

O capitalismo contemporâneo, nesse sentido, caracterizar-se-ia como um “sistema de dominação”. Por meio da dinâmica do poder defendida por Foucault – que rechaça as noções de progresso e evolução da sociedade[23] e de determinismo econômico[24], e que afirma uma constituição do social a partir de distintas relações de poder conformadas em todas as esferas estruturadas da sociedade, as quais se influenciam e dependem uma da outra –, pode-se afirmar que o sistema de dominação atual, na realidade, não é um simples reflexo das relações da esfera econômica. Ele constitui-se a partir da interdependência das esferas econômica, política/jurídica/militar e cultural/ideológica, que se influenciam mutuamente.[25] Portanto, o Estado, a partir dessas premissas, não é simplesmente uma estrutura política que reproduz as relações das classes sociais levadas a cabo na esfera econômica; constitui-se, mais

especificamente, como consequência das dominações em outras esferas, mas também como causa dessas dominações.

Essa questão sobre a natureza do Estado está na raiz dos principais debates históricos entre marxistas e anarquistas: “as divergências entre Bakunin e Marx repousam sobre uma oposição fundamental sobre a natureza do Estado”. [26] Para Berthier, “Bakunin funda em *Estatismo e Anarquia* sua teoria do Estado moderno sobre a análise de desenvolvimento do capitalismo”. [27] Para Bakunin, haveria, historicamente, um encadeamento dos fatos econômicos e políticos; ainda que uma autonomia relativa, o Estado teria sido fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, por razão da centralização e da sujeição do povo, que tinha a ilusão de estar sendo nele representado. Se por um lado o Estado representa os interesses dos proprietários capitalistas, por outro constitui a estrutura política necessária para o desenvolvimento do capitalismo; ainda que modificadas as relações de produção, se o Estado continuasse a existir, ele recriaria o capitalismo – hipótese que seria confirmada pela recente história da União Soviética.

Pode-se, com isso, afirmar que “o Estado não é um órgão reacionário porque é a burguesia que o dirige, ele o é por sua própria constituição: o Estado é a organização de classe da burguesia”. [28] Qualquer transformação social do capitalismo, como no caso daquela preconizada por Bakunin, que defendia o socialismo, só poderia ser realizada fora das instâncias do Estado, as quais serviriam, fundamentalmente, para manter o sistema de dominação capitalista. Seria uma organização do conjunto das classes dominadas que, a partir de seus próprios organismos econômicos e políticos – como sindicatos, movimentos sociais, etc. – deveriam levar a cabo tanto a luta pela transformação quanto a estruturação de uma nova sociedade que não se pautasse num poder dominador, mas num poder autogestionário, acabando com a dominação de maneira geral. Ainda que ganhos de curto prazo pudessem ser conquistados, tanto na esfera econômica (melhores salários, menos horas de trabalho) como na política (maiores liberdades e direitos civis), eles deveriam ser somente um meio para um processo mais amplo de transformação, capaz de forjar um poder autogestionário que suprimiria o capitalismo, o Estado e forjaria uma nova estrutura de poder, envolvendo local de trabalho e moradia.

Com essa concepção da natureza do Estado – assumida por Errandonea, ao considerar o Estado uma das bases do sistema de dominação –, se estabelece uma noção de classes e da própria luta de classes a partir da categoria dominação, a qual, como se viu, abarca a exploração. Isso implica que a estrutura de classes não seja definida “em termos simplesmente ‘econômicos’”, a partir das *relações de produção*, exploração; as classes deveriam ser

definidas a partir de uma noção mais ampla, de dominação, levando em conta tanto a “propriedade injusta dos meios de produção”, como “a propriedade injusta dos meios de *coerção* – a capacidade de impor decisões fisicamente – e dos meios de *administração* – os instrumentos que governam a sociedade”. Atualmente, as forças armadas, tribunais e prisões constituiriam a base dos meios de coerção e a burocracia do Estado a base dos meios de administração.[29]

Nessa correlação íntima entre economia e política, forja-se uma noção de estrutura de classes, fundamentada em classes dominantes, as quais exercem ou possuem a titularidade da dominação, e as classes dominadas, tanto aquelas que estão integradas e são essenciais ao funcionamento do sistema, podendo participar na instrumentação da dominação, quanto aquelas que não estão integradas no sistema e não seriam completamente essenciais a ele.[30] No amplo campo das classes dominantes, estariam tanto os proprietários dos meios de produção, incluindo os capitalistas e proprietários de terras, os gestores do capitalismo, do Estado, a tecnocracia e os militares de primeiro escalão, juízes e parlamentares em geral. Dentre as classes dominadas, estariam os trabalhadores, o campesinato e os precarizados e marginalizados de maneira geral.[31]

Assim, o sistema de dominação e sua estrutura de classes constituem os fundamentos de uma luta de classes entre classes dominantes e dominadas; o Estado faz parte da estrutura de classes e constitui-se como o instrumento político do capitalismo, imprescindível tanto em sua criação como em sua manutenção. Constitui-se como resultado de relações de dominação e como fundamento do poder dominador que é hegemônico no atual sistema capitalista.

PODER, MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A definição de poder elaborada a partir das obras de Ibáñez e Foucault afirma que o poder envolve as relações sociais, estabelecendo-se como relação forjada pela superação de algumas forças por outras. “As relações de poder são consubstanciais ao próprio fato social, são-lhe inerentes, impregnam-no, contém-no, no próprio instante em que dele emanam”.[32] Assim, não se pode conceber sociedade sem poder, independente de ele ser definido em termos de capacidade, assimetria nas relações de força ou estruturas e mecanismos de regulação e controle. Qualquer sociedade possui relações sociais, agentes com distintas capacidades de realização, disputas e conflitos, aplicação de forças individuais e coletivas nessas disputas e nesses conflitos e o estabelecimento de regulações e controles, mais ou menos institucionalizados, ou mesmo forjados pelo costume. O poder, portanto, está e estará

presente em qualquer sociedade com relações sociais – tanto em termos micro quanto macro-sociais.

Entretanto, como se viu, o poder pode variar amplamente. Os tipos ideais apresentados, dominação e autogestão, extremos de um eixo de participação, servem tanto como paradigma analítico quanto como elementos para a elaboração de estratégias políticas e constituem as bases de dois modelos de poder distintos conceituados por Lopez: o poder dominador e o poder autogestionário. Analisado a partir desses tipos ideais, o capitalismo contemporâneo constitui um modelo de poder que é muito mais dominador do que autogestionário; quando Errandonea o caracteriza como um sistema de dominação, fundamenta-se na análise que, mesmo possuindo elementos de participação como as eleições para representantes do Estado, suas relações aproximam-se mais da dominação do que da participação ampla ou autogestão.

Os fundamentos desse poder dominador, caracterizado pelo sistema de dominação, seriam as instituições que lhes são centrais e que estão presentes nas três esferas anteriormente especificadas. Por meio da análise de Rocha, que considera a interdependência e a interinfluência dessas esferas, e pela definição da natureza do Estado de Berthier, pode-se afirmar que esse poder constitui-se a partir de uma relação complexa entre distintos elementos sistêmicos, dentre eles o Estado – instituição política central do capitalismo.

A estrutura de classes que compõe o sistema de dominação capitalista – caracterizado por um modelo de poder mais dominador que autogestionário – permite, de acordo com Errandonea, uma análise das classes e suas relações. Haveria, nesse sentido, dois amplos conjuntos: as classes dominantes e as classes dominadas; o modelo de poder dominador estabelecido entre eles implica interesses distintos e em permanente contradição. Os conflitos gerados a partir da contradição entre dominadores e dominados, no contexto de uma relação social sistêmica, constitui a luta de classes.

Essa análise permite reflexões sobre diferentes estratégias para a mudança ou a transformação social. Conforme afirma Clausewitz[33], em qualquer estratégia, são os objetivos que condicionam as ações, ou seja, os objetivos estratégicos implicam uma estratégia coerente com ele, que se desdobre em táticas; as táticas devem apontar para a estratégia e esta para o objetivo estratégico. Essa questão é fundamental, pois se o objetivo estratégico for realizar ajustes dentro de um mesmo modelo de poder, algumas formas de participação política funcionarão mais do que outras; se o objetivo for a transformação do modelo das relações de poder em nível macro-social, outras formas de participação política serão mais adequadas.

O modelo de poder atual pode ser ajustado em benefício das classes dominadas, conjunto que hoje sofre de maneira mais direta os efeitos do sistema forjado por ele. Entretanto, os ajustes – dentre os quais, deve-se reconhecer, há alguns significativos para as classes dominadas – que são realizados como desdobramentos de uma estratégia restrita que tem por objetivo a mudança social dentro dos marcos do capitalismo não são suficientes para uma transformação do sistema de dominação e do modelo de poder. Esses ajustes, quando realizados pelo Estado, tendem a reforçar seu poder, criando uma legitimidade que é muito mais eficaz, para isso, que a simples utilização da força.[34] As ações que partem do Estado – como no caso das políticas públicas – são, nesse sentido, táticas que se inserem dentro de uma estratégia restrita de trabalho dentro dos marcos do Estado e, portanto, do capitalismo. São, assim, ações levadas a cabo pelas classes dominantes para solucionar problemas que possuem implicação direta na legitimidade do sistema que lhes coloca em tal posição. Em caso de sucesso, ações de Estado podem promover a mudança social, mas não a transformação social, que implicaria mudança no sistema e no modelo de poder vigentes. Isso não significa, entretanto, que todas as medidas de curto prazo favoreçam o atual sistema de dominação e tendam a fortalecer o modelo de poder dominador.

Efeitos relevantes da sociedade de classes são os movimentos sociais, definidos por Doug McAdam, Sidnei Tarrow e Charles Tilly como uma “interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso”.[35] Nesse sentido, os movimentos sociais são organizações formadas pelas classes dominadas para resistir à dominação e modificar as relações de poder estabelecidas. Na maior parte dos casos, possuem objetivos restritos em torno de conquistas de curto prazo: aumento de salário e menos horas de trabalho (no caso do movimento sindical), terra e condições para a agricultura familiar no campo (no caso do movimento sem-terra), moradia digna (movimento sem-teto), melhorias para o bairro (movimento comunitário) etc. Ainda assim, alguns movimentos sociais têm por objetivo estratégico uma transformação social mais ampla.

Diferentemente do Estado, uma instituição que é central para o atual sistema de dominação e faz parte de seu núcleo duro, os movimentos sociais são, historicamente, espaços de articulação das classes dominadas para atuar em seu próprio favor. Se, por um lado, as medidas de curto prazo que partem do Estado tendem a reforçar sua legitimidade e, portanto, o sistema do qual ele constitui parte essencial, as conquistas de curto prazo provenientes da

luta de classes levada a cabo pelos movimentos sociais podem servir para fortalecer um projeto de poder distinto, que se contraponha ao modelo vigente.

Ainda que constituam historicamente esse espaço organizativo das classes dominadas, sabe-se que os movimentos sociais, ao longo do tempo, tiveram diferentes relações com o sistema de dominação que os criou. Se houve movimentos que priorizaram o curto prazo e os ajustes nos marcos dados do poder, houve outros que, ainda que articulados para as lutas menos amplas, tinham por objetivo uma transformação social do modelo de poder, afirmando-se como movimentos revolucionários. Em determinadas circunstâncias históricas, os movimentos sociais foram atrelados ao Estado – como no caso do sindicalismo brasileiro, com a legislação trabalhista de Getúlio Vargas dos anos 1930[36]; houve também escolhas estratégicas dos movimentos que decidiram, voluntariamente, vincular-se ao Estado, fundamentalmente para o atendimento de suas demandas de curto prazo – como no caso de parte significativa do movimento de moradia de São Paulo no início dos anos 2000[37]. Houve ainda, historicamente, leituras que compreenderam o Estado poderia ser conquistado pelas classes dominadas e, gerido por elas, servir de instrumento para a promoção de uma transformação social. Com esse objetivo, foram criados e estimulados movimentos sociais que, mesmo atingindo seu objetivo, por uma série de fatores não modificaram o modelo de poder vigente.[38] Todas essas questões, que tratam das relações íntimas entre Estado e movimentos sociais envolvem, necessariamente, o tema da burocratização dos movimentos sociais.[39]

Modificar o modelo de poder da sociedade levando o eixo da participação ao limite da autogestão constitui um objetivo estratégico ambicioso. Substituir o sistema de dominação por um sistema de autogestão exige, em coerência com esse objetivo estratégico, estratégias e táticas que apontem para esse caminho. Táticas e estratégias que fortaleçam as relações de dominação não podem apontar para objetivos pautados na autogestão. Os movimentos sociais podem constituir espaços privilegiados para tanto, mas suas estratégias e táticas têm de estar ajustadas para tais objetivos.

As transformações sociais amplas só podem se dar a partir das construções cotidianas, partindo dos níveis mais básicos da sociedade. A organização autogestionária dos movimentos sociais – que envolve decisões compartilhadas em relação ao planejamento e aos processos decisórios – torna-se, portanto, um meio fundamental, senão imprescindível, para que se construa um modelo de poder autogestionário, que possa contar com os ganhos de curto prazo para o acúmulo de força das classes dominadas. Esses ganhos, entretanto, não podem se furtar de um objetivo estratégico que, mesmo sendo de longo prazo, deve nortear o

fortalecimento de um modelo de poder que se contraponha ao atual e que possa alicerçar as bases da autogestão e impulsionar um processo de transformação social amplo por meio de conquistas concretas nas distintas esferas (melhoria de condições econômicas, maior participação política etc.) e da construção subjetiva que poderá fortalecer culturas e ideologias próprias das classes dominadas e potencializar a vontade dos agentes envolvidos.

Esse projeto de longo prazo exige uma superação, dentro dos movimentos sociais, das posições essencialmente de curto prazo e as demandas corporativas, de seu próprio setor. Por isso, superar os objetivos de curto prazo e promover uma integração dos movimentos sociais em prol de um objetivo de transformação mais amplo torna-se peça-chave nesse processo, sendo necessário, para isso, uma estrutura orgânica mais ampla, articulada em uma organização popular inter-setorial, ou em um tipo de “frente de classes dominadas”, que possam constituir o germe da transformação social rumo a um modelo de poder autogestionário.

NOTAS

1. Max Weber. *Economia e Sociedade*. Vol. I, p. 33.
2. Norberto Bobbio et alli. *Dicionário de Política*, p. 933.
3. Michel Foucault. *Microfísica do Poder*, p. 175.
4. Nicos Poulantzas. *Poder Político e Classes Sociais*, p. 100.
5. Bertrand Russell. *O Poder: uma nova análise social*, p. 24.
6. Em seu livro *Poder y Libertad*, Ibáñez analisa profundamente o poder, a partir de mais de 300 obras.
7. Tomás Ibáñez. *Poder y Libertad*, p. 11.
8. *Idem*. “Por un Poder Político Libertario”. In: *Actualidad del Anarquismo*, pp. 43-44.
9. Michel Foucault. *Op. Cit.*, p. 176.
10. *Ibidem*, p. 250.
11. Tomás Ibáñez. *Poder y Libertad*, pp. 99-100.
12. Alfredo Errandonea. *Sociologia de la Dominación*, p. 122.
13. *Ibidem*, p. 10.
14. *Ibidem*, pp. 63-82.
15. Michael Albert. “Buscando a Autogestão”. In: *Autogestão Hoje*, pp. 17-26; Alfredo Errandonea. *Op. Cit.*, p. 122.
16. Alfredo Errandonea. *Op. Cit.*, pp. 10-11.
17. *Ibidem*, pp. 126-127.
18. Fabio López. *Poder e Domínio*, pp. 121-130.
19. Alfredo Errandonea. *Op. Cit.*, p. 90.
20. *Ibidem*, p. 118.
21. *Ibidem*, p. 97.
22. *Ibidem*, pp. 97-119.
23. Michel Foucault. *Op. Cit.*, pp. 25-29.
24. *Ibidem*, p. 115.
25. Bruno Rocha. *A Interdependência Estrutural das Três Esferas*.

26. René Berthier. *Marxismo e Anarquismo*, p. 108.
27. *Ibidem*, p. 114.
28. *Ibidem*, p. 115.
29. Lucien van der Walt. *Debating Power...*, p. 30.
30. Alfredo Errandonea. *Op. Cit.*, p. 104.
31. Michael Schmidt; Lucien van der Walt. *Black Flame*, pp. 56-60; 108-113; Lucien van der Walt. *Debating Power...*, p. 31.
32. Tomas Ibáñez. “Por un Poder Político Libertario”. In: *Actualidad del Anarquismo*, p. 44.
33. Carl von Clausewitz. *Da Guerra*, p. 171.
34. Alfredo Errandonea. *Op. Cit.*, pp. 76-77.
35. Doug McAdam et alli. “Para Mapear o Confronto Político”. In: *Lua Nova* 76, p. 21.
36. Alexandre Samis. “Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva”.
37. Gustavo Cavalcanti. *Uma Concessão ao Passado*.
38. Maurício Tragtenberg. *A Revolução Russa*.
39. Felipe Corrêa, “Movimentos Sociais, Burocratização e Poder Popular”.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERT, Michael. “Buscando a Autogestão”. In: *Autogestão Hoje: teorias e práticas contemporâneas*. São Paulo: Faísca, 2004.
- BAKUNIN, Mikhail. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Imaginário/Ícone, 2003.
- BERTHIER, René; VILAIN, Eric. *Marxismo e Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2011.
- BOBBIO, Norberto et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 2004.
- CAVALCANTI, Gustavo C. V. *Uma Concessão ao Passado: trajetórias da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo*. São Paulo, USP (mestrado em Sociologia), 2006.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- CORRÊA, Felipe. “Movimentos Sociais, Burocratização e Poder Popular”. In: *Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. São Paulo, Faísca, no prelo. In: Anarkismo.net, 2010. <http://www.anarkismo.net/article/18158>.
- _____. *Para uma Teoria Libertária do Poder*. Estratégia e Análise, 2011.
- ERRANDONEA, Alfredo. *Sociologia de la Dominación*. Montevideo/Buenos Aires: Nordan/Tupac, 1989.
- _____. “Apuntes para una Teoría de la Participación Social”. In: *Comunidad* nº 50. Estocolmo, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2005.
- IBÁÑEZ, Tomás. *Poder y Libertad*. Barcelona: Hora, 1982.
- _____. “Por un Poder Político Libertario”. In: *Actualidad del Anarquismo*. Buenos Aires: Anarres, 2007.
- LÓPEZ, Fabio López. *Poder e Domínio: uma visão anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001)
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. “Para Mapear o Confronto Político”. In: *Lua Nova* 76. São Paulo: CEDEC, 1996.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- ROCHA, Bruno Lima. *A Interdependência Estrutural das Três Esferas*. Porto Alegre, UFRGS (doutorado em Ciência Política), 2009.
- RUSSELL, Bertrand. *O Poder: uma nova análise social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SAMIS, Alexandre. “Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva”. In: *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland: AK Press, 2009.

TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Faísca, 2007.

VAN DER WALT, Lucien. *Debating Power and Revolution in Anarchism, Black Flame and Historical Marxism*. Johannesburg, 2011.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. 2 vols. Brasília: UNB, 2009.